



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 51

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	0975
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	0991

TAQUIGRAFIA

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (Em 18 de março de 2019)

Presidência dos Srs.
Lebrão - Deputado
Chiquinho da Emater - Deputado

(Às 15 horas e 23 minutos é aberta a A.P.)

O SR. ANÍSIO MENDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Casa do Povo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lebrão, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre as Políticas Públicas de fomento aos Povos Indígenas do Estado de Rondônia. E para darmos início a esta solenidade, eu gostaria de chamar para compor a Mesa de autoridades Excelentíssimo Senhor Deputado Lebrão, proponente desta Audiência Pública. Convido na sequência, Excelentíssimo Deputado Estadual Ismael Crispin, 1º Secretário da Mesa Diretora; convido também para compor à Mesa de honra desta tarde, Excelentíssimo Deputado Federal,

Mauro Nazif, da Bancada de Rondônia; convido ainda o Defensor Público do Estado de Rondônia, Dr. Guilherme Luiz de Ornelas Silva; neste momento eu convido o Senhor Claudinaldo Leão da Rocha, Secretário Municipal de Assistência Social e da Família, representando a Prefeitura de Porto Velho; convido neste ato, o senhor Edgar Menezes Cardoso, Secretário adjunto da SEDAM; neste momento, eu convido também o Senhor Heliton Gavião, Coordenador dos Povos Indígenas de Rondônia – CUPIR; neste ato, convido ainda o Senhor Luís Carlos Coelho de Menezes, Diretor do Departamento Rural da Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC; convido neste momento o Senhor João Soares Rodrigues, Coordenador Regional da FUNAI em Guajará-Mirim; para compor a Mesa das autoridades, convido o Senhor Henrique Suruí, Liderança Indígena da Etnia Suruí.

E com a palavra neste momento, o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Lebrão para dar abertura oficial.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre Políticas Públicas de fomento aos Povos Indígenas do Estado de Rondônia. Quero cumprimentar todo o público presente que ocupam assento aqui na galeria desta Casa, todas as autoridades que participam neste momento especial aqui no Estado de Rondônia; dizer que para mim é uma satisfação muito grande participar juntamente com as autoridades deste momento especial para um novo tempo, defendendo principalmente a comunidade indígena do Estado de Rondônia; cumprimento em especial o Excelentíssimo Deputado Ismael Crispin, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que nos honra com a sua participação nesta Audiência Pública; da mesma forma o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal, Mauro Nazif, representando neste momento a Bancada Federal do Estado de Rondônia no Congresso Nacional; Dr. Guilherme Luis de Ornelas Silva, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Senhor Claudinaldo Leão da Rocha, Secretário Municipal de Assistência social e da Família, representando o Prefeito e a Prefeitura Municipal aqui de Porto Velho; Senhor

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4º Secretária: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Hélder Risler de Oliveira**
Departamento legislativo - **Maria Aparecida Silva N. Lima**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Edgar Menezes Cardoso, nosso Secretário Adjunto da SEDAM; Heliton Gavião, Coordenador dos Povos Indígenas do Estado de Rondônia – CUPIR; o Senhor Luis Carlos Coelho de Menezes, Diretor do Departamento Rural da Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC; o Luis Carlos que já foi Deputado Estadual, que já ocupou assento neste Parlamento, que tem a sua história escrita nos Anais desta Casa; João Soares Rodrigues, Coordenador Regional da FUNAI em Guajará-Mirim; em seu nome eu cumprimento todos os Coordenadores aqui do Estado de RO, as lideranças indígenas da Etnia Suruí, o seu Henrique, fazer uma saudação especial ao Cavalcante que é o nosso Coordenador de Saúde Indígena do Estado de Rondônia. Dizer que é muito importante a participação de todos vocês nesta Audiência, para que a gente possa neste momento iniciar o nosso trabalho. Eu quero aqui deixar um registro em nome da Comissão de Direitos Humanos, que eu vou presidir neste mandato, e nós vamos defender sem dúvida nenhuma todas, todas as comunidades menos assistidas do Estado de Rondônia, e fazer com que chegue até elas a mão do Governo, para que a gente possa melhorar muito a qualidade de vida de todos aqueles que vivem no Estado de Rondônia.

A presente Audiência Pública tem como escopo discutir políticas públicas voltadas aos povos indígenas de Rondônia, bem como, a ausência do poder público nessa demanda. Sabemos que existem leis normativas que resguardam os povos indígenas. A própria Constituição Federal de 1988 garante tais direitos, todavia existe uma deficiência na implementação de tais direitos. A discussão aqui proposta se pautará na inserção de novas políticas, no aumento de recursos destinados a política indígena e no aprimoramento das demandas existentes. Esperamos que tanto os órgãos responsáveis, como as autoridades presentes, cheguem a um desfecho positivo aos interessados. Precisamos fomentar as ações e programas do Estado de Rondônia para colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal e em outras Leis. Fazer cumprir as Leis e o estatuto que amparam os indígenas. Desenvolver uma política de acompanhamento pelo Executivo Estadual dos povos e representantes indígenas, monitoramento e controle social, ou seja, que contemplem povos e terras indígenas. Busca de equilíbrio e suas realidades; apoiar o processo de participação dos povos indígenas com o objetivo de contemplar a discussão dos seus direitos e garantias e conhecendo suas realidades. Educação eficaz e continuada são outros exemplos de espaço, de participação para tratar da temática indígena, em âmbito federal; os Conselhos Nacionais de Educação Escolar e Educação Escolar Indígena, de Saúde e de Saúde Indígena, de Segurança Alimentar, de Política Cultural, de Promoção da Igualdade Racial de Defesas dos Direitos da Pessoa Humana, de Juventude, dos Direitos da Mulher, Estatuto do Idoso, dos Direitos da Criança e do Adolescente entre outros como os Conselhos de Meio Ambiente, para que a gente possa avançar cada vez mais. Espaços e participação na esfera estadual e municipal, direitos de igualdade e deveres como prevê a participação indígena para garantir que os modos de vida; indígenas sejam reconhecidos, respeitados e valorizados e considerados pela política pública que se desenvolvem em todas as esferas, por serem programas relacionados com direitos que são garantidos aos cidadãos, as políticas públicas que existem em muitas áreas. São exemplos, Educação: Capacitação do professores; Saúde:

Aumento do efetivo dos profissionais da saúde indígena; Trabalho: Apoio ao Extrativismo; Assistência Social: Controle de natalidade, endemias e epidemias; Meio ambiente: Coleta seletiva de resíduos sólidos, construção de fossas assépticas, assistência técnica e capacitação dos povos indígenas; Moradia: implantação de energia solar nas residências, aonde nós não temos energia limpa; Transporte: infraestrutura e manutenção das estradas para escoamento da produção.

A convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) dispõe: Artigo 7º 1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem estar espiritual, bem com as terras em que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível o seu próprio desenvolvimento econômico social cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional, suscetíveis de afetá-los diretamente. Além do mecanismo de garantia da participação cidadã aos povos indígenas. A conversão 169, da OIT é ordenamento jurídico em vigor, determinam que sempre que medidas legislativas ou administrativas, afetarem povos indígenas, estes deverão ser consultados mediante procedimento adequados. Trata-se do direito de consulta livre, prévia e informada.

A consulta não deve e nem se confunde, nem substitui os espaços de participação cidadã, mas diz respeito ao diálogo de boa-fé que o Estado, por meio dos órgãos de Governo e do Poder Legislativo, deve ter com os povos indígenas a fim de que suas especificidades e seus modos de vida sejam conhecidos e considerados na tomada de decisões pelos Poderes Executivos e Legislativos, no âmbito de suas competências.

Neste momento eu volto à palavra ao nosso Mestre de Cerimônias.

O SR. ANÍSIO MENDES (Mestre de Cerimônias) – A gente agradece com muita honra a presença do senhor Fermínio Arara, da aldeia do Povo Arara, que se faz presente conosco nesta audiência; senhor Adriano Karipuna, Vice-Presidente da Associação Indígena Karipuna; senhor Antônio José Karitiana, Cacique do Povo Indígena Karitiana de Porto Velho; agradeço ao senhor Vicente Batista Filho, Coordenador substituto da Regional da FUNAI em Ji-Paraná; senhor José Milton Tuparí, Liderança Indígena de Guajará-Mirim; senhora Jandira Keppi, representante da Comissão do Conselho de Missão entre os Povos Indígenas; Padre Ton representando neste ato o Deputado Lázinho da Fetagro; senhora Lillian Félix Borges, Coordenadora substituta da FUNAI, em Cacoal; senhor Apu Uru-Eu-Wau-Wau, representando o Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau; senhora Daniela Lopes de Farias, Procuradora da República representando o Ministério Público Federal, nosso muito obrigado também por estar prestigiando esta audiência pública; senhor Samuel Tuparí e Lideranças Indígenas de Alta Floresta que se fazem presentes nesta audiência nosso muito obrigado; senhor Antônio José Karitiana, Cacique do Povo Karitiana; senhor Marcelo Cinta-Larga, representando o Povo Cinta-Larga também conosco nesta audiência; senhora Ualela Roitiai, representando a Associação Canindé; senhora Hosana

Castro de Oliveira, Cacique do Povo Puruborá, nosso muito obrigado também; senhor Paulo Haddad, Diretor Executivo da SEAGRI, representando o Secretário Evandro Padovani, nosso muito obrigado por estar conosco; representante dos Povos Indígenas da 429, Puruborá, também marcando presença nesta audiência; senhor Edjales Benício, representando a Associação Etnoambiental Canindé; e o senhor José Oroará, Vice-Presidente do CONDIZ. Essas são as lideranças indígenas e autoridades que se fazem presentes, deputado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Antes de iniciarmos a fala, eu gostaria de convidar a todos a ficarem de pé para ouvirmos o hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução de hino Céus de Rondônia)

O SR. ANÍSIO MENDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado pela predisposição de todos, fiquem à vontade, podem se assentar. E a solenidade continua com o senhor Presidente Deputado Estadual Lebrão.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Quero lembrar que esta Audiência está sendo gravada em áudio e vídeo, também está sendo taquigrafada e transmitida via internet.

Quero cumprimentar a toda imprensa; mais uma vez em especial todas as Comunidades Indígenas, todas as Etnias Indígenas que estão presentes neste momento aqui, hoje. E vamos da melhor forma possível conduzir esta Audiência Pública, visando atingir o objetivo desta audiência que é a melhoria da qualidade de vida de todo povo indígena do Estado de Rondônia. Aqui será franqueada a palavra, espero que a gente seja bastante objetivo para dar andamento dentro de um tempo bem regulamentar nesta audiência que é muito importante. E depois quem tiver, e quiser, a cópia do áudio e do vídeo é só fazer a solicitação e nós estaremos encaminhando. E certamente no final desta audiência nós iremos também encaminhar a todos os Poderes Executivos, Legislativo do Estado de Rondônia.

O primeiro a fazer uso da Palavra é o senhor João Soares Rodrigues, Coordenador Regional da Funai de Guajará-Mirim. Está liberada a palavra, João.

O SR. JOÃO SOARES RODRIGUES – Boa tarde a todos! Quero iniciar cumprimentando aqui o nosso Deputado Lebrão, que é o autor desta brilhante propositura que dá uma abertura excepcional para discutirmos a questão do apoio da cooperação do Estado ao nosso povo indígena de Rondônia; em nome de quem, também cumprimento aos demais deputados aqui presentes. Quero ainda em nome do Heliton Gavião, cumprimentar todas as demais lideranças indígenas aqui presentes; e cumprimentar em especial a todos os indígenas que vieram aqui para se representar para se manifestar e muito irão, certamente, colaborar; quero também cumprimentar os meus colegas de coordenações regionais o Vicente e a Nira de Cacoal e de Ji-Paraná, eles foram convidados um pouco em cima da hora a gente teve que se virar para chegar até aqui. E aqui representando todos os indígenas, liderança de Guajará-Mirim, eu quero cumprimentar o nosso Vereador Indígena Arão,

que também está presente, veio contribuir, veio colaborar com a sua participação. E iniciando a minha..., eu sempre não gosto de ser muito breve, mas eu fui alertado pelo Presidente que tem que ser breve, não é Heliton? Então a gente vai ser breve, tem muita coisa para ser falada.

Presidente, a propósito, o senhor anunciar que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui da Casa. E hoje a Funai pertence ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, então aqui eu brindo a sua iniciativa, exatamente, porque já está se pronunciando em favor dos povos indígenas quando o senhor preside esta Comissão, eu fico muito feliz. Antes e vários Governos do Estado de Rondônia passaram e apenas ignoravam o povo indígena porque diziam que era questão da União, do Governo Federal. Ora, os índios contribuem em todos os pontos e aspectos para que o progresso de Rondônia aconteça. Os índios são seres humanos, não são propriedades do Governo Federal. As terras onde eles vivem por lei é garantida para que eles residam e tenham a sua posse permanente. Mas tudo o que ele faz ou o que ele produz ela é distribuída aqui no Estado de Rondônia. Ai essa iniciativa grande do Governo do Estado, esta iniciativa brilhante na Assembleia Legislativa em trazer para discussão este fomento dos povos indígenas. E como o Estado pode cooperar e muito para o desenvolvimento deste povo? Nós temos senhor Presidente, agora em discussão junto ao Governo do Estado um termo de cooperação técnica, que estão assinando com a Emater, que vai trazer a participação dos técnicos daquele órgão, no apoio à agricultura dos povos indígenas em nosso Estado. E queria lembrar que nós temos também encaminhado um termo de cooperação com a Seagri, onde teríamos que receber uns tratores, que são de emendas dos deputados, e isso emperrou de um tanto, que eu acho que só quem recebeu alguma coisa foi Cacoal, porque foi através da prefeitura. Mas, Ji-Paraná e Guajará ainda está engessado o processo, e eu queria que essa Comissão pudesse dar uma forcinha para nós, para ver se esses tratores agrícolas chegam às aldeias, não é? Nós precisamos saber de fato, e os artigos que tratam da questão indígena na Constituição Federal, são os artigos 231 e 232. Eu não sei se a propósito ou por coincidência que a Constituição do Estado tratou essa questão nos artigos 233, 234 e 235, respectivamente, não é? E aí fala da cooperação do Estado. Porque teve até situação em que Guajará, que vive hoje, nós temos em média, em Guajará, hoje, seis mil indígenas distribuídos entre 25 etnias diferentes. Onde está concentrado 80% dessa população, na área ribeirinha, o que, às vezes, dificulta muito mais o acesso. Mas eu penso que o Estado tem muito a cooperar quando ele descobrir que esse povo pode dar um retorno econômico social muito grande. O povo indígena precisa, a Constituição Federal, quando ela foi promulgada, em 1988, ela disse que o índio é um cidadão. Ela tirou a tutela da Funai para tornar o índio um cidadão ávido de receber todos os direitos que qualquer um brasileiro recebe. Mas nós precisamos entender que ainda há muito dentro da nossa sociedade, condições que estão cerceando o acesso do índio aos créditos e a todas as funções sociais que nós podemos oferecer. Quem assistiu o Globo Rural neste domingo, percebeu que o povo lá de Mato Grosso, Parecis, já tem um avanço imenso na questão da agricultura, mas ainda estão engessados na questão ambiental. Ofereceram ao índio a possibilidade de

ele crescer, de ele mostrar o que é capaz, mas as leis ambientais se sobrepõem aos direitos dele, de forma, até hoje, dentro da própria Justiça questionarem o que eles têm direito ou não. Quando os brancos ou não índios têm direitos a dar de pau, nós ainda estamos cerceando, estamos contando o que o índio pode ter ou não. Então, eu vejo aqui, senhor Presidente, senhores indígenas, que nós, com esta abertura, com esta Audiência Pública, surge aqui, uma coisa maravilhosa para provarmos que somos cidadãos e que temos muito, quando o Estado abre essa porta através do Poder Legislativo, nós temos que aproveitar e começar a discutir. Nós temos coisas que poderão ser cooperadas no âmbito da educação, porque ela é gerenciada pelo Estado. Se ela é gerenciada pelo Estado, nós temos que ter um mecanismo e todos aqui que vão discutir as propostas, nós temos que pensar naquela função de locomoção, porque ainda o Estado dificulta o acesso, quando é na terrestre, pelas estradas, ônibus; quando é na área ribeirinha, os barcos não chegam, não vão, não dão conta e acaba que, às vezes, prejudica a questão das crianças nas escolas. Escolas ainda instaladas nas aldeias, nos tempos antigos, que parecem tapiris. Ora, nós estamos vivendo outra época e se o Estado abraçou a questão da educação, ele tem que dar conta, não é? Ele tem que dar conta. A gente não quer uma escola de qualquer jeito. Na questão da agricultura, nós temos que melhorar muito as casas de farinha. E aí, o Estado pode entrar numa parceria excelente, fornecendo equipamentos. Como é que nós vamos agregar valor aos produtos indígenas? É fazendo com que ele seja produzido de modo a ter um mercado compatível com outro. E aí o Estado entra como parceiro excelente.

Eu tinha, e têm muitas coisas que a gente poderia falar neste momento, mas eu vou deixar com uma discussão com os próprios indígenas e as propostas que depois sairão daqui. E, se Deus quiser, são sementes que hão de germinar, porque a Audiência Pública já é um passo importantíssimo, senhor Deputado Lebrão. Eu parabeno o senhor mais uma vez pelo seu envolvimento, eu tenho conhecimento disso, na nossa cidade, o seu envolvimento com a causa indígena, e eu espero que daqui a gente possa levar proposta. Alegro-me, muito aqui, em ver a Dra. Daniela, que representa o MPF, e estive com a gente, várias vezes, lá em Guajará, procurando discutir coisas que pudessem melhorar a vida do povo indígena. Temos muito a melhorar, e esta Audiência Pública é um instrumento político, onde nós devemos agarrar com unhas e dentes, para que de fato o índio seja esse cidadão que a Constituição Federal disse que é. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, João Soares, parabéns pelo trabalho que você faz, juntamente com a sua equipe e, eu tenho certeza absoluta, já estamos aqui com o representante da Seagri, certamente, têm três tratores a serem encaminhados, já foi encaminhado um, e a gente espera que a gente possa, depois ter uma resposta de Vossa Excelência.

Nesse momento eu quero cumprimentar, agradecer a presença do Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Laerte Gomes e, também, ceder a ele, conceder a palavra.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Lebrão. Primeiramente, boa tarde a todos; todos que fazem presente, em nome do Deputado Lebrão que brilhantemente, teve a ideia

de realizar essa Audiência Pública, eu cumprimento aqui as autoridades da Mesa, em nome do Deputado Mauro Nazif, Deputado Federal, nosso amigo, está sempre conosco; cumprimento a todos que visitam hoje a Assembleia Legislativa; em nome o Josias da etnia Gavião, cumprimento todas as etnias que se fazem presentes.

Eu vou ser bem breve, Deputado Lebrão, primeiro parabenizar a iniciativa, Vossa Excelência demonstra mais uma vez, a experiência que tem como parlamentar de quatro mandatos, preocupado com as causas de todos Estado Rondônia. Não seria diferente, agora, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, principalmente com a causa indígena. Então, isso traz para dentro desta Casa esse debate de nós sermos aqui o interlocutor, um mediador de políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida de todos os nossos índios. Eu vejo aqui, quero deixar um abraço aqui à etnia Gavião, que já citei aqui, já nomeiei, e à etnia Arara, que eu já vi aqui alguns Araras, amigos nossos lá do município de Ji-Paraná, onde a gente tem feito, Deputado Lebrão, um trabalho em parcerias.

Eu vi o nosso palestrante, que me antecedeu, falar das políticas públicas, que precisam ser voltadas às etnias indígenas e, de fato, isso é uma realidade. O Padre Tom, com foi Deputado Federal, quando foi, também, trabalhou muito nessa área, eu acho que o Estado precisa ser mais presente. Nós temos em várias áreas Saúde, Educação, infraestrutura, porque não adianta, também, criar programas de agriculturas nas reservas, nas comunidades indígenas ou de extrativismo e não ter estradas para escoar a produção deles, eu conheço vários como a comunidade Gavião, comunidade Arara, que muitas vezes, deixaram de tirar a castanha, a seringa, Deputado Lebrão, porque o Estado não foi lá fazer a recuperação das estradas dentro das comunidades indígenas, dentro das áreas indígenas. Então, eu acho que é um momento importante para se debater. Eu entendo que, hoje, o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura em parceria com os demais órgãos responsáveis pelo Governo, pelas comunidades indígenas, precisam criar políticas públicas voltadas à geração de renda aos nossos índios. É na monocultura, no extrativismo, tem como ter uma qualidade de vida, tem como proporcionar aos índios uma qualidade de vida, uma renda para poder gerar emprego dentro das suas comunidades. Então, eu acho que esse é um momento importante, quero parabenizar aqui, o Deputado Lebrão, o trabalho que Vossa Excelência fez, o Deputado Crispin, que está aqui presente, com certeza, mais deputados passará por aqui. Em cada região do Estado, as comunidades indígenas, as áreas indígenas e, o Estado precisa estar presente. Então, parabéns, a Assembleia, com certeza, com a sua presidência nessa Comissão, importante, vai voltar a ser o palco dos debates para melhoria de vida dos nossos povos indígenas. Parabéns, e que possa ter uma boa audiência, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Muito obrigado, Presidente Laerte. Nesse momento vou conceder a palavra ao Luís Carlos Coelho de Menezes, Diretor de Departamento Rural de Subsecretaria Municipal de Agricultura e abastecimento – Semagric.

O SR. LUÍS CARLOS COELHO DE MENEZES – Bem, uma boa-tarde a todos. É com muito prazer que nós estamos aqui nesta Casa leis, da qual tivemos oportunidade de aqui poder fazer com que a parte legislativa que fluía dentro de nós, realmente, pudesse aqui estar presente. E temos aqui, logicamente, a honra de ter sido colega de parlamento aqui do nosso Deputado Federal, Mauro Nazif. Queremos aqui também falar que realmente há uma necessidade de que possamos desenvolver ações em torno de uma Política Indígena mais contundente e mais séria. Ao mesmo tempo queremos com isso parabenizar o nosso Deputado Lebrão que foi o proponente desta Audiência, o Deputado Ismael Crispin, que é o 1º Secretário; Deputado Federal Mauro Nazif, que aqui já externei a minha honra de ter participado com ele como colega aqui nesta Casa de Leis; o Dr. Guilherme Luís de Ornelas Silva, Defensor Público; Claudinei, aqui representando o nosso Prefeito; Edgar Menezes Cardoso, nosso colega de luta no setor primário de longas datas; o senhor Heliton Gavião, Coordenador dos Povos Indígenas; João Soares Rodrigues, Coordenador Regional da Funai em Guajará-Mirim, que aqui expressou o sentimento do povo Indígena desse Estado, e queremos parabenizar por isso quando tivemos a oportunidade de trabalharmos juntos aqui na Assembleia Legislativa. Almir Suruí, o Henrique Suruí, a Liderança Indígena da etnia Suruí.

Bem, nós não queremos demorar, em função de que nós estamos aqui com o nosso Secretário Claudinaldo que vem representando o nosso Prefeito, somente queremos externar que a Semagric, a Secretaria de Agricultura do Município através de sua política de fomento, pode Paulo Haddad, com certeza, participar juntamente com a nossa Seagri de uma política que venha melhorar a qualidade de vida dos nossos Indígenas. E com relação, logicamente, eu sei, a sua participação, a participação do povo Indígena junto ao desenvolvimento, principalmente, do setor agrícola nós queremos aqui dizer que são capazes, e muito bem capazes, porque nós tivemos entre os dez melhores produtores de café do País, uma etnia indígena que levou o nome de Rondônia a nos representar de uma forma brilhante em um Congresso de Café. Então, isso representa, logicamente, desde que eles tenham assistência técnica, como teve a oportunidade de ter os nossos produtores rurais, pesquisas, quer dizer, eles fazem parte do nosso mundo. É o nosso mundo também. Nós também somos atrasados, durante muitos anos e hoje a gente conseguiu evoluir e evoluir bastante, desde que lhe derem oportunidade constitucional, logicamente, que esse povo vai nos ajudar, vai colaborar, com certeza, com o desenvolvimento do nosso Estado. Então, é isso que eu queria só expressar que a grande oportunidade que se deve dar ao povo indígena, no sentido que ele venha a ser um povo também produtivo, respeitando, logicamente as suas condições dentro da evolução do povo indígena desde os Índios isolados. E eu tive a oportunidade em algum tempo também ser um funcionário da CONAB, eu fui cedido pela Emater, da Conab, desculpe; da Funai, também eu fui da Conab. Da Funai, quase um ano, e tive a oportunidade de ser Coordenador de Projetos, lá em Brasília, juntamente com o Dr. Selmo, finado Selmo, e também fui Superintendente Adjunto do Estado do Amazonas da Funai. Foi uma oportunidade que a gente teve de participar e de conviver e levar um pouco do nosso conhecimento da Extensão Rural junto a esse povo. Muito obrigado, desculpe o nosso

Secretário representando o nosso Prefeito, não poderia deixar de como membro, ex-membro desta Casa de dar a minha colaboração, a minha participação. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós que lhe agradecemos Luis, parabenizar pelo trabalho que você fez em prol do Estado de Rondônia. É uma honra tê-lo conosco nesta tarde.

Concedo a palavra agora ao Heliton Gavião, coordenador dos Povos Indígenas de Rondônia, representando a CUPIR.

O SR. ANÍSIO MENDES (Mestre de Cerimônias) – Antes, porém, deixa registrar e agradecer a presença da senhora Maria Conceição Alves, Secretária Adjunta da Seduc. O nosso muito obrigado por estar conosco nesta tarde. Vereador Arão, da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, seja bem-vindo e muito obrigado também e Josias Gavião, Liderança Indígena; sintam-se cumprimentados em nome do Presidente desta Audiência, Deputado Lebrão.

Com a palavra então, Heliton Gavião.

O SR. HELITON GAVIÃO – Boa tarde a todos e a todas. Quero primeiramente agradecer a Deus e também, segundo agradecer nosso Deputado Lebrão, e demais componentes da Mesa; nosso chefe Deputado Federal Mauro Nazif; Deputado Crispin e demais pessoas aqui presente neste momento. E também desejar bem-vinda a cada Liderança Indígena de cada região, como Guajará, Porto Velho, região de Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Espigão, Alta Floresta e Seringueiras. E quero agradecer este momento que nós estamos aqui, já inaugurando Deputado Lebrão, esta Casa do Povo, que é onde é discutida a questão política, interesse da sociedade rondoniense, onde é definida a Lei que define o destino, o futuro dos povos do Estado de Rondônia e com certeza é uma honra, já no início desta gestão, o legislativo do Estado de Rondônia discutir a política pública voltada ao fomento dos Povos Indígenas. E com certeza Deputado Lebrão e demais autoridades presentes. A gente sabe muito bem, a nossa integração dentro do sistema da sociedade branco, fez obrigar a gente ser inserido com certeza no contexto da política pública do Estado, mas infelizmente ainda nosso Parlamento dentro do município, Estado até chegar a nível federal ignora ainda a questão indígena seja discutida na pauta de qualquer representação do Parlamento do Estado brasileiro. Mas, nesse momento importante iniciar esta nova Legislatura do Estado, a gente discutir esta pauta que é tão importante para os povos indígenas do Estado de Rondônia, a gente realmente, o Deputado Lebrão, demais parlamentar presentes, incluir a pauta da questão dos povos indígenas na pauta legislativa para que ela se torne um tema do dever do Estado, principalmente desta Casa que é a Assembleia Legislativa neste momento. Eu acho que é importante a gente discutir isso realmente, porque muitas vezes a questão dos povos indígenas apenas é discutida quando é contrário aos interesses dos povos indígenas. Eu acho que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, como foi frisado pelo nosso companheiro João, que a Assembleia abraça esta causa indígena, que torne no papel um dever do Estado para que o Estado possa assumir compromisso, a questão indígena não só a área de fomento, mais em outras áreas de interesse dos povos indígenas, que contemple esta pauta na discussão. Eu acho que é momento da gente esquecer um pouco essa

ignorância que principalmente a Casa tem contrária aos povos indígenas. Eu acho que nós temos que realmente colocar na pauta de qualquer Sessão, se você tiver Deputado Lebrão, como faz parte da Comissão dos Direitos Humanos, que realmente coloque o seu papel como parlamentar que faz parte desta Comissão, porque não é brincadeira a gente fazer parte do membro de uma Comissão que trata uma vida, um direito do cidadão e o direito de humanos, vamos dizer assim. Eu acho que nós temos que colocar na pauta que seja realmente tratado a questão dos povos indígenas, como dever de qualquer cidadão brasileiro, eu acho que isso é importante nesse momento, a gente discutir tema de fomento indígena, e apesar de que com certeza a nossa questão é esquecida pela discussão política, mas, ignoram os direitos dos povos indígenas no contexto da discussão política, nas decisões políticas. Eu acho que isso, a gente poderia realmente abraçar essa causa que é tão esquecido pelo Estado, durante a discussão política. Então companheiros, vamos colocar a questão política em público, para que esse público principalmente contendo a política pública veja visivelmente a questão dos povos indígenas com maior carinho, com maior respeito e atenção. Era somente isso que eu quero falar aqui nosso Deputado Lebrão, Crispin e Mauro, e demais presentes aqui. Que futuramente também Deputado Lebrão, que a gente possa discutir realmente como a gente pode criar uma representação do povo indígena, que possa garantir o atendimento do povo indígena no contexto da política pública do Estado Brasileiro, do Estado de Rondônia. Eu acho que isso é importante para garantir recursos, para destinar atender a demanda, necessidade dos povos indígenas em cada área que necessitamos. Acho isso importante a gente colocar na pauta da audiência e também em outro encontro que a gente possa ser convidado para discutir esse tema. Acho que esse tema, não pode ser apenas discutido apenas hoje e acabar por aqui, porque muitas vezes a gente discutir a questão dos povos indígenas, ela não é discutido, não continua ser discutido em outro momento que a gente precisa discutir. Era somente isso que eu quero colocar aqui, com certeza as lideranças vão complementar a minha fala, obrigado aí.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Parabéns, Heliton. Certamente, nós teremos a continuidade dessa discussão durante o nosso trabalho principalmente com acompanhamento dos membros da Comissão de Direitos Humanos. Quero fazer uma saudação, cumprimentar aqui a nossa Deputada Cassia Muleta, agradecer sua vinda pela participação muito importante a sua presença.

Nesse momento concedo a palavra ao senhor Henrique Suruí, Liderança Indígena da etnia Suruí.

O SR. HENRIQUE SURUÍ – Primeiro lugar, eu quero cumprimentar lideranças presentes aqui nesse momento, todas as lideranças indígenas da região, toda região do Estado de Rondônia. Eu quero cumprimentar Deputado Lebrão, que é responsável que nós povos indígenas colocamos os nossos problemas publicamente no Estado de Rondônia, através da mídia, através da comunicação e o mundo poder olhar esse nosso debate nesse momento. Eu sou Henrique Abadá Suruí, que contribuiu o Movimento Indígena na década de 80, até hoje contribui com o Movimento Indígena, como município do Estado, em nível nacional, principalmente Movimento Indígena

em nível nacional. Quero cumprimentar todos nós, o senhor Deputado presente nesse momento, como o Deputado Federal Mauro Nazif, bancada de Rondônia, juntamente Deputado Lebrão, e demais Deputados presentes aqui, demais autoridades. Quero cumprimentar nossas lideranças indígenas do Estado de Rondônia, minha liderança Cacique maior e também contribuiu. E ao mesmo tempo eu aprendi junto com ele que chama Nini Suruí está presente neste momento, junto com o Manoel Suruí. Bom, eu queria colocar aqui que o Povo Suruí e o Povo Tuparí colocaram o Estado de Rondônia na mídia mundial como maior produtor de café do Estado de Rondônia, desde a década de 80 o Povo Suruí vem trabalhando como produtor de café do Estado de Rondônia, e falando isso eu quero falar com muito respeito as demais outras lideranças que estão presentes neste momento aqui também presenciando o Coordenador Regional da Funai do Estado de Rondônia que está presente aqui e lideranças indígenas presentes neste momento, com muito respeito falar da agricultura indígena, da terra indígena, eu queria deixar a minha fala que com muito respeito a gente tem que respeitar a cultura e também opinião de cada um de nós, isso aí que eu quero colocar publicamente, não levar esse trabalho que nós povo Suruí, Povo Tuparí que faz neste Estado de Rondônia, com muito respeito quem não faz esse tipo de trabalho, por que estou falando isso? Nós conseguimos colocar na mídia como maior produtor de café indígena do Estado de Rondônia até pode falar em nível nacional e saiu repercussão em nível mundial e hoje para o Suruí e demais nossos companheiros estão visto maior produtor de café no Estado de Rondônia, mas porque, por isso eu queria que o Estado de Rondônia aqui nesta Casa como Assembleia Legislativa criasse uma lei orgânica para que apoiasse a agricultura indígena no Estado de Rondônia. Eu queria deixar palavra aqui para garantir desenvolvimento econômico dentro do território indígena, precisa demarcar terra indígena que não está demarcada, precisa demarcar aquela terra daquele povo indígena que não está garantido o seu território e também não está contato ainda sociedade não indígena. Precisa respeitar cultura diferente do povo indígena, em primeiro lugar, e eu queria dizer também que tirar invasão da terra indígena onde existe invasão na terra indígena no Estado de Rondônia, isso precisa para que nós possamos igual para igual seja respeitado e seja direito garantido a sua casa respeitado pelos outros. Então isso eu queria registrar aqui e também os senhores deputados e também que a gente tem grande preocupação também da municipalização da saúde indígena porque o município não tem preparação ainda para receber a saúde indígena. Agora nós precisamos Secretaria de Agricultura, Secretaria de Meio Ambiente, como eu coloquei na minha fala trabalhar com povo indígena respeitando cultura, respeitando maneira de viver e trabalhando a gente aprende com outro povo indígena e também a gente aprende o que é bom para o que não é o nosso mundo. Agora na parte da manhã nós, tive uma reunião com o Secretário da Educação do Estado de Rondônia, colocando o atendimento da educação dos povos indígenas, ela é muito carente, ainda, dentro da nossa Aldeia como em toda a região e município de Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Alta Floresta, Porto Velho e demais regiões, Espigão d'Oeste. Então nós colocamos esta... nós precisamos da nossa Educação que a nossa sociedade

olhe a educação como a segunda casa do ser humano. Então a gente pede este apelo aqui também que o Governo cumpra as suas obrigações com o povo indígena do Estado de Rondônia. E Vossas Excelências como zeladores e fiscalizadores precisam criar uma Lei Orgânica para reforçar esse nosso pedido, nossas dificuldades que nos colocamos neste momento nesta Casa. E eu queria agradecer muito nesta data. A gente é a primeira vez que está colocando os problemas que vem acontecendo, preocupando os povos indígenas no Estado de Rondônia. Demarcação de terras, proteger índios isolados e proteger e também apoiar quem está produzindo como produtor indígena no Estado de Rondônia. Para isso o Governo, a Secretaria do Governo junto com o Meio Ambiente precisam fazer um levantamento e conversar com as comunidades indígenas e consultar e colocar e ouvir as comunidades indígenas o que eles pensam e o que eles acham e o que precisam e o que pretendem fazer. Então isso eu colocaria a minha grande preocupação como Henrique Abadas Suruí, que contribuiu em um movimento indígena no Estado de Rondônia. A gente sabe que a gente precisa ter que demarcar, precisa da demarcação da terra indígena de identificação das terras indígenas no Estado de Rondônia. Muito obrigado. Deixo a minha palavra por aqui.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Obrigado, Henrique. Neste momento eu concedo a palavra ao senhor Edgard Menezes Cardoso, Secretário Adjunto da Sedam.

O SR. EDGARD MENEZES CARDOSO – Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Senhor Deputado Lebrão, permita-me, em seu nome, cumprimentar as demais autoridades aqui presentes.

Deputado, o senhor faz o resgate histórico com esta Audiência. Faz um resgate histórico porque trata de uma questão muito séria, de uma população que antes da gente chegar aqui, essa população já estava. Então, é uma população sofrida e que vem passando por muitas dificuldades.

Quero dizer que no âmbito da nossa Secretaria, Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, há mais de 05 anos foi criada uma Coordenadoria de Povos Indígenas. Essa Coordenadoria tem o propósito de articular, elaborar projetos, elaborar políticas públicas para os povos indígenas. Quero me reportar aqui, especificamente ao tema principal deste evento, que é Fomento florestal. O senhor abordou bem a questão, fomento Florestal. Lembro aqui, que no dia 14 de dezembro, na cidade de Guajará-Mirim, a Sedam lançou o Projeto “Plante Castanha do Brasil”. O senhor sabe que a castanha do Brasil é uma espécie altamente valorizada, altamente cobiçada, comprada pelo mundo inteiro. É claro que o projeto é pequeno, mas, no entanto, trará, ao longo do seu tempo, uma segurança alimentar para as populações indígenas. E eu fiquei surpreso naquele evento, com bastante gente, com 21 representações de produtores rurais, e o interesse despertado pela comunidade indígena foi muito grande. E, assim, naquele momento destinamos mil, cento e poucas, não lembro exatamente a quantidade de mudas para começar o Projeto Plante Castanha. O Projeto ainda é pequeno, mas ele tem seu significado grande, à medida que traz o cultivo de uma espécie nobre, uma espécie da região e uma espécie perene, que com certeza trará, no futuro, segurança alimentar

e, quem sabe, o excedente para comercialização de seus produtos. Vejo que também o Governo do Estado de Rondônia, por ocasião das negociações, comunidades indígenas Suruí com entidades internacionais e também nacional, apoiou, se mobilizou, ajudou na comercialização de crédito e carbono. É, no país, o primeiro caso, primeiro exemplo de um apoio irrestrito, incondicional de um Governo de Estado, numa política que com certeza levarão a bons termos ao longo do tempo. Quero aqui, com minhas breves palavras, encerrar aqui a nossa participação, não encerrar a participação nossa, mas no sentido de ajudarmos a compor grupos que possam contribuir com a melhoria desse povo, como eu já disse, bem sofrido. O senhor está de parabéns pela sua iniciativa, e a gente é testemunha de que ao longo do tempo, esporadicamente, o senhor vem fazendo gestões na Sedam, em prol dessas comunidades indígenas. Meu muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós agradecemos, senhor Edgar. Parabéns pelo trabalho que Vossa Excelência está desenvolvendo na Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

Neste momento eu concedo a palavra ao senhor Claudinaldo Leão da Rocha, Secretário Municipal de Assistência Social e da Família, representando a Prefeitura de Porto Velho.

O SR. CLAUDINALDO LEÃO DA ROCHA – Deputado Lebrão, eu trago um abraço do Prefeito Dr. Hildon, também agradeço o convite que me foi feito, como Secretário de Assistência. Meu primeiro contato com a causa indígena se deu quando eu ainda era muito jovem, 16, 17 até 18 anos, onde fiz missão com o Sacerdote do Verbo Divino, entre o Pará e o Amazonas, particularmente no rio Nhamundá. Uma experiência ímpar na minha vida, que até hoje eu guardo, de fato, boas lembranças desses povos. Quero cumprimentar também todas as lideranças que se encontram nesta tarde aqui. Dizer que a assistência social é dever do Estado e do município. É um direito de todo cidadão que deseja o bem-estar e proteção social. No finalzinho do ano passado, eu tive a alegria de receber na Secretaria, um jovem líder, o Cleidson Karetiana. Cheio de sonhos, inclusive está aqui, não é? Cheio de sonhos e, como eu falei para vocês, quando vi toda a narrativa dele, prontamente agendamos uma visita na sede central daquele povo, passamos o dia, batemos um papo, e surgiu uma proposta que nós iremos, daqui no máximo duas semanas, dizer o dia da Tenda da Família Indígena. Quero firmar o compromisso com as lideranças que contemplam o município de Porto Velho. A Semasf está de portas abertas, nosso gabinete está de portas abertas para que a gente, a partir de abril, leve o CAD Único para, nós sabemos de toda dificuldade que tem vários indígenas, de vir até Porto Velho. Meu compromisso, Deputado Lebrão, é levar a SEMASF até as comunidades indígenas. É um compromisso que eu faço nesta Audiência. Chamou-me também muita atenção, uma cartilha, ainda, elaborada pelo MDS, antigo MDS, trabalho social com famílias indígenas na proteção social básica. Então, também essa cartilha nos acompanhará, com certeza, nessas visitas que nós iremos fazer às comunidades indígenas, como disse aquelas que contemplam Porto Velho. Até porque, como diz, não é nenhum favor que a gente vai fazer, mas é realmente dar aquilo que é da política de assistência social do município de Porto Velho. É compromisso do Prefeito e

compromisso meu, como Secretário, diante das lideranças, nesta tarde. Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é quem agradecemos, Dr. Claudinaldo. Pode ter certeza, pode ter certeza que nós estaremos juntos, abraçados a essa causa, empunhando essa bandeira e vamos fazer da melhor forma possível a parceria para somarmos juntos.

Nesse momento concedo a palavra ao Dr. Guilherme Luis de Ornelas Silva, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. GUILHERME LUÍS DE ORNELAS SILVA – Boa tarde a todos. A Defensoria Pública do Estado de Rondônia agradece o Deputado Lebrão, a iniciativa de trazer reflexão a esse tema tão importante à nossa sociedade. E, na presença do senhor, eu cumprimento os deputados demais presentes, Deputado Ismael, Deputada Cassia, Deputado Mauro Nazif. Cumprimento, também, o Procuradora do MPF, Dra. Daniela, que está presente. A Defensoria Pública tem uma missão constitucional muito importante, que é de assegurar dentre outras atividades, a implementação dos direitos humanos. Então, Deputado Lebrão, a gente sempre tem interesse em participar dessas Audiências públicas, com essa temática, a gente fica muito honrado de ter o senhor à frente dessa bandeira, e a gente coloca à disposição todas as comarcas do Estado, onde a Defensoria está Presente, em todas as comarcas a gente tem atendimento. O atendimento a essa população no que couber no que diz respeito à atuação da Defensoria, seja para implementação de direitos civis, seja para ombrear com o Ministério Público Federal e as questões de demandas de terra. E, enfim, a Defensoria quer ser um instrumento, também, de acesso à população indígena e a gente está à disposição para cooperar e colaborar no que for preciso. Agradeço o convite e estamos à disposição. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Nós é que agradecemos Dr. Guilherme, parabenizar o senhor e, em nome do senhor, quero cumprimentar todo o corpo técnico administrativo da Defensoria pública, que realmente defende aqueles que precisam ser defendidos e que não têm condições de arcar com as despesas, principalmente na área judicial.

Concedo a palavra, nesse momento, ao Excelentíssimo senhor Deputado Federal Mauro Nazif, representando a Bancada de Rondônia no Congresso Nacional.

O SR. MAURO NAZIF – Senhor Presidente Lebrão, lhe cumprimento por essa audiência, por ser ao autor dessa propositura, ao mesmo tempo, que cumprimento o companheiro, Crispin, Deputado Crispin, que está nesta luta, também, pelo povo indígena, a Deputada Cassia, em nome de vocês cumprimento todos os pares do Poder Legislativo Estadual. Cumprimento o Dr. Guilherme pela Defensoria Pública do Estado, a Dr. Daniela pelo MPF, o MPF que sempre foi um grande defensor dessa causa indígena, que fique o registro, que estenda também ao Dr. Reginaldo, sempre esteve à frente. Cumprimentando através do João, eu cumprimento a todos da coordenadoria da Funai, sabemos das dificuldades. O Claudinaldo e o Luiz, eu cumprimento a gestão municipal que se faz presente. Em nome do Heliton e do Henrique, eu cumprimento a todas as lideranças,

todas as etnias aqui presentes. Em nome de todos que se fazem presente, eu cumprimento atrás do meu amigo, do meu colega parlamentar, Padre Ton, e faço um registro que é foi um grande defensor das lutas indígenas. Padre Ton, meus cumprimentos sinceros pelo seu trabalho que o senhor desenvolvia naquela Casa de Leis. Cumprimentando a todos os servidores desta Casa, pelos quais eu tenho um carinho muito grande por onde nós passamos aqui muito tempo e a você, agora, Luiz como Deputado Estadual que fomos juntos. Senhor Presidente, esta Audiência, certamente, tem uma importância ímpar. Porque ela está tendo a oportunidade de tratar nas três esferas: na Municipal, na Estadual e na Federal. Na Federal, onde nós estamos representando o Estado de Rondônia, nós sabemos das dificuldades que nós vamos ter pela frente e isso sempre foi muito bem claro, muito bem definido. A propositura que o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, através da medida provisória 870, é algo que eu considero atípico. Quem é a Funai, onde está a Funai, aonde se deve dirigir para fazer as suas cobranças? E, é impressionante o que conseguiram fazer nessa medida provisória 870, que está tramitando no Congresso Nacional. João, você é da Funai, eu queria aqui fazer uma cobrança para vocês. Senti a ausência da Funai. A Funai existe por quê? Por causa dos Índios. Nós estamos com uma Medida Provisória 870 onde tudo hoje já não tem definição. Ou tem. É como se eu fosse tratar a saúde, fazendo um exemplo simples aqui, você tem a saúde básica e a saúde de média e de alta complexidade. Olha, a saúde básica vai ficar lá no Ministério do Transporte. A saúde de média e alta complexidade vai ficar lá no Ministério das Mulheres. Como é que você trabalha a saúde se uma é interligada a outra? O que eu quero dizer com isso, voltando para a Funai? A estrutura da Funai, Presidente Lebrão, ela esta no Ministério da Justiça, a estrutura da Funai está no Ministério da Justiça. As ações da Funai estão no Ministério das Mulheres e Cidadania. A demarcação da terra foi para o Ministério da Agricultura. Padre Ton, isso existe? Então não existe. Repetindo, a Funai em si está no Ministério da Justiça, as ações da Funai encontram-se no Ministério das Mulheres e a demarcação das terras indígenas, estão no Ministério da Agricultura. Olha onde que foi cair à demarcação da terra indígena? Foi cair justamente em quem menos tem interesse em fazer a demarcação de terra indígena. Então isso nos preocupa. Isso nos chama atenção. Então, em cima disso ouvindo os povos indígenas nós apresentamos lá duas Emendas, sabemos as dificuldades que nós vamos ter, mas, apresentamos duas Emendas nessa Medida Provisória fazendo com que essas ações retomem para o órgão de origem a Funai, no Ministério da Justiça e que essa questão da demarcação das Terras Indígenas saiam do Ministério da Agricultura e também retorne para a Funai através do Ministério da Justiça. Vai ter o encontro dos Povos Indígenas, uma grande mobilização nacional onde nós esperamos que isso aqui possa fazer também ajudar com que o Governo volte ao que era. Aí não foi só na questão da Funai que isso está acontecendo, mas nós estamos tratando aqui especificamente da Funai.

Então, senhor Presidente, eu parabeno por essa atitude juntamente com o nosso amigo querido Deputado Crispin, a Deputada Cassia, para que nós possamos estar discutindo.

Outro ponto alarmante é que querem botar a saúde para os municípios. Os municípios hoje mal dão conta do atendimento. Se isso acontecer certamente nem os municípios vão dar conta e nem o povo indígena vai ter assistência à saúde. Nem o povo vai ter assistência. Então, todos nós temos que estar engajados nessa luta tanto em nível municipal quanto estadual e o federal e por isso eu parabeno aqui a Assembleia Legislativa, todos vocês por esse trabalho no início da Legislatura que estão se propondo. Vamos somar tudo junto com os órgãos competentes, o MPF, MPE, Defensoria Pública, Governo do Estado é importante participar aqui dessa discussão; o Edgar está aqui pela Sedam que representa o Governo do Estado, Edgar, desculpa eu não ter falado, mencionado. Então que todos nós possamos juntos trabalhar em prol dessa causa. Obrigado.

O SR. MAURO NAZIF – Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é que agradecemos Deputado Mauro Nazif. É uma honra ter Vossa Excelência como nosso representante na Câmara Federal. Tenho certeza que através da sua experiência, somará com os outros pares, enriquecerá sem dúvida nenhuma o conhecimento de todos os deputados, para que a gente possa avançar cada vez mais e o Estado de Rondônia possa continuar sendo este Estado pujante, o Estado das oportunidades, dando condições iguais para todas as pessoas que escolheram o Estado de Rondônia para aqui viver e aqui constituir as suas famílias. Parabéns Deputado.

Nesse momento, concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispin, 1º Secretário da Assembleia Legislativa, cargo que eu ocupei por quatro mandatos, com muita honra e hoje muito bem orquestrado por Vossa Excelência, juntamente com sua equipe. Parabéns Deputados.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Muito boa tarde a todos. Cumprimento Sua Excelência, o Deputado Lebrão, proponente desta brilhante Audiência Pública e no instante que o cumprimento, parabeno pela iniciativa que é extremamente pertinente no momento em que nós temos uma mudança de Governo, novas propostas advindas do Governo Federal e o Estado de Rondônia que tem várias etnias e que comporta muito bem o povo indígena, não poderia Deputado Lebrão, Presidente desta Audiência Pública, ficar alheio às discussões e o fomento às políticas públicas para os povos indígenas, com certeza desta Audiência, nós vamos tirar algumas demandas a serem tratadas no Governo do Estado com os municípios e demandadas com o Governo Federal. Cumprimento Sua Excelência o Deputado Federal Mauro Nazif, meu Presidente, líder maior do PSB em Rondônia e diria a comunidade indígena aqui presente, que a meu ver é a maior voz em defesa do povo indígena brasileiro, o Deputado Mauro Nazif, que nos honra muito na tarde de hoje com sua presença. Saudar a Deputada Cassia, representatividade feminina no Parlamento Estadual; cumprimentar o Dr. Guilherme Luis de Ornelas Silva, Defensor Público e no seu nome cumprimentar as demais autoridades aqui presentes. Senhoras e Senhores, o tema, como eu já disse é por demais importante e o momento é apropriado; eu citei a mudança de Governo, muito bem relatado aqui pelo Deputado Federal Mauro Nazif, a proposta que a Medida Provisória trás e que deve sim ser enfrentada pelo Congresso

Nacional, sem dúvida nenhuma, deve ser feita essa discussão e o fato da Medida Provisória, só o fato da sua publicação e a discussão no meio desse povo, traz um grande temor no seio da comunidade indígena aqui no Estado de Rondônia. E por este motivo, é que nós somos demandados enquanto parlamentares estaduais. Gostaria de dar um abraço aqui ao seu José Amaral que é da etnia Cujubim, lá na nossa região, Deputado Lebrão, da 429, em especial o município de Seringueiras, no seu nome saudar todas as representações indígenas aqui. Gostaria de tentar contribuir aqui com a Audiência, é lógico, que isso vai ter uma sequência e conseguir entender, eu acho que esse momento, esse caminhar das discussões, é preciso se abrir isso, a Assembleia Legislativa faz na pessoa do Deputado Lebrão no dia de hoje; a oportunidade do diálogo, oportunidade de ouvir as representações e aí, nós temos aqui a presença da Sedam, que com certeza representa o Governo do Estado e é bom ouvir a comunidade indígena, mas é bom ouvir também o que o Governo pensa com relação aos indígenas do Estado de Rondônia; qual que é a propositura que o Governo propõe dentro do seu mandato nesse momento para os povos indígenas do Estado de Rondônia. Aproveitar e saudar o Deputado Chiquinho, que é nosso companheiro, também está aqui, Deputado Chiquinho da EMATER, muito boa tarde e bem-vindo a nossa Audiência aqui. Então, a gente precisa saber se essa agenda indígena interessa ao Estado, Samuel, como que é que o Governo quer discutir isso, uma vez que nós temos os três entes da Federação envolvidos, a União, o Estado e os Municípios, todos envolvidos na mesma seara. E o fomento, é claro que ele é bem-vindo, é claro que ele é interessante e deve ser debatido em exaustão. Mas, eu gostaria de levantar algumas questões que me preocupa dentro deste contexto. Preocupa-me senhores, saúde e aí nós sabemos que temos uma proposta do Governo Federal que quer esse cuidado com a saúde indígena, simplesmente aos municípios. Como é que isso vai acontecer? Uma vez que nos dias atuais, nós temos a grande dificuldade dos municípios e não só uma dificuldade para os municípios pequenos, municípios médios e grandes municípios também, de cuidar da própria saúde daqueles que ele tem o conhecimento da cultura, e o que é para esse município passar a cuidar de uma comunidade que ele não tem o conhecimento da sua cultura, da sua vivência, como é que eles vão dá essa assistência? Na mesma linha, me preocupa também a questão da educação. Nós tivemos um avanço extraordinário no Brasil nos últimos anos na educação. Eu tenho aqui hoje indígena com o nível superior, recebi aqui dos Tupari de Alta Floresta d'Oeste, um indígena que é enfermeiro padrão formado, isso é muito bacana. Mas, o que é que o Estado pensa desde o ensino fundamental até a gente poder engajar no ensino superior? Deve ser uma preocupação do Estado? E fico às vezes me perguntando, como é que o Estado tem cuidado disso, o que é que o Estado se propõe, para poder discutir com vocês nesse segmento. E a bem da verdade, sugeri aqui Presidente Lebrão, que o Estado tivesse, e aí trazendo isso para o nosso seio para a nossa comunidade e para uma demanda até do parlamento estadual, que o Estado tivesse um órgão próprio, nós sabemos que ele tem a Secretaria de Agricultura, que tem dentro do seu seio alguns segmentos voltados para isso, mas, que o Estado tivesse um órgão próprio,

para fazer essa discussão, para ouvir a comunidade e para entendê-la. E isso, não pode ficar só no discurso, nós precisamos ir para a prática, porque se nós dissermos olha, nós vamos fomentar, exemplo, a agricultura indígena, e não formos lá no PPA, e esse ano é o ano de nós discutirmos o PPA, para os próximos quatro anos. Não formos lá, no Plano Plurianual então, e incluímos dentro do PPA, uma pauta de política voltada para o segmento indígena nós não vamos avançar. Então, nós precisamos fazer a discussão, mas, ir para a prática. É uma sugestão que deixo aqui, parabenizando Vossa Excelência pela iniciativa e colocando também o nosso mandato e a parceria para fazer essas defesas que considero importante. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Ismael Crispin. Parabéns por suas colocações, certamente nós vamos aprofundar muito mais ainda nesse tema com reuniões que certamente vai condições para que a gente possa avançar cada vez mais, e certamente esta Casa de Leis, será grande parceira para contribuir com todos vocês. Nesse momento, eu concedo a palavra, registro e agradeço a presença do nosso querido Deputado Chiquinho da Emater, é o homem da agricultura, agora hoje representando na Assembleia Legislativa os nossos agricultores também do Estado de Rondônia. Está franqueada a palavra a Vossa Excelência.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Boa tarde a todos! É um prazer estar aqui nesta Audiência. Quero já parabenizar o Deputado Lebrão, que fez essa propositura, e dizer aos amigos, estou aqui com muitos amigos, estou aqui com o Vicente, lá de Ji-Paraná, que cuida das aldeias. Vicente, você faz um trabalho excelente, e Deus lhe abençoe sempre assim cuidado dos nossos povos indígenas. O Deputado Crispin, falou aqui de uma coisa muito importante. Nós precisamos fazer com que as aldeias indígenas, ela seja produtiva, não dá mais Deputado Lebrão, Deputado Dr. Mauro Nazif, meu companheiro e amigo Deputado Mauro Nazif, continuar. Eu tive a oportunidade de visitar algumas aldeias indígenas, e a gente vê a falta da produção, é isso que eles querem. Eu fui a Guajará-Mirim, fui a Ji-Paraná, fui a outras aldeias ali em Mato Grosso também, entre Mato Grosso e Vilhena, e a gente ver a necessidade deles produzirem Paulo. Inclusive, Paulo, tem alguns tratores que estão na Seagri, ali Deputado Lebrão, Deputado Crispin, Deputado Mauro Nazif, que é para ser distribuído para as tribos indígenas também. E é muito importante a gente vê essa distribuição, vê outros tratores também que foram distribuídos, como está o andamento, como está à produção, mas, o que o Deputado Crispin, falou é muito importante. Nós tínhamos que colocar ali Deputado Lebrão, alguns recursos do orçamento do Estado; Deputado Crispin; e eu vou estar lá junto com o Ezequiel relatando o orçamento este ano, para o próximo ano na Comissão de Orçamento e Finanças. E com certeza, a gente vai colocar Vicente, recurso destinado via Seagri, destinado as aldeias indígenas na parte produtiva. Além do mais, nós temos que vê muitas coisas de vocês que possa ser comercializada, a questão das agroindústrias, indústria de farinha e outras mais, poupa de frutas que vocês vão fazer, então a gente tem que fomentar isso, e vocês tenham certeza que a Assembleia Legislativa, estamos aqui em 24 deputados e todos com certeza serão a

favor, todos, não vai ter nenhum contra a ajudar as tribos indígenas serem produtivas, eu acho que o que tem que fazer é isso. Porque eu não entendo porque a Funai, Deputado Mauro Nazif, no orçamento dela não tem nada disso, eu não entendo porque isso, não é Vicente? Era para a Funai fazer isso, entendeu, ser parceira. Eu quero colocar emenda minha também para as tribos indígenas, por que não? Por que não? Vocês têm o mesmo direito, Ton, eles tem o mesmo direito do que os povos das cidades e também os povos da zona rural, o povo indígena tem todo direito. Eu vou colocar parte das minhas emendas também para as tribos indígenas, com certeza eu quero colocar no setor produtivo, quero colocar nas agroindústrias para que vocês possam produzir para vocês não fiquem só na dependência de recursos da Funai e no fim nada sai, muita enrolação na verdade, a gente não sabe por que essa política da Funai, mas vocês podem ter certeza que a gente vai trabalhar juntos para que isso mude, mude a política pelo menos a do Estado nós vamos tentar mudar para vocês, vocês tem todo direito, eu não sei por que há tanto tempo vocês estão assim sem esse direito. Então a gente vai trabalhar nesse sentido e o que depender de mim para fazer para ajudá-los. Eu até penso Deputado Lebrão muita gente bota uma academia para a cidade, nunca se lembraram de botar uma academia para os índios, por que não? Um parque para as crianças brincar, tantas crianças que tem naqueles parques lá, por que não botar uma para eles? Então eu quero ser muito parceiro de vocês, é minha obrigação, não estou fazendo nenhum favor, eu estou fazendo a minha obrigação para ajudá-los, então pode contar com este deputado, com certeza aqui já tem três aqui, inteirar quatro com a Cassia, deve ter passado mais por aqui e todos nós, a Assembleia Legislativa somos reconhecedores do direito de vocês. Que Deus abençoe vocês, eu tenho uma admiração muito grande por vocês e quero ser um parlamentar juntamente com os colegas, Deputado Mauro Nazif, para defender os povos indígenas, principalmente do meu Estado de Rondônia. Meu muito obrigado a todos.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Chiquinho. Será muito importante a colocação de suas emendas e dos outros deputados certamente vão te acompanhar para que a gente possa investir na comunidade indígena.

Quero registrar aqui e agradecer a presença do senhor Tomás Carvalho, Coordenador Técnico local da Funai, estamos honrados com a sua presença. Neste momento passo a palavra ao senhor Paulo Haddad, Diretor Executivo da Seagri.

O SR. PAULO HADDAD – Quanta responsabilidade, hein? Deputado Lebrão, Presidente desta comissão, em nome do Governador e do Secretário Padovani muito obrigado pelo convite; Deputado Chiquinho, Deputado Crispin, Deputado Mauro, dos idos tempos de futebol, já parou com essa bola faz tempo, mas continua mandando bem lá em cima na Câmara; demais membros da Mesa, quero fazer aqui um cumprimento muito especial aos irmãos indígenas, os nossos primeiros e mais importantes guardiões da água que produz este Estado, sem vocês acho que nós já teríamos perdido toda água que vai para toda a produção nas diversas linhas do Estado, meu muito obrigado como cidadão e como homem público agora. Quero iniciar respondendo ao colega da Funai

quanto a morosidade dos tratores na Seagri, não é verdade! Essas emendas foram atendidas, os tratores estão guardados há muito tempo lá, já foram alvo de muito trabalho do Deputado Chiquinho, do Deputado Lebrão e do Deputado Dr. Neidson, infelizmente a Funai precisa assinar o convênio e o Presidente da Funai não assinava, simplesmente isso, e passou o tempo da irresponsabilidade pública, esse Governo se compromete com a responsabilidade pública, nós faremos documentalmente o que legalmente é obrigado fazer. Temos aí muitas coisas a arrumar, quero dizer a vocês, os deputados são sabedores disso, 97% das emendas colocadas na Seagri são honradas e, Deputado Mauro, continuarão sendo, a casa está aberta a toda a sua demanda e a demanda da Bancada Federal, assim como a Bancada Estadual já o sabe e tem as portas mais do que abertas, escancaradas. Mas eu quero fazer aqui um convite muito especial, eu quero convidá-los a ir nos visitar e para que juntos nós possamos pensar ações que venham a beneficiar a produtividade nas diversas aldeias do Estado, vocês são muito bem-vindos, é nossa obrigação atendê-los como atender todo o chamado povo da roça para que a gente faça com que nós que ficamos aqui nas zonas urbanas possamos comer e beber água. Muito obrigado a vocês!

Quero também destacar a questão do PPA. É hora não é deputado? Acho que nós estamos muito abertos e queremos desenhar este PPA com a mão dos deputados, que são eles que estão na ponta e sabem o que os diversos nichos de públicos, não só dos que o elegeram, mas de todo o estado que vocês precisam na área de produção. A Seagri está de portas abertas. Vamos desenhar isso com muita responsabilidade, muito carinho. Não é um orçamento muito grande. O senhor Luis Menezes homem de tantas experiências, conhecimento e que nos dá aulas a todo tempo, tanto quanto o senhor Edgar, bem sabe que a Semagric por incrível que pareça tem quase dez vezes mais orçamento do que a Seagri. Os senhores sabiam disso? Nós queremos corrigir este rumo, nós queremos fazer com que a Secretaria de Agricultura do Estado seja condutora da Política Pública e a Emater e o Idaron sejam os executores do campo. Então precisamos e contamos com a colaboração de todos os senhores.

No mais me colocar a disposição, a Secretaria está à disposição do Secretário, é assim que o Governador quer que nós trabalhemos, contem conosco e qualquer outra dúvida está aqui à disposição para esclarecimento. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Muito obrigado. Tenho certeza que nós vamos avançar muito neste Governo. Neste momento eu convido para fazer uso da palavra o Frei Valmir Cândido Bavaresco, integrante do CIMI de Porto Velho.

O SR. VALMIR CANDIDO BAVARESCO – Boa tarde a todos! Deputado Lebrão Vossa Excelência que está a Mesa; aos povos indígenas aqui presentes. Me pegou de surpresa, mas vamos lá. Eu acho que é importante ter presente que os povos indígenas tenham uma economia indígena, tenha a sua maneira de produção, suas lavouras tradicionais, e essas lavouras não conseguem ser vendidas por falta de documento que possa ser feito para entregar esse produto às próprias escolas tendo valorizada a produção que eles têm. Me chama atenção também o que o meu pai Cacique Suruí falou, lembrar que tem muitos

povos em Rondônia que não tem o seu território demarcado, embora a lei brasileira, a Constituição garanta esses povos ter o seu documento, mas não podem habitar nela porque o Governo Brasileiro ainda não lhe deu essa condição. Por isso que quase 40% da população indígena de Rondônia estão fora de seu território. Então que o Estado contribua. O Deputado Mauro leve isso para Brasília, que isso aconteça, para que essa população possa ter presença. A segunda coisa que eu gostaria de levantar que dentro destes povos que não tem o território demarcado existe mais de 15 povos livres, isolados, chamem como vocês quiserem, mas que lutam pela terra. E vocês povos indígenas que estão aqui presentes lutem para que não sejam exterminados, a cultura milenar desapareça, por falta de ter a segurança de seu território. A Terra Indígena Massaco, graças a Deus, está demarcada, está segura, mas muitos outros ainda não têm essa riqueza de ter o seu território demarcado. Outra coisa importante presente aqui é muita produção tradicional, coletas feitas pelos povos indígenas: castanha, açaí, copaiba e tantas outras. Os indígenas depois vão dizer mais do que nós do CIMI. Eles têm isso presente e a importância de ter a Floresta eles poderem produzir isso e levar para nossa sociedade. Muita alimentação é fruto deles e o respeito a essa tradição, a essa cultura que eles têm para ser a partir daí fazer o seu desenvolvimento a sua maneira, a sua maneira tradicional, que muito nos ensina a nós gaúchos, eu sou do Rio Grande do Sul. Gaúchos que tentam vir aqui, quem sabe tentam mostrar para os índios o que eles têm que produzir, eles têm a produção muito rica, eles têm a alimentação muito rica, falta nós valorizarmos o que eles têm presente.

A Medida Provisória nº870 que termina com a Funai, termina com alguém que seja mais próximo aos índios. É lamentável que aconteça, mas nós, Vossa Excelência deputado Mauro Nazif, nós todos vamos nos esforçar, os povos indígenas vão entrar sim, nesta luta, voltar ao Ministério da Justiça e fazer o papel de ajudar os povos Indígenas.

A Saúde, a Educação, a Saúde passar para o município é terminar com os Povos Indígenas, nós temos uma dívida com os povos indígenas que gostaríamos que nós construíssemos isso, mas dando uma saúde digna, valorizado tudo isso que eles têm. Valorizando os Pajés, as ervas medicinais que eles têm dentro das terras indígenas.

E, por último, eu gostaria de dizer que a Educação Indígena tem que ser valorizada em todos os sentidos. Tem muitas escolas indígenas que levam lá. O esquema que vem para a nossa sociedade com sua televisão, com esquema lá que é lamentável. Tem povos indígenas que não tem nem escolas para o seu povo. As crianças vão 15 quilômetros para ir à Escola. É lamentável isso acontecer em Rondônia, ainda. Acho que estamos dando os passos. A gente aposta e tem esperança que a luta de cada um de nós, Vossas Excelências, os deputado que estão aqui que assumem essa riqueza de estarem, e quem sabe com isso cada dia vai ser melhor. E ter a dignidade dos Povos Indígenas, alguém poderia dizer: mas vamos ter os povos indígenas desenvolvidos com máquina. Eu diria: deixa, se ele quiser ter máquina, que tenha, mas vamos valorizar a extração que ele tem, a riqueza que ele tem, a farinha que ele tem, que também isso é importante. E aí, o veneno não chega a casa deles. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Neste momento eu quero conceder a palavra ao ex-deputado federal, nosso querido Padre Ton, representando, neste momento, o nosso querido e grande Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. PADRE TON – Agradeço ao Deputado Lebrão e, ao mesmo tempo, estou aqui porque semana passada participei de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, e ele ressaltou da importância dessa discussão hoje sobre os povos indígenas de Rondônia e, aqui, eu falando para todas as lideranças indígenas, eu não sou mais vice-prefeito do município de Alto Alegre dos Parecis, eu renunciei ao meu mandato, e assumi, vou contribuir no mandato do Deputado Lazinho da Fetagro, que aqui estou representando. E por causa de uma agenda no interior do Estado não pôde participar dessa importante discussão, hoje. E dizer que o gabinete dele está á disposição, o gabinete dele é o nº 15, no 9º andar, aqui nesta Casa, e as portas do mandato dele estão abertas na defesa dos direitos dos povos indígenas. E eu gostaria de ressaltar que o que é mais importante nesta reunião é resguardar os direitos conquistados na Constituição de 88, a única Constituição deste País que os índios estão dentro dessa Constituição, nos artigos 231 e 232, lutar pelo não retrocesso. Ai, um dos pontos principais, é muito importante a presença do Deputado Mauro Nazif, nosso deputado federal, que ele, junto com os outros sete deputados federais, se posicione contra. É claro que a Medida Provisória 870 vai ser votada, porque essa Medida Provisória foi lançada no dia 1º, no dia que o Presidente tomou posse, que ela regulamenta as mudanças nos Ministérios, mas que ali, com a ajuda dos outros deputados, possam retornar a Funai para o Ministério da Justiça, que quando eu estava na Câmara eu queria que a Funai saísse do Ministério da Justiça e fosse para a Casa Civil. Mas é melhor voltar para o Ministério da Justiça e também faça essa mudança de voltar as demarcações para a Funai, no Ministério da Justiça, tirando do Ministério da Agricultura. Eu acho que a grande luta, no momento, será contra o retrocesso, contra esse retrocesso para resguardar os direitos conquistados na nossa Constituição. E muito bom que a Constituição de Rondônia, no artigo 233 fala dos índios, da importância dos índios. É claro que os índios é muito diferente. Por exemplo, quando se fala de agricultura, têm indígenas aqui que são agricultores, tem áreas indígenas. Mas o nosso Estado, é um Estado muito novo, é um Estado novo. Nós não temos muitos problemas de demarcação. Existem ainda regiões pontuais de demarcação. Os grandes problemas estão nos Estados antigos, no Nordeste, Rio Grande do Sul, no Paraná, não é? Ai, o quê? Nós temos que proteger as terras para que as terras não sejam invadidas. Ai, a gente pede que a Assembleia Legislativa do Estado, junto com a Comissão de Direitos Humanos, faça com que o Estado ajude a zelar por essas terras. Porque, quando eu era deputado federal, os Cintas-largas mesmo me chamaram, eu fui numa reunião em Espigão e ali eles têm uma vasta área antropizada, puro capim, que foram áreas que foram anexadas a terra deles. E eu fui a Brasília, na Funai, não conseguimos liberar para eles criarem gado, por exemplo. Mas mesmo que os índios fossem criar gado, como lá os Tuparí criam gado, tem que ter uma assistência técnica própria, porque o gado é uma cultura extensiva, não é? É uma cultura extensiva. E os índios são, segundo o artigo 231,

usufrutuários. As terras são da União. Daí o quê? Nós temos que ter essa consciência, nós, os brancos, de que os índios protegem essas terras, essa riqueza por nós. E fazer com que o Estado de Rondônia ajude a zelar por essas terras, como estava acontecendo no começo do ano. Eu visitei, eu fui candidato, eu visitei várias aldeias, vários distritos também, a gente tem que incentivar o nosso povo a cumprir a lei. Eu fui, por exemplo, num distrito onde a maioria do nosso povo branco está ilegal também, porque não está resolvido o problema fundiário de suas terras, eles achavam que depois de 1º de janeiro, iria acabar a Funai, Sedam, Ibama. E aí, a gente ouviu e assistiu na televisão, ali os Uru-eu-wau-wau, a terra sendo ameaçada. E aí, o quê? É pedir para que o Estado de Rondônia, os Karipunas também, os Uru-eu-wau-wau foi ali na região de Tarilândia, que eu até visitei no mês de janeiro, e, ali, as pessoas achavam que passando 1º de janeiro poderiam ocupar essas terras. E os indígenas de Rondônia, quando eu falo que se diferenciam, que tem áreas indígenas que são agricultores, eles têm os tratores, eu, como deputado, também coloquei emendas de tratores. Têm outros que trabalham com a castanha, a castanha do Brasil, a produção da castanha do Brasil, mas tem, como disse o próprio Frei, que aqui falou, onde nós temos povos que ainda não foram identificados, que precisam também, por exemplo, pontos da Constituição precisam ser regulamentados. Mas para eles serem regulamentados, os índios têm que ter condições também de participar. Por exemplo, eu fui Presidente, e o Mauro Nazif fazia parte da Comissão do PL 1610, da mineração em terras indígenas. Eu visitei países onde a mineração já está regulamentada em terras indígenas. Mas, por exemplo, aqui no nosso País e no nosso Estado, ali com o próprio problema em Espigão, dos Cintas-Largas, de regulamentar a mineração, os indígenas têm que participar. A Constituição pede que seja regulamentado, mas eles precisam participar das discussões. Hoje, graças a Deus, nós temos uma Wapixana, uma indígena de Roraima, a única mulher do Brasil que foi eleita deputada federal. E pelo número de habitantes de eleitores indígenas de Rondônia, nós não temos condições de eleger um indígena deputado federal ou mesmo deputado estadual para poder, eles, aqui discutirem os seus problemas e aprovar as suas resoluções. Por isso que é importante esta Audiência Pública, essa ideia de trazer essa discussão para cá e eu acho que nós precisamos repetir por mais vezes, mas o ponto central no momento, aqui, é não retroceder, é não perder direitos conquistados. E esses direitos estão sendo mais ameaçados em nível nacional. E importante também saber as várias políticas que estão sendo desenvolvidas aqui, através da Seagri, através da própria Emater. Nós precisamos também ver a questão da saúde. Porque vocês viram que com a saída dos cubanos, quem mais sofreu, eu não sei se já foi reposto os médicos nessas áreas, mas era um ponto que poderia se levantar e a Assembleia Legislativa pressionar o Ministério da Saúde para que sejam priorizadas essas comunidades que ficaram descobertas com a saída desses médicos. Portanto, concluo e trago aqui a mensagem do Deputado Lazinho da Fetagro, que apoia a agricultura familiar, que apoia os povos indígenas, que o gabinete dele está aberto a todos vocês. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Muito obrigado, Ton, pela sua contribuição. Neste momento eu convido à senhora Ualela Roitai Suruí, representante da Associação Kanindé.

A SRA. UALELA ROITAI SURUI – Boa tarde a todos. Eu me chamo Ualela Roitai, da bandeira Suruí, eu estou representando a Associação Kanindé, também o povo Suruí. Eu gostaria de começar falando sobre o PPA e como é necessário incluir os povos indígenas na agenda política e administrativa, que nós precisamos falar de políticas, tanto em sentido micro, mas também no sentido macro. E precisamos falar também em políticas próprias para os povos indígenas. Precisamos pensar na educação indígena, na mulher indígena, em políticas próprias mesmo para os povos indígenas. É importante também lembrar que o Brasil é signatário da OIT 169, que fala sobre o consentimento prévio, livre e informado. E, falando nesse sentido, é necessário que os povos indígenas estejam, eles façam parte da criação dessas políticas públicas. Por que quem pode falar melhor dos povos indígenas do que os povos indígenas? Quem conhece melhor a realidade do povo indígena do que o próprio povo indígena? Quem sabe melhor do que uma mulher ou adolescente indígena passa do que eles próprios? Então é necessário que os povos indígenas estejam incluídos na criação dessas Políticas Públicas. Que eles ajudem a criar essas Políticas Públicas, implementar essas Políticas Públicas.

E o Governo de Rondônia também precisa propiciar que os povos indígenas eles estejam nesses espaços como a própria Assembleia Legislativa, na academia, na Universidade, isso é função do Estado. Foi dito aqui que tem indígenas formados, já indígenas estudando, mas ainda têm muito que ser feito. Os indígenas eles precisam ainda mais ocupar esses espaços, porque apesar de ter indígenas sim na Universidade, ter indígena sim em espaços públicos, em espaços de poder, ainda é muito poucos. É necessário também que as organizações indígenas sejam fortalecidas porque são elas que ajudam o povo a escoar a sua agricultura que pensam que estão lá junto com a comunidade, que sabem do que a comunidade precisa. Então, é necessário também que o Poder Público olhe para as organizações e fortaleça essas organizações, que chamem para se unir para que a gente construa essas políticas públicas voltadas para os povos indígenas. Muito obrigada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns! Neste momento eu concedo a palavra ao senhor João Cavalcante Guanacoma, Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho - DSEI.

O SR. JOÃO CAVALCANTE GUANACOMA – Boa tarde a todos! Eu quero agradecer ao Deputado Lebrão, pela iniciativa desta Audiência Pública que nós vamos aqui, eu acho que sair com documento daqui, reivindicações, que seja boa para os povos indígenas.

Eu quero agradecer aqui a presença do Dr. Mauro, Deputado Federal; o Deputado Chiquinho da Emater; o Edgar da SEDAM, eu conheço o Edgar faz tempo não é Edgar? Em nome dos Indígenas agradecer a presença do Heliton, desculpe se eu vou, eu podia falar o nome de todos os Indígenas aqui, mas a gente acaba esquecendo, não é? Mas, é muito

gratificante nós estarmos aqui, o bom é a gente falar por último porque todo mundo já falou quase tudo, não é gente? Mas, nós estamos avançando muito na saúde indígena. Eu quero falar aqui para o assessor do Deputado Lazineiro que os nossos médicos do Mais Médico eles voltam dia 27, tá gente, agora, eles vão ser, vão substituir os Cubanos, eles são médicos brasileiros formados no Exterior. Então dia 27, eles estão todos aqui em Rondônia, são 10 Médicos no DSEI – Porto Velho; e dois Médicos no DSEI em Vilhena. Começo desse mês, agora, eles já vão estar em área. Outro avanço que estamos tendo na saúde indígena; nós estamos valorizando os nossos indígenas. Nós temos hoje Indígena Médico trabalhando, nós temos Indígena Enfermeiro, Indígena Técnico de Enfermagem, Indígena Farmacêutico, então, a gente tenta ajudar na medida do possível. O interesse nosso era ajudar muita quantidade de Indígenas, por exemplo, hoje nós temos em Guajará-Mirim oito Técnicos de Enfermagem formados; aqui nós temos quatro; só que as vagas são poucas, mas nós temos a quota que é de Lei dos Indígenas. E eu quero também hoje aqui, o que é que vai servir disso aqui gente? Nós temos que nos organizar, nós vimos aí os Deputados estão interessados em ajudar os Indígenas, mas, nós temos que nos organizar as associações que estejam regularizadas para nós recebermos os recursos e os benefícios que os Deputados vão colocar para gente. Nós já temos feito, nós entregamos aqui em Guajará-Mirim um trator para ao Vereador Arão, um trator com grade, com a carretinha e nós temos outros tratores para entregar; deu um problema, não é João? João. E nós estamos tentando resolver para entregar o restante. Bom gente, são estas as minhas palavras, vamos nos organizar ver o que nós queremos para os nossos indígenas, principalmente na área de agricultura, nas aldeias, entendeu? Como, repetindo o que o João falou 'domingo passado saiu no Globo Rural, sobre a produção de soja em uma aldeia no Mato Grosso'. Então, o que nós precisamos aqui? Organizarmos, entendeu? Solicitar recurso dos deputados, emenda parlamentar. E outra coisa, os indígenas votam também, viu gente, eles votam e eles vão cobrar vocês daqui para frente, nós vamos pegar, nos reunir, nós vamos visitar todas as aldeias num breve espaço de tempo, ver realmente o que eles precisam, entendeu? Para que nós precisamos de políticas públicas nas nossas aldeias e num breve espaço de tempo nós vamos, se Deus quiser entregar essas reivindicações para os deputados. Tá bom gente. O meu muito obrigado a todos.

(Às 17h31min, o senhor Lebrão passou a presidência ao senhor Chiquinho da Emater)

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) – Muito bem. Concedo a palavra ao Vereador Arão da Câmara Municipal de Guajará-Mirim.

O SR. ARÃO – Boa tarde a todos; lideranças indígenas; mulheres guerreiras aqui presentes. Em primeiro lugar quero parabenizar ao proponente da Audiência Pública, Deputado Lebrão e também quero parabenizar o Deputado Mauro Nazif, por ter, teve coragem de falar por nós na Câmara dos Deputados, senhor Mauro Nazif, a gente te acompanha nas mídias, nas redes sociais, por ter defendido as nossas terras,

principalmente a terra indígena Uro-eu-wau-wau que é onde está tendo muitas invasões e também na terra indígena Karipuna e especialmente a minha área que é indígena, que está tendo também muita invasão na nossa área. Então, por este motivo, quero parabenizar o senhor, Dr. Mauro Nazif, por esta coragem de defender a causa indígena em pleno, em número dos deputados em Brasília. Bom, com relação à Audiência de hoje, senhores lideranças, as lideranças indígenas, eu peço como liderança indígena, como professor indígena, como vereador, antes teria, primeiro passo Deputado Presidente, nós, população indígena, lideranças indígenas, junto com os nossos parceiros, também com representante da Assembleia Legislativa, sentar para que possamos construir um esqueleto, uma minuta de lei para que possamos incluir no Projeto de Lei do Estado, não só do Estado, também Deputado Mauro Nazif, pensar junto com os sete Deputados Federais, para pensar de que forma nós podemos colocar um texto na Constituição Federal, na Constituição da Lei do Estado, para que possamos usar de fato a nossa área, a nossa terra indígena. O que nós queremos é produzir na nossa área, porque muitas das vezes, nós somos visto, nós povos indígenas somos vistos, que somos o atraso do desenvolvimento do Estado de Rondônia, do desenvolvimento do Brasil. Mas, nós não temos a forma, condições legais para que possamos utilizar a nossa área. Então, penso Deputado Mauro Nazif, que a bancada federal tem que rever essa situação da legislação, da Constituição para que possamos juntos com as nossas lideranças indígenas, não só de Rondônia, mas sim no Brasil todo, como foi citado aqui. Eu acho que o mês que vem, em abril, vai ter uma grande mobilização a nível nacional e nós teremos que aproveitar essa mobilização, para que possamos propor para os nossos deputados o que nós queremos o quê que a gente está pensando em fazer com a nossa área; porque muitas vezes, somos esquecidos pelo setor público. Então, nós, população indígena, nós queremos também contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado, nós queremos produzir; plantar, vender, aumentar a renda da nossa comunidade. Então, eu penso nossas lideranças, as mulheres aqui presente, nós temos que sentar convidar os nossos parceiros, Ministério Público Federal para que possamos formalizar uma minuta de lei; Deputado Lebrão está aqui a nossa proposta; Deputado Chiquinho, o Deputado Mauro Nazif, está aqui a nossa proposta, nós queremos que vocês votem esta proposta. Então, encher dos indígenas aqui nesta platéia para que possamos acompanhar essa votação, que seria uma história para o nosso Estado. Então eu quero parabenizar o senhor Deputado Lebrão, como eu já até coloquei nas redes sociais, que pela primeira vez na história de Rondônia, teve essa Audiência Pública. Então, em nome da população indígena do Estado de Rondônia e em especialmente ao município de Guajará-Mirim, quero parabenizar os senhores e também ao Deputado Mauro Nazif. São essas as minhas palavras meus grandes guerreiros lideranças indígenas. E nós temos que sentar mesmo para montar um esqueleto de Projetos de Lei, junto com Funai, com Cimi, Kanindé, Comin, com todos os nossos parceiros, e convidar o Ministério Público, representante da Assembleia Legislativa, em todos os setores do Governo, para que eles possam acompanhar desse grande projeto que nós estamos pensando, nós queremos participar do

desenvolvimento do nosso Estado. São essas as minhas palavras, boa tarde a todos.

(Às 17h37min, o senhor Chiquinho da Emater passa a presidência ao senhor Lebrão)

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Muito obrigado, Vereador. Parabéns pelo trabalho que você faz à frente do parlamento lá de Guajará-Mirim, não somente defendendo a comunidade indígena, mas, defendendo toda a população de Guajará.

Nesse momento, eu concedo a palavra ao senhor Edjales Benício Kanindé, Povo Kanindé.

O SR. EDJALES BENÍCIO – Foi ótimo o povo kanindé. Primeiramente, assim, parabenizar a iniciativa, viu Deputado? Foi bastante oportuno mobilizar vários povos indígenas no parlamento estadual para discutir sobre políticas públicas para os povos indígenas. E aí pegando, endossado a fala do Vereador Arão, de Guajará-Mirim, o Governo de Rondônia, através da CUPIR, anos atrás fez um trabalho excelente bem participativo e bastante democrático envolvendo várias Etnias, Sociedade Civil Organizada, várias estruturas do Governo Estadual, para a construção de um marco regulatório relacionada aos povos indígenas em âmbito estadual, que inclusive chegaram elaborar uma minuta que era política estadual de desenvolvimento sustentável a povos indígenas. Então, Arão, esse texto já existe, é uma propositura construída pelos povos indígenas, volto a falar, o Heliton sabe disso, que esteve na Cupir que estava coordenado todo esse processo. Então, já tem essa minuta, eu acho que poderia o parlamento estadual aproveitar título de projeto indicativo, resgatar essa minuta e apresentar para o Executivo Estadual, até porque está como o Deputado Crispin, nos contextualizou, está no momento de discussão e de elaboração do novo PPA. Então, é o momento também do Governo Estadual dizer se de fato quer incluir, e aí dentro do que a Roitai, estava falando uma visão macro, entendeu a agenda indígena, então, é o momento oportuno para que fale para a sociedade se de fato o Governo Estadual, o Governo de Rondônia, quer que a agenda indígena entre. Outra coisa também que é importante os povos indígenas estarem atentos e o parlamento estadual também. Em novembro do ano passado, o Governo de Rondônia aprovou nesta Casa aqui, a política de governança climática e serviços ambientais, seu Edgar, sabe disso, e ela está numa fase de implementação, e tem um capítulo lá bastante interessante que são as salvaguardas para os povos indígenas e comunidades tradicionais. Então, é importante que ou a Comissão de Meio Ambiente, ou de Direitos Humanos, montem, o parlamento monte um grupo de trabalho para fazer um acompanhamento “stricto sensu” da implementação dessa política pública, e que tenha a participação dos povos indígenas, e aí, eu não sei se pelo Regimento é possível criar um grupo de trabalho que envolva também povos indígenas e Sociedade Civil Organizada para o monitoramento da implementação dessa política pública, que ela é de fato é uma política bastante atual. Todos aqui são sabedores da importância das terras indígenas e das unidades de conservação para o equilíbrio climático mundial, e dos serviços ambientais que essas terras prestam para a sociedade, e isso deve ser como o governo avançou criando o seu marco

regulatório, mas, o mais importante de tudo e que de fato, ela seja implementada garantindo a salva guarda dos povos indígenas em comunidades tradicionais. Então, são duas proposituras que a gente apresenta, uma: É resgatar a minuta que a Cupir discutiu com os povos indígenas sobre a política estadual de desenvolvimento sustentável aos povos indígenas. E outra: a criação de um grupo de trabalho para monitorar a implementação da política de governança climática em serviços ambientais obviamente garantindo a salvaguarda dos povos indígenas.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns. Certamente, nós teremos daqui para frente algumas reuniões, nós vamos nos aprofundar muito mais em cima das demanda que estão sendo levantadas, fazer esse encaminhamento para que o Executivo possa elaborar e os Deputados que fazem parte da Comissão de Finanças e Orçamento, certamente eu não faço parte, mas, estarei também para inserir dentro do próximo orçamento do Estado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Só uma questão de ordem Deputado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – À vontade.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Vocês poderiam, esse documento chegar a nossos gabinetes, para poder a gente, se for isso mesmo, entendeu? A decisão de vocês manda para a gente, para nós inserirmos no orçamento do Estado, entendeu? Eu acho que nós temos que fazer isso urgentemente.

O SR. EDJALES BENÍCIO – A minuta está no Cupir, que foi um documento oficial discutido por, através do Estado e a política de governança climática já foi aprovada, ela já é lei, agora está só na fase de implementação e assim, um trabalho muito interessante que a SEDAM fez, bem sério mesmo com apoio inclusive de recursos do GCF que é a força tarefa dos Governos da Amazônia que discute clima e florestas, inclusive tem até um aporte para isso que a BVRio que está executando, então já está no processo de implementação para criação do Fórum de Mudança Climática, mas é interessante principalmente a gente ficar atento ao capítulo que cria o sistema de salvaguardas, isso é importantíssimo para os povos indígenas.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Sem dúvida nenhuma. Com a palavra o senhor Antônio José Karitiana, Cacique do Povo Indígena Karitiana de Porto Velho.

O SR. PAULO HADDAD – Deputado posso fazer só um registro, aproveitando?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pois não.

O SR. PAULO HADDAD – Só para reforçar o registro. Foi dito pelo Deputado Chiquinho e reforçar aqui o Povo Suruí e também o Tuparí com a sua produção de café tiveram aí a premiação e trouxeram ao Estado a maior das empresas que hoje é a 3 Corações, que estará comprando toda produção deles a um preço superior de mercado, e aí parabéns pelo trabalho que

desenvolveram e a gente espera agora estar dentro da Seagri apoiar com mais força. Obrigado pelo registro.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Tranquilo. João Soares, V.Exª pediu para fazer uma colocação, esteja a vontade.

O SR. JOÃO SOARES RODRIGUES – Breve, deputado. Eu peço licença a todos. Um ponto que precisa ser colocado apenas para reflexão e debate, antes, porém, eu queria apenas me pronunciar em razão da colocação do colega da Seagri, fico muito feliz que a Seagri agora se manifeste, se apresente com interesse em participar porque até agora ela foi apenas um instrumento de mera licitação para que os contratos e os tratores pudessem sair, mas nós assinamos duas vezes o termo lá no ano passado, aí travou porque colocaram coisas junto com os tratores que não tinha das emendas individuais e das emendas de bancada. Está esclarecido, mas eu agradeço a sua manifestação, de fato neste momento quem está dando causa ao entrave, o engessamento da liberação é mesmo o Presidente da Funai em Brasília, você tem razão. Então eu me faço permitir colocar aqui, senhores deputados, uma coisa super interessante. Em 1996 eu fui assessor durante 12 anos aqui nesta casa do Deputado Estadual Dedé de Melo, naquela época ele trouxe um projeto de lei e aprovado tornou-se lei e essa lei chama-se a Lei do ICMS Ecológico, e agora eu vou entrar num assunto que a Assembleia que já contribuiu muito os deputados na época aprovando isso, é claro que de repente agora a Sedam está aqui e permite colocar para a gente fazer um reestudo disso. Aí eu me apoio também na intenção do nosso Vereador Arão que é de Guajará-Mirim e também é indígena porque eu acho que essa discussão vai ser estendida para os municípios, onde é que nós podemos trabalhar? Nós temos um grande apoio dentro do ICMS Ecológico, mas que ele sai do Estado vai para as prefeituras e ninguém vê esse dinheiro, e só recebe o ICMS Ecológico, e não é pouco, os municípios que preservam. Vou dar um exemplo aqui, eu acho que Ariquemes não recebe nada, mas Guajará-Mirim, Costa Marques, São Francisco e por aí vai recebem muito dinheiro. Agora eu vou falar da minha área que eu conheço e penso que os colegas aí de Cacoal e de Ji-Paraná, o Vicente e Lilian também deve saber, Guajará-Mirim é conhecida como a cidade que preserva, ecologicamente maravilhoso 92% da área preservada, então recebe um valor muito bom do ICMS Ecológico, e as reservas indígenas contribuem, Deputado Mauro, Deputado Lebrão, contribuem com 47% dos 100%, olha, é a metade praticamente, agora sabe o que sobra para os índios que preservam? Nada. Uma voadeira, um motor de popa, uma casa de farinha, enfim alguma coisa, um projeto, um treinamento, uma capacitação, esse dinheiro vai e a prefeitura desaparece com ele, isso é uma matéria que cabe a nós, agora, nesta audiência pública debater. Os deputados fizeram a parte deles, aprovaram a lei em 96, a Sedam repassa, naquela época era 5%, o Secretário da Sedam pode confirmar comigo se ainda é esse percentual de 5%, isso é um dinheiro bom, e aí se coube ao Estado apenas demandar isso agora os municípios tem que começar a brigar com os prefeitos para que esse dinheiro seja revertido para quem preserva, para quem preserva. Porque olha, nós temos uma grande confusão sempre feita nessa questão ambiental, nós tínhamos que saber diferenciar o que é reserva indígena

do que é reserva ambiental, do que é área de preservação. Olha, quando se fez as leis ambientais, os indígenas ocupavam as suas terras tradicionais por direito. Então, elas tem que ter uma Lei Ambiental separada; a Lei Ambiental é para tudo, elas pegam os índios que estavam lá. Agora, as reservas ecológicas, elas são ocupadas por pessoas irregularmente e aí nós temos que tirar esse povo de lá, os índios tem que permanecer lá, porque lá eles já permaneceram desde que descobriram isso aqui e aí as leis são iguais; o índio esbarra na questão ambiental. Nós fizemos um projeto em Guajará para ligar dois rios, quer dizer, com a União para poder beneficiar uma mini indústria de açaí, que nós queríamos montar na aldeia e levar apenas a energia desse lado para esse; Rio Pacaás Novas, Rio Mamoré. Fizemos a picada, montamos todo o trabalho, quando estava tudo pronto, aí nós fomos atrás da licença ambiental, adivinhe: sepultaram, acabaram. E aí o nosso projeto foi por água abaixo. Isso, num lugar aonde, Deputado Lebrão, num lugar onde nós tínhamos uma média de 500 pés de açaí por hectare, quer dizer, se é para preservar, então vamos incentivar isso que está pronto, não precisa derrubar, desmatar, não precisa arrancar tanque para criar peixe, está lá pronto. Mas, aí nós fomos considerados iguais a todos, a todas as reservas; não isso aqui é reserva indígena. Então, vamos criar uma política diferenciada, porque as Leis Ambientais se sobrepõe, não só as questões de agricultura, tudo que você fala de projetos para terra indígenas elas esbarram na questão ambiental. E a Funai, como bem citou o Deputado Mauro, a Funai está sendo esquartejada, vai sobrar o tronco, eles vão empurrar para debaixo do tapete; daqui uns dias eles criam uma Secretaria Especial dos Povos Indígenas e a Funai já foi. Então, a gente fala isso para buscar uma reflexão, uma discussão com sensibilidade, o que é possível nós discutirmos aqui no âmbito do Estado, até onde o Estado pode chegar e eu fico feliz, vou repetir deputado, que a sua visão futurista tenha chegado ao ponto de criar uma Audiência Pública e quando eu falo isso aqui, eu não falo para aproveitar a Audiência Pública, eu falo para me valer dela, porque aí nós vamos criar um instrumento de pessoas e aí nós vamos ver quem são os parlamentares que de fato defendem a população indígena. Quando nós precisarmos, nós temos pessoas que vão defender. Porque hoje a Funai Deputado Mauro, do jeito que está, vai defender terras que ela nem sabe mais se é dela, se é dos índios, a demarcação fugiu, saiu educação, saiu saúde, agora sai a demarcação e foi o que o Deputado Mauro falou: esquartejaram a Funai. O único órgão estatal criado para representar politicamente o povo indígena. Isso, nos dar medo, porque o que os índios querem, pelo menos é o que a gente conversa com as comunidades, é condições de produzir; não querem esmolas, não querem pires com nada dentro para comer, querem produzir e nós estamos empacados em várias situações. O Estado está acordando e eu fico feliz com isso, porque ele está vendo que o que é produzido aqui não vai para Brasília: Ah, o índio é da União, a terra é da União, então ninguém pode fazer investimento lá Deputado Lebrão. Errado, o índio é daqui de Rondônia, a terra é da União porque ela não pode está no nome de nenhum índio, como disse o Deputado Padre Ton, não está. Mas, ela tem posse permanente e lá nós temos que facilitar encontrar mecanismos que facilite o índio a desenvolver o seu trabalho, aproveitar o que ele tem, não é matando a natureza, de jeito nenhum. Eu

acabei de dizer que nós criamos um trabalho para produzir a polpa do açaí e quando estava tudo pronto, máquinas, o Estado disponibilizou. Porque eu vou ser sincero aqui; a gente precisa ser honesto com as coisas, eu vou ser honesto, depois de uns 3 ou 4 governadores, o Governador que mais abriu as portas para o povo indígena foi o governador que acabou de sair, agora vamos esperar que esse faça a mesma coisa; chegou com a gente e conversou. O termo de cooperação técnica, estamos assinando com a Emater, é uma porta muito grande porque vai proporcionar que os técnicos vão lá, capacite os nossos indígenas produtores a produzir agora coisa de qualidade para eles competirem, acabamos de falar no café, são culturas perenes, permanentes. Hoje Guajará-Mirim é o maior produtor de banana, farinha e de castanha, nós produzimos 320 de castanha que já está pronta, a natureza plantou, agora precisamos colher melhor, trabalhar ela melhor, hidratar para ver o que dá e trabalhar em cooperativa. Isso, o Estado está abrindo o olhar, importantíssimo. E eu, sinceramente, funcionário da Funai, e já estou lá algum tempo lutando para que as coisas aconteçam. Nós temos que contar com o Estado, Deputado Lebrão, porque o governo federal está virando as costas para a Funai. Então nós temos que contar com o Estado. Muito obrigado. Era isso que eu queria acrescentar.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, João Soares. Vou liberar dois minutos.

O SR. EDJALES BENÍCIO – Obrigado. O João tem razão. Eu acho interessante revisar o ICMS Ecológico de Rondônia, João, porque não está previsto destinação para terra indígena, apenas para unidade de conservação, que é 5%. O Paraná fez uma revisão agora, recente, e destina o ICMS Ecológico para terras indígenas. Então, seria um bom trabalho, a Casa aqui, fazer uma revisão dessa propositura em relação ao ICMS Ecológico. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Quando vocês falam de ICMS Ecológico, me dá uma curiosidade muito grande. Eu converso muito com o Dedé de Melo, que é o proponente dessa lei, e eu tenho uma filha que é prefeita, e ela não conseguiu passar para mim ainda quanto é que vem de ICMS Ecológico para São Francisco do Guaporé, que tem 63% de área preservada, embora não tenha área indígena, tem área indígena, mas já hoje antropizada. Mas eu estou curioso, Chiquinho. Gostaria de saber o valor realmente. Eu vou buscar esse valor, com certeza. Vou me aprofundar nisso daí.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Porque as informações que nós temos é que daquele bolo, que 5% seriam para os municípios que têm Reserva, até agora, pelo menos, Pimenteira me fala que não recebeu nada. O Deputado Lebrão está falando que São Francisco do mesmo jeito. Eu acho que a lei ainda não foi implementada pela Sefin, não é?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós precisamos fazer um levantamento e é isso que nós vamos fazer de imediato. Pode ter certeza disso, nós vamos saber quanto é que vem de recurso, inclusive o Noronha, que é o Prefeito de Guajará-

Mirim, disse que é uma quantia muito boa para Guajará, mas também não soube me dizer o valor. Então, agora nós vamos levantar. É para isso que aqui é a Casa do Povo e é para isso que nós estamos realizando esta Audiência Pública, para poder inteirar os nossos conhecimentos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Ele vai ao bolo do cálculo, mas dá para destacar.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Dá para destacar, não é? Então, nós vamos fazer isso daí, sem dúvida nenhuma. Concedo a palavra para o senhor Fermino Arara, aldeia Povo Arara.

O SR. FERMINO ARARA – Boa tarde para nós todos. Vou falar pequeno idioma para nós, falar boa tarde (*pronunciamento realizado em idioma indígena*). Entendeu?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Gostaria que Vossa Excelência, que é Excelência, na verdade, indígena, depois traduzisse para português para que eu pudesse aprender o seu idioma. Parabéns.

O SR. FERMINO ARARA – Eu estou falando que nós viemos de longe, a convite, o parente nosso que está aqui, convidou a gente para nós ouvir esse daí mesmo que vocês estão falando. E a gente fica satisfeito que muito honra que vocês estão falando de agricultura. Primeira vez que a gente está ouvindo, está ouvindo, agricultura para ter terra indígena, para os índios. E a gente tem que botar na prática, que a gente possa a nossa comunidade para trabalhar. A comunidade tem como trabalhar. Tem que dar condições para eles trabalharem. Aí, sem condições, ninguém produz, nem com machado, nem com facão, nem com foice também. Por isso que a gente nunca produziu para vender. A gente produz para manter. Por isso que a gente está ouvindo aqui vocês, como é que nós pode trabalhar, como que vocês vão ajudar a gente e a gente fica satisfeito, que vocês estão lutando por isso aí. A gente agradece vocês, o Chiquinho está aí, da Emater. A gente quer a volta da Emater para indígena de novo, para ajudar a gente, para dar mais apoio a gente. Isso que a gente está pedindo a favor de vocês. E outra também, que eu vou falar aqui, que a Funai, que estão acabando com a competência da Funai. A gente está querendo que dê força mais para a Funai, que levar de novo para o Ministério da Justiça. A gente que está pedindo a favor de vocês. A gente está pedindo que leva de novo para o Ministério da Justiça, senão, a Funai, como a Funai vai proteger? A Funai, como é que diz assim, a proteção indígena, que seja isso aí, como a Funai vai tirar invasão da terra indígena, não é? Só com o Ministério da Justiça mesmo, que a gente, a Funai funciona, Polícia Federal, mas o órgão que a gente precisa isso daí, que a gente não quer que coloca a Funai dentro do Ministério da Agricultura, a Agricultura não sabe realmente como é que indígena vive. Isso aí, sabe que levaram mais para a Funai, para Ministério da Agricultura, a gente sabe que essa pessoa não gosta indígena, quer que indígena se acabe, mas a gente não quer isso. A gente quer que a Funai que protege a área indígena mesmo, que a gente quer isso aí. E outra também que eu vou falar, aqui para nós, que a gente, produção, como a gente está falando, voltar de novo à produção, que a gente

produz, não tem onde vender. Esse já experimentamos já um bocado de ano, fizemos farinha, castanha e copaíba, aí artesanato, não tem para onde vender. Por isso que a gente, vocês estão aqui para ajudar a gente. É isso que a gente está falando para nós aqui, é isso. Queria finalizar a minha palavra.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Muito obrigado. Parabéns.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Deputado Lebrão, sou eu. Ele falou uma coisa interessante. O Vicente sabe que a gente, o ano passado, até foi uma propositura do Ministério Público, fazer um termo de cooperação com a Funai. Encaminhamos para Brasília, infelizmente até hoje não tinha chegado, pode ter chegado agora, mas não tinha chegado, que é para nós colocarmos o Cleber, o Cleber foi um colega que passou muito tempo ali em Ji-Paraná, cuidando das tribos indígenas e por determinação da Funai foi tirado, em épocas anteriores e o Ministério Público tinha pedido para voltar, até para questão das DAPs. E a Funai faz as DAPs e a Emater assina. E devido a isso, até hoje, aquele documento não tinha chegado, não sei se já chegou hoje. Eu acho muito importante colocar o técnico lá para nós cuidarmos da produção, cuidar com tecnologia, implantar as agroindústrias para poder, vocês, terem o selo. O selo do Prove, o selo, talvez, da cidade onde vocês moram, para poder, vocês, vender também o seu produto e os técnicos aprovarem, que é um produto de qualidade.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Deputado Chiquinho. Concedo a palavra ao senhor Josias Gavião, cacique do povo indígena Gavião, de Ji-Paraná.

O SR. JOSIAS GAVIÃO – Senhoras e senhores, boa tarde! (*fala no idioma indígena*).

Primeiramente agradecer a Deus, em seguida quero agradecer ao Heliton pelo convite, também ao Deputado Lebrão, por esta proposta de fazer Audiência Pública, tratando das questões indígenas. E como alguns já falaram, é um marco histórico, não é? A Casa do Povo fazer essa abertura para que nós possamos chegar aqui e externar as nossas preocupações, as nossas demandas, porque aqui nós estamos trazendo, realmente, as nossas preocupações. Estamos colocando aqui para vocês que os povos indígenas existem e que precisam ser atendidos. Eu acredito muito nos deputados novos, que entraram agora, que vão dar atenção realmente para as causas indígenas. E uma das coisas que foram colocadas, é justamente a questão da legalização do trabalho dos povos indígenas. Porque hoje a gente esbarra muito na questão da legislação. Você vai vender seu produto, - ah, falta nota de produtor rural. Você vai fazer algum trabalho, cadê o licenciamento ambiental? Então, é uma série de coisas que realmente precisa ser ajustada. A Funai, a Emater, a Assembleia Legislativa, a Prefeitura, os secretariados têm que estar afinados para solucionar esses problemas. Uma das coisas que a gente sempre vem travando, nós temos lá a atividade com a castanha, por exemplo. Até então, eu ouvi o João tocando no assunto, na questão de cadastrar associações indígenas dentro do sistema do governo, para facilitar esse mercado. Esse é o avanço do governo passado, e a gente quer que isso continue também neste ano, não é? Que crie também, mecanismos específicos

que facilitem que os povos indígenas também tenham acesso a créditos do Estado, porque sem crédito ninguém evolui, ninguém avança. Então como é que querem que os povos Indígenas tenham um avanço significativo sendo que não tem instrumentos legais para que isso aconteça. Então nós queremos nos especializar e instrumentalizar as nossas Associações como Associação dos Produtores Rurais, mas de uma forma específica, respeitando as nossas tradições, respeitando as nossas culturas, para que nós também possamos produzir e colocar no mercado local, no Estado, no Município e porque não no País?

Então meus amigos eu considero essa Audiência Pública um avanço para que isso venha acontecer. Aqui está a Funai, aqui estão representantes de alguns órgãos que realmente tem essa influência para que isso possa realmente acontecer na prática. Faço minha também às palavras do meu Cacique Fermino Arara, que fala da questão da volta da Emater para dar assistência técnica aos povos Indígenas, isso é essencial. Nenhum produtor Indígena ou não Indígena consegue desenvolver um trabalho de qualidade sem assistência técnica hoje. Então, tem que ter realmente acompanhamento técnico qualificado. Então meus amigos, é necessário que a gente trabalhe para que isso realmente retornem e uma das coisas que eu vejo, eu vejo o Crispin falando, o Deputado Crispin em relação a gente deixar de falar, apenas, e colocar realmente as demandas no PPA, porque aí sim, a gente vai perceber e notar a diferença dentro das comunidades Indígenas porque aqui a gente pode falar bonito, a gente pode falar que a gente vai fazer isso, vai fazer aquilo, mas, se a gente não colocar realmente no Programa do Estado ou no Programa dos Municípios/Federal, isso nunca vai acontecer na prática. A gente sofre dificuldades. Outra coisa, você vai solicitar um trabalho do DER para fazer a manutenção das estradas: Ah! Não é de nossa competência. Você vai ao município: Também não é de nossa competência. Fica jogando um para o outro daí a Funai que tem que fazer isso, só que a Funai não tem estrutura para fazer isso. Então meus amigos, eu não sei quem que falou, que nós também somos eleitores, então, nós não queremos ser lembrado apenas no pleito eleitoral, queremos também participar dessa construção dessa nova política em especial pelos Povos Indígenas. Então meus amigos eu me sinto honrado de estar aqui me expondo diante dos senhores, colocando as nossas dificuldades para tentar construir uma política consolidada, uma política verdadeiramente com a cara dos Povos Indígenas como a nossa parenta Indígena havia falado, nós não queremos que façam políticas para a gente, nós queremos fazer políticas junto com vocês para que nós possamos ser atendidos de fato de acordo com a nossa demanda, de acordo com a nossa cultura. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns! Ainda com a palavra o senhor Adriano Karipuna, Vice-Presidente da Associação Indígena Karipuna.

O SR. ADRIANO KARIPUNA – Boa tarde! Primeiro lugar eu quero agradecer pelo momento oportuno. Saudar o senhor Deputado Chiquinho; o representante da Defensoria Pública, representante do SEAGRI, representante do Município e os parentes que aqui fazem presente nesse ato tratando de

fomento para agricultura para os Povos Indígenas do Estado de Rondônia.

É muito bom a Casa ouvir as populações Indígenas de qual realmente as populações Indígenas do Estado brasileiro precisam para fomentar essa economia indígena. A OIT disse bem claro nos seus artigos, no art. 2º, que “os Estados e os municípios também têm que ser responsáveis pelos povos tradicionais e povos indígenas”.

No art. 3º diz também bem claro, que “o Governo brasileiro junto com suas Secretarias, seja na Saúde ou na Educação ou na Agricultura, também seja responsável para assumir com atividade voltada para as questões indígenas o Estado brasileiro”. E no art. 13º dos Direitos as Terras também ainda na OIT, diz “que o Estado brasileiro deverá respeitar o povo tradicional e seus bens patrimoniais ambientais, espirituais e culturais”. Mas, isso nos assusta muito porque até o presente momento os Territórios Indígenas vem sendo invadidos, isso vem acontecendo, existem várias denúncias protocoladas nos órgãos que protegem o Território Indígena, Unidade de Conservação e Flonas. Também precisa ver diante de todas essas Leis que tange ao direito dos povos indígenas garantido na Constituição nos seus artigos 230 e 232, que precisa fazer o levantamento *in loco*, o que é fazer esse levantamento *in loco*? A Secretaria de Agricultura precisa ir às aldeias para vê a realidade daquele povo que necessita de apoio e fomento da agricultura. Melhoria de estrada, também precisa ser visto que também é de responsabilidade do Estado brasileiro e do município. Chamar a Emater mais próxima para os povos indígenas, discutir com os povos indígenas nas aldeias, porque os povos indígenas, a maioria deles está cansada que vem projeto direto da cidade para aldeia, nós queremos direto da aldeia para cidade. E no passar do tempo, o Estado brasileiro, não só de Rondônia, mas como outro estado, deve muito para os povos indígenas; no passar do tempo foi feita pouca coisa para os Povos Indígenas, tanto na área de educação, saúde, economia indígena, ou agricultura familiar e outros direitos sociais que as leis permitem, tanto nas leis municipais e nas leis estaduais e federais. Lembrando aqui nesta Casa, que a responsabilidade dos povos indígenas é das três esferas de Governo e região de fronteira, isso está garantido. Para questão de encaminhamento, eu vejo que é um momento muito oportuno para que os povos indígenas expressem suas necessidades reais do que nós precisamos. A gente vem passando, eu digo a gente, os povos indígenas vêm passando por um retrocesso que vem nos assustando, várias PL's que vem circulando dentro do Congresso e dentro da Câmara para tirar direito dos povos indígenas que foi garantido em 1988, uma delas: ‘direito as terras, direito a moradia e uma delas também; é a questão da saúde indígena’. A MP 870, ela não fala só da questão do direito a terra, ela também fala do direito a saúde indígena que ela também está sendo sofrer risco para ser municipalizada, e tem muita gente descaracterizando a luta dos povos, dizendo que a saúde indígena é uma saúde de péssima qualidade. Eu discordo com isso, tem muita gente descaracterizando as nossas lutas, que nós não temos direito ao território, não temos direito a homologação das nossas terras e também a demarcação das nossas terras que estão em estudo, reconhecido antropológicamente pela Funai. O que eu venho explicar ao Deputado Mauro Nazif, que está nos

representando como Bancada de Rondônia, que todas as discussões para o retrocesso aos povos indígenas, os povos indígenas tem que ser consultado. Porque no artigo 230 fala isso, que nós temos que sermos consultados. Mas, isso não está acontecendo, porque eles estão fazendo na calada da noite, isso nos preocupa muito. Tem uma prerrogativa que se diz: se não território, não tem saúde; se não tem saúde não tem território. Então, uma coisa puxa a outra, são via de mão dupla. E recentemente os territórios indígenas vêm sendo invadidos, muita gente vem se prevalecendo em nome do Estado, do Governo do Estado brasileiro, que como disse bem claro o Deputado Padre Ton, que foi pregado, dito para várias pessoas, pessoas que não quis ouvi na real a necessidade dos povos indígenas que tudo ia ser acabado, uma delas; a Sedam ia ser extinta, Ibama ia ser extinto, ICMBio ia ser extinto e a Funai também. Mediante a essas conversas e falácias, invadiram os territórios indígenas. Já ouvi dizer que aquele território não é dos indígenas e ali não tem produção, que os povos indígenas não geram economia nem para o município e nem para o Estado. Isso é muito preocupante senhores Deputados, Defensora Pública, a Dra. Daniela do Ministério Público já foi embora, mas tudo bem leva esta mensagem. E, além, disso para fomentar como o foco aqui é agricultura, a economia indígena, antes de tudo para fomentar todos esses fomentos para agricultura aos povos indígenas, precisa ser vista a questão, respeitar a cultura, as diversidades culturais, as nossas línguas, as nossas crenças, até isso viu Deputado Lebrão, e Chiquinho, até isso está caracterizando que a cultura indígena é coisa diabólica, veio gente falando isso; até inclusive estão querendo extinguir a Lei Rouanet, que fala de todas as culturas e dentro dessa Lei Rouanet fala das culturas indígenas, até isso nos preocupa. Dizem que as culturas indígenas são coisas do diabo, andam dizendo isso. Então, nós estamos passando por vários retrocessos, saúde indígena, nossas culturas estão sendo desrespeitadas, direito ao nosso território, direito de bem-estar e viver em paz. Nós, não estamos mais vivendo em paz, porque recentemente nossos territórios estão sendo invadidos. Peço aqui também que o Deputado desta Casa, peça providência ao órgão ambiental junto com a polícia, batalhando a Polícia Ambiental que retire os invasores dos territórios indígenas Uru-eu-wau-wau e karipuna, e outros territórios que estão sendo ameaçados pelos garimpeiros, grileiros, latifúndios. No entanto, essa situação vem nos preocupando. Para a gente ter o fomento de agricultura a gente tem que ter paz, e muita gente não entende que ter paz não é só dormir e acordar a hora que bem quer, a gente quer ter paz na nossa casa, assim como os senhores tem suas residências, ele tem que dormir bem e acordar bem. O que vem se dizendo por aí, que os indígenas, não precisam de terra, porque é muita terra para os povos indígenas. Eu fiz uma palestra na Faro recentemente, dizendo para os alunos que estavam ali, o que eles entendem de Cosmologia dos Povos Indígenas? Ninguém soube me responder. O território indígena, ela não se, não serve só para nós indígenas, só aquele espaço da aldeia, nós precisamos dos nossos lagos, nós precisamos dos nossos rios, nós precisamos do nosso lugar sagrado, nós precisamos dos nossos castanhais. Vou dar um exemplo aqui, exemplo, Porto Velho, não precisa só de seus bairros e nem dos seus condomínios, precisam do shopping Center, precisam ir ao

Parque da Cidade, vamos dizer que só fique aquela parte do bairro onde os portovelhenses residem, então, não é uma cidade, não é um município. Então, a maioria das pessoas tem que entender que o território indígena, não se define só na aldeia, e sim no território, porque a gente tem esses lugares a qual eu citei, dei exemplo. Porto Velho, precisa de Shopping Center, Porto Velho precisa de uma praça para a comunidade se divertirem, precisa do Espaço Alternativo, que tem ali que vai para o Aeroporto. Então, são áreas que se define o município, porque eu estou dizendo isso? A aldeia, ó Território indígena, não se define só na aldeia, a gente precisa dos nossos rios, dos nossos lagos, dos nossos igarapés, dos nossos castanhais, do nosso lugar sagrado. E o que vem se dizendo por aí, dizendo que o território, a aldeia, tem que ser só onde está à comunidade indígena residindo, mas, não é bem assim. Porque os indígenas, vão fazer suas colheitas na área de extrativismo longe, eles vão caçar longe, eles vão tirar seus medicamentos, suas medicinas tradicionais longe, assim como muita das vezes os portovelhenses saem das suas casas para irem para o shopping, shopping, não está próximo a casa deles, o Espaço Alternativo, não está perto da casa deles, tem que sair do seu bairro para poder ter sua área de lazer. Então, a sociedade que é contrária aos povos indígenas tem que entender esse lado, que nós não precisamos da aldeia só onde os indígenas têm sua aldeia, e sim do território. A questão do ICMS Ecológico precisa-se rever a Lei Orgânica Municipal, para que insiram os povos indígenas municípios, no caso aqui de Porto Velho, são três povos Karitiana, Karipuna, Cassupá, Salamã e Kaxarari. Que seja inserido e que esse recurso seja convertido em benefício via associação para os indígenas munícipes. Que se precisa fazer também uma política voltada para a questão da agricultura através do diálogo que sai de dentro da aldeia para os senhores Deputados e para os senhores Prefeitos. E que se insira todos os programas e o (PPA), que é Plano Plurianual no orçamento para que seja um orçamento específico para os povos indígenas, mas, para isso precisa fazer o levantamento. Quantos indígenas têm no Estado de Rondônia? Quantas aldeias têm? Do que eles precisam se é para escoamento dos seus produtos agrícolas, se é via fluvial, se é terrestre, isso que precisa levar em conta. Foi bem dito pelo Deputado Crispin, que está ausente, precisa ver isso, não ficar só uma conversa e aqui mesmo morrer. Precisam ser inseridos, os povos indígenas tem que ser inseridos no orçamento estadual, os povos indígenas precisam ser inseridos no orçamento municipal, além, disso tem que fazer o orçamento quais são os meios de transporte desses povos indígenas, se é fluvial, terrestre, de helicóptero para poder trazer os programas para esta Casa e também para o município. Se mais delongas porque tem mais parentes para falar, eram essas minhas colocações e a colaboração para esta Casa e para os representantes do município de Porto Velho, para o Deputado Federal Mauro Nazif e para representantes da Emater, da Semagric e o deputado federal que vai fazer jus para que cancele todas as PLs que quer regulamentar minério em terra indígena, de manejo de terra indígena, a municipalização da saúde indígena, e que revogue a Medida Provisória 870 que a Funai volta para o Ministério e a saúde indígena não fique no Ministério da Mulher, que volte para o Ministério da Saúde, está bem claro lá na letra "i" no artigo 43, que ela está no Ministério da Mulher, e

que revogue também a Medida Provisória que vai ser votada no final do mês agora no Congresso e no Senado. Parentes, se essa Medida Provisória passar já era para nós. Obrigado pela atenção de todos.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Obrigado pela colaboração. Neste momento concedo a palavra ao senhor Marcelo Cinta-Larga, representante do Povo Cinta-Larga.

A SRA. VALDENILDA KARITIANA – Senhor Deputado, com todo respeito, eu gostaria que o senhor desse a palavra para o senhor Antônio que ele não estava na hora porque ele tinha ido para o banheiro.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Logo em seguida nós vamos retornar a ele a fala. Senhor Marcelo Cinta-Larga.

O SR. MARCELO CINTA-LARGA – Boa tarde meus irmãos, meus parentes, creio que todo mundo me conhece, sou Mauro Marcelo Cinta-Larga do Povo Cinta-Larga de Espigão d'Oeste, fico muito grato pela oportunidade. A minha observação que eu tenho feito durante essas décadas de tanto trabalho no movimento indígena como liderança do meu povo, uma das lideranças, eu vi que entre nossos políticos locais como deputados estaduais, federais, municipais, a gente ter se dado muito bem ao contrário de outros Estados que a gente vê que vários deputados, senadores, estaduais, prefeitos ter violado vários direitos indígenas, então em cima dessa reflexão eu gostaria muito de que nossos deputados estaduais e federais e senadores do nosso Estado que continuem assim respeitando os nossos direitos porque acredito que nas campanhas os senhores ingressam nas nossas terras nos abraçando, nos chamando de irmão e nós acreditamos que vocês são nossos irmãos e acreditamos que vocês são nossos salvadores da pátria aqui na terra, então por isso que eu gostaria que os senhores ajudassem a defender a nossa casa que é a nossa terra. Porque até o momento nós não ouvimos falar que indígena de Rondônia invadiu a fazenda do fazendeiro e muito menos invadiu a terra dos senhores deputados, senhores parlamentares, assim quero pedir de coração mesmo que continue assim e pedindo que os senhores pudessem criando essa proteção do nosso território que a gente só quer apenas viver em paz, nós não queremos viver em conflito com ninguém. Continuando a minha fala, eu gostaria de dizer além de ser Cacique, um dos Caciques do Povo Cinta-Larga eu também faço parte, eu sou Presidente do CONDISI, do DSEI Vilhena, eu quero aqui também fazer apelo que nós indígenas aqui do Estado de Rondônia somos contra a municipalização da saúde indígena. A gente sabe que uma vez anos atrás, tentaram funcionar através do município não aconteceu, não funcionou, então por isso quem tem que dizer que a saúde nossa está funcionando da forma que está indo hoje são os povos indígenas, não o ministro que vem, não sei de onde ele apareceu, que hoje ele vem dizendo que a saúde indígena não está funcionando, mas tem a desculpa de que ele fala que a saúde indígena financia questão de drogas. Ele fala que houve corrupção, sim, com certeza, algum lugar isso aconteceu e talvez aconteça. Por isso, nós trinta e quatro Presidentes dos Condisi, pedimos fazer auditoria nos trinta e quatro DSEI para que o ministro possa provar isso tudo que ele

falou, então quem fala tem que provar. Por isso nós de cara, nós os presidentes do Condisi pedimos auditoria de todos os trinta e quatro para saber se realmente isso está acontecendo. Eu queria assim também pedir aos nossos deputados que estão aqui também, os estaduais e o federal. Ministro, além de querer municipalizar a nossa saúde, o Ministro acaba de, com certeza isso para mim é um assassinato, está tentando ou assassinar milhares de indígenas no estado brasileiro. Houve o chamamento público, onde entrou novos conveniados e hoje o ministro bloqueou repasse financeiro aos novos conveniados e hoje ele exige série de justificativa onde a assistência a saúde indígena vai ficar muito fraca, isso vai trazer mortalidade aos povos indígenas. A partir de abril, vai haver não pagamento aos funcionários, mais de milhares de pessoas que trabalham na saúde indígena, isso vai trazer mortalidade. Então, o governo brasileiro vai ser responsável pela morte de várias pessoas, que nesse dia vai acontecer uma tragédia, que o ministro está fazendo. Então, por isso, eu gostaria de pedir ao deputado, que leve esse recado para ele, para falar para ele parar dessa birra que tem contra os povos indígenas. Outra situação também senhores autoridades presente, eu particularmente como, eu acredito que eu já construir os meus deveres, defender meu povo Cinta-Larga e também minha presença no Movimento Indígena, eu me considero uma liderança que já tem feito o seu dever e hoje eu tenho minha grande preocupação com a questão das minerações nas terras indígenas, com as várias negociações que o governo brasileiro vem fazendo fora do Brasil e hoje está chegando várias empresas, empresas estrangeiras procurando os indígenas para negociar, para fazer acordo. Então, esse tipo de situação, eu peço encarecidamente que o governo brasileiro, o governo estadual venha procurar investigar se esse pessoal que está vindo procurar os indígenas, se realmente são pessoas do bem, se não são do bem; porque até então a propaganda do governo brasileiro era: não há empresa estrangeira no nosso país. E hoje, até a propaganda eleitoral do Bolsonaro, ele dizia: 'olha, os estrangeiros tem que sair da nossa terra, o nosso Brasil. Expulsou os cubanos e agora ele mesmo está vendendo a nossa riqueza para o nosso Brasil'. Eu queria pedir que o governo estadual pudesse investigar essa situação das empresas mineradoras estrangeiras que vem se aproximando da população indígena, não só do Estado de Rondônia, mas no Pará também tem, já está falando aqui que já surgiu várias mineradoras estrangeiras se apossando lá no Pará. Outra situação também, gostaria de parabenizar ao Deputado Mauro Nazif, onde se fala, fazendo as cobranças da Funai; perfeitamente, muito obrigado, gostei muito da sua fala. Mas, aqui eu peço que os senhores deputados também fortaleçam e ajude a Funai, porque a Funai sozinha, se apoio ela não vai conseguir fazer nada. Então, por isso que eu gostaria muito que, primeiramente cumprimentar as palavras dos nossos irmãos caciques, que faça com que ela volte novamente para sua origem, no Ministério da Justiça, todas elas, os pedaços divididos que volte e depois esteja lá, que se o senhor estiver como deputado ainda, que fortaleça ela, porque só ela voltando para o Ministério da Justiça não vai fazer muita coisa, além de apoio. Tem mais uma coisa que eu queria assim, senhores deputados. A gente está com alguns problemas dentro da saúde também e tem uma situação que o governo criou, diz que tem

um tal de SUS que tem um recurso, mas nós não podemos comprar todos os medicamentos que a gente necessita. Então, assim, compra dipirona, não pode comprar outros remédios. Então, é uma burocracia que o governo colocou ou a lei colocou para não comprar remédio, só para ter assistência básica. Por isso, eu gostaria mesmo que todos os deputados pudessem ver qual forma fazer, complementar a saúde indígena no Estado de Rondônia para que nós pudermos ter uma assistência de saúde completa; porque a gente não pode viver desta forma de ter o dinheiro e não poder comprar o remédio. Então, é isso. E outra situação também, gostaria de pedir também que todos os deputados pudessem disponibilizar um pequeno percentual para assistência aos povos indígenas do Estado. Porque todo ano a gente tem que ficar fazendo projeto, projeto, às vezes, nem o projeto não aprova. Faz isso para a gente, porque a gente precisa. Não sei para onde vai esse recurso, mas daquele lugar a gente pode fazer o nosso projeto, sabendo que cada deputado dispor lá, duzentos, trezentos mil reais, se a junta um pouquinho daqui, pouquinho dali, se junta, vai virar uma quantidade razoável que dá para a gente fazer os projetos em cima da nossa necessidade, que nós precisamos em nossa terra. Assim, eu agradeço cada deputado, cada parlamentar, cada ser vivo que está aqui nesta Casa. Que Deus possa abençoar a vida de cada um e, principalmente a família de cada um. Muito obrigado pela atenção.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é que te agradecemos. Parabéns pelo seu pronunciamento e suas colocações. Neste momento eu concedo a palavra ao senhor Dalton Tupari, representante do povo indígena de Alta Floresta.

O SR. DALTON TUPARI – Boa tarde, boa noite, não é? É uma satisfação estar aqui. Agradecer primeiramente a Deus, até este momento que nos concedeu aqui a ouvir todos os relatos e ao deputado que promoveu esta Audiência Pública para que a gente pudesse estar aqui presente, junto com vocês, tentando colocar nossa necessidade real, do que nós enfrentamos hoje dentro do Estado de Rondônia e também dentro deste país brasileiro. Quero aqui, já ressaltar, há anos esses nossos guerreiros vêm pedindo socorro e pedindo que alguém pudesse abrir as portas para que a gente pudesse sentar e ter esse diálogo de igual para igual. Saber ouvir a necessidade de um povo que está aí há anos pedindo socorro, para que os nossos governantes pudessem ouvir, pelo menos, e tentar fazer algo que realmente, de fato, venha a beneficiar ou venha atender a real necessidade. Deus vem colocando vocês à frente. Nesta primeira Audiência, espero que a gente consiga se reunir mais para que nós possamos dialogar e colocar as coisas para funcionar. Não só ter esse diálogo, mas sim nós termos um propósito de vida melhor para os nossos povos. Sabemos, aqui, que foi falado tanto de fortalecimento da saúde e educação, foi falado aqui também que a gente precisa olhar voltado para as nossas comunidades, de uma política dentro do PPA do Estado de Rondônia, para que isso se torne uma realidade, para que a nossa necessidade possa ser atendida. E só deixar aqui a minha mensagem, também, quando o Cacique Henrique Abadá e Suruí, fala, sobre a presença indígena do Estado, que vem trazendo o Estado como destaque, e os municípios, na questão da agricultura, os pequenos trabalhos que a gente

tem feito, com a coragem e vontade de mostrar também para a sociedade não indígena, que nós também sabemos trabalhar, isso é uma honra para nós. Tentar espertar as pessoas que não estão nem aí para a gente, não é? A gente tem falado muito, mas ninguém tem ouvido, até agora. Quando a mídia bate numa área indígena, que começa a mostrar, todo mundo olha aquela área com um olhar diferente, não é? Então, no momento eu queria aproveitar a oportunidade e dizer, a terras indígenas são produtivas. Muitos parentes aqui, falaram assim: “nós queremos trabalhar com a sustentabilidade indígena, mas com sabedoria. Queremos preservar nossa cultura, queremos preservar o nosso povo”. Então, tudo que foi falado aqui, eu acredito, para mim é uma lição e é válido, para que a gente possa, realmente, quem está à frente, olhar com carinho todos esses trabalhos que a gente vem fazendo. Isso a gente vem pedindo há tempo. A terra indígena Rio Branco, através das suas organizações, das suas lideranças, a gente tem feito um trabalho que tem chamado a atenção no município. Nós conseguimos, no município, se atentar para ver se a gente consegue entrar junto com a sociedade, a nota de produtor, entrar junto com a sociedade, a nota de produtor, a gente tem conseguido junto com a Funai, é um trabalho que a gente tem feito para que realmente, quando o produtor tirar sua produção, fala assim: você tem nota? Você tem que ter nota. Aquela burocracia danada. Então a gente tem caminhado passo a passo no município. Queremos que o Estado também abrace esta causa. Eu não sei por que, nós somos insistentes, mas assim, o município tem ouvido a gente nessa situação. Mas precisamos que esse apoio venha também do Estado, para que o município possa atender melhor a nossa comunidade, a nossa população no que eles necessitam. Hoje, nós estamos... Foi plantado este ano 58 mil pés de café novamente, com incentivo da Embrapa, que teve coragem de abraçar a causa quando eu pedi que eles olhassem, dessem atenção para nós, que a gente precisa, precisa de um apoio e eles tiveram essa coragem e trouxeram a Emater junto com a Seagri e o município junto, para fazer um bom trabalho e juntando a Funai também para participar desse trabalho. Então, esse fomento aqui dentro desta Casa, onde está sendo cumprida esta Audiência Pública, que realmente ela venha somar já ao que a gente já tem trabalhado. E precisamos levar isso adiante para que essa discussão nossa seja concretizada pelos deputados estaduais, pelo deputado federal, que eu tenho orgulho, foi o primeiro deputado que nos atendeu, quando a gente fez o pedido, quando nós estávamos na Conferência Indígena colocando nossa pior preocupação do que vem acontecendo até hoje. E segundo agora, nesta Casa aqui, que nós estamos aqui com esta Casa, todos os líderes que estão preocupados com a situação, está presente. Então, eu quero agradecer e também dar oportunidade para os outros colegas que estão aqui. Agradecer todos os órgãos também que estão se fazendo presentes, para ouvir o nosso relato e o que nós queremos para que vocês possam nos ajudar. Eu acho que, complementando a fala de outros parentes, que foi falado, eu acho que a gente tem discutido isso muito a sério e verdadeiramente preocupados com a nossa situação. Então agradeço aí, deputado, por você ter se preocupado e trazer isso a público para que a gente possa expressar nossas necessidades e você poderem ouvir a nossa pessoa aqui presente, falando nossas ansiedades que queremos, que o

Estado de Rondônia possa, junto com o governo, traçar aí uma meta fundamental para o nosso povo. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós te agradecemos. Neste momento eu concedo a palavra à senhora Hozana Castro de Oliveira, cacique do povo Puroborá.

A SRA. HOZANA CASTRO DE OLIVEIRA – Boa noite, como o Dalton falou. Boa noite, Deputado Lebrão; boa noite, Dr. Mauro. Eu me sinto muito feliz de estar aqui nesta Audiência para eu conversar, Deputado Lebrão, com o senhor, porque sou sua vizinha ali. Estou na divisa, entre Seringueiras e São Francisco, e eu fiquei assim, muito triste na hora que o senhor falou que ali na região não tem povo indígena, e nós estamos lá, deputado, pedindo socorro pelo nosso fomento. Enquanto meus parentes estão pedindo que faça, que leve os órgãos dentro de suas terras para fazer os plantios, as colheitas, eu estou pedindo a minha terra de volta. Porque quando o senhor chegou aqui dentro de Rondônia, não sei se faz muito tempo, porque não é que eu seja velha, mas eu nasci e me criei na beira do rio Manoel Correia, e estou lá até hoje, e é onde me preocupa, deputado, sobre esse fomento. Onde o João, da Funai, também, João, você muito feliz na sua fala dos nossos parentes lá do Mato Grosso. Só que eu queria que entrasse sim, é muito bom nós indígenas ter o nosso plantio, as nossas colheitas, mas sim, que não tivesse um terceiro por detrás. Que nós fôssemos como somos o dono daquela terra, mas ser os primeiros a plantar, a colher. Você sabe por que eu falo isso, João? Porque eu ainda sou daquele tempo dos seringais, onde as minhas tias foram trocadas por seringueiros, aquele que fazia mais produto tinha uma mulher indígena, tinha uma criança não é? E não era nem mulher, era uma criança de 12 anos servia os seringueiros e onde que eu quero chegar com essa fala, porque eu assisti e eu acompanho o Movimento Indígena e eu sei que lá no Parecis não é só os indígenas que tem um bom proveito e eu queria que fosse só nós, já que é a nossa terra, já que é o nosso direito, que esse nosso direito fosse respeitado. Eu como mulher, mãe, avó, eu me preocupo demais com isso e onde eu não tenho nem a minha terra demarcada ainda que teve Deputado Lebrão, três estudos dentro da terra e onde essa terra que teve os estudos teve um órgão que foi lá e deu a esse povo que está lá que eu não culpo eles eu culpo os órgãos competentes onde deu o título definitivo para eles poder se beneficiar como o menino falou que pode fazer um financiamento e essa terra sendo nossa de direito e nós estamos lá e logo próximo a nós temos os nossos irmãos Uru-Eu-Wau-Wau, temos irmãos Miguelenos ali no Porto Murtinho, que está todo invadida a terra deles ali porque eu não estou aqui só para me defender não é, assim como defendo todos os povos de Rondônia e do Brasil em geral. E eu queria pedir para o senhor como Deputado da nossa região que olhasse essa área com bons olhos, com bom coração, porque nós, Povo Puroborá, estamos lá pedindo socorro, e onde a gente quando sai para fazer qualquer trabalho, qualquer outra atividade a gente tem medo porque a cabeça da gente fica valendo R\$ 1,00. Não. Lá não tem Índio, lá tem uns seringueiros. Nós não somos seringueiros! Nós trabalhamos com a seringa através das pessoas que fizeram os Indígenas de escravo, mas nós não somos seringueiros, nós somos indígenas daquela região e trabalhamos como escravos e

estamos lá até hoje. Eu não vou culpar o senhor e nem ninguém da nossa terra não ser demarcada. E aí nós queríamos, eu como cacique do meu povo que vivo lá até hoje, a minha família vive lá. Eu quero pedir que o senhor como Deputado quando o senhor tiver na região de São Francisco o senhor não falar do jeito que o senhor falou aqui nesta Casa: “tem uns Indígenas lá, mas...”. Não sei se é porque o senhor não se interagiu, o senhor não procurou saber, que eu gostaria muito que o senhor fizesse isso. Nós temos uma escolhinha na beira da estrada, é seu caminho eu tenho certeza, porque a sua filha ali é Prefeita dentro de São Francisco, eu gostaria que o senhor fizesse uma visita pessoalmente a nós para o senhor conhecer a nossa realidade e saber Deputado como é que nós vivemos ali, o impressado onde nós não temos, porque fala assim: “ah! É um grupo de tantas pessoas”. Não. Nós somos um grupo grande Deputado, mas que vive espalhado nessa Rondônia através da consequência da borracha. Porque até enquanto a borracha teve valor os índios prestavam para estar lá, depois que a borracha perdeu o valor os índios perderam o seu valor também, mas aí como eu Puroborá tinha uma mãe, eu falo que tinha porque vai fazer sete anos que a minha mãe se foi, mas ela deixou essa missão para nós como filho dela resistir e mostrar para o povo que lá nós estamos pedindo socorro a vocês. E também sobre a nossa saúde como todos os parentes já falou, sobre as invasões é uma coisa que nos preocupa muito, muito Deputado é a gente viver sabendo que deita, mas não sabe se levanta. Porque o senhor sabe que ali a área é extensa de fazenda e fazenda dentro das nossas terras que é de direito; que eu sei que não é culpa do senhor, como eu já falei dos senhores aqui, é uma vergonha que nós indígenas temos com o estado brasileiro, que quando foi feito a Constituição era um prazo dentro de 05 anos que era para essas terras indígenas está toda demarcada e o senhor ver que aqui, não só aqui, como no estado brasileiro em geral, é um invadindo a terra do outro; porque o nosso Estado, ele não deu conta de fazer a demarcação dessas terras. E onde a gente sabe que aqui dentro desta Casa passou deputado, senador que pegou dinheiro para fazer a demanda dos povos indígenas e nada disso, bem dizer, nada foi feito. E a gente está pedindo como agora tem esta oportunidade deputado, de está aqui falando com os senhores e a gente vem fazer esse apelo aos senhores; que precisamos das nossas terras de direito, porque enquanto, o parente falou: o índio sem terra, o índio não é nada. Por que de onde que nós tiramos o nosso alimento? Agora nós precisamos ganhar um território e encher ele de castanha, sendo que nós tinha e nós tem até hoje, onde tem fazendeiro deputado derrubando os únicos pés de castanhas que existem dentro da área que eles dizem que é deles; que dentro da minha região lá está acontecendo isso próximo a nós. Os únicos pés de castanhas que ainda estão em pé, eles jogam veneno e matam essas castanheiras; depois: ‘ah, ta morta mesmo, vamos derrubar’. Aí nós vamos ter que plantar esta castanha, esse pequi, o nosso açaí, o nosso patoá, o nosso buriti, porque os próprios fazendeiros derrubou. E a gente vai ter que fazer um projeto para poder plantar, sendo que nós já tínhamos isso lá que a natureza deu. Eu também achei muito engraçada a fala daquele senhor ali, onde ele falou da bacia da água. Onde nós não podemos deputado beber água dos nossos igarapés, porque está

contaminado de veneno. Aonde nós tivemos ali na região do Rio São Miguel esse ano deputado, vários peixes mortos e aonde teve um estudo que eu não sei, que até eu que sou índia, uma analfabeta, que eu me considero analfabeta; eu sei que aquela história, é uma história furada. Dizer que os peixes morreram porque caiu muita folha dentro do igarapé, muito pau dentro dos igarapés, a enchente trouxe e os peixes morreram. Que isso aí é conversa, como diz o ditado popular do branco: isso é conversa para boi dormir. Não para índio que nasceu e sabe respeitar a natureza, conhece, bem dizer, todas as demandas que a nossa natureza tem. E lá no meu rio, lá no Rio Manoel Correia, não só no Rio Manoel Correia; como no Rio São Miguel, para o senhor comer um peixe é preciso cuidar muito, porque os peixes estão contaminados de verme, verme, verme, assim que o senhor corta um peixe daquele, a barriga do peixe é só verme, tem peixe que a gente não pode aproveitar com tanta verme que tem. E a gente sabe que se nós não cuidarmos das nossas nascentes, nós podemos ficar sem água. E onde também me preocupa muito deputado, é uma cultura que está aí brotando e nós aqui de Rondônia estamos muito próximos e lá na minha região tem muita lavoura de soja, que o senhor sabe disso e nós como pequeno agricultor, nós não podemos plantar nem um pé de macaxeira, porque através daquele veneno que lançam naquela lavoura de soja, acaba com a nossa pequena roça aqui e é uma coisa que nos preocupa muito, muito, muito mesmo, eu fico muito preocupada. E agora é a cultura do café clonal que está lá naquela região, que a gente sabe muito bem que tem várias e várias empresas, não sei como funciona isso com Sedam, não sei quem é que cuida disso, aqueles poços artesianos que estão fazendo dentro das terras sem ter nenhum estudo ambiental dentro daquelas terras, isso tudo é coisa Deputado que me preocupa como indígena, eu fico muito preocupada com isso, porque no rio que eu nasci e me criei e criei meus filhos eu não poder tomar banho e nem beber água do meu rio por causa do veneno e o senhor sabe que essa cultura toda ela vai muito veneno. A soja vai veneno para plantar, vai veneno para colher, enfim, em tudo, e o café a mesma coisa. E eu estou muito preocupada com isso. E eu gostaria de pedir aos senhores que quando forem à Brasília que leve essas demandas para lá, o Deputado Mauro que é o nosso representante indígena lá fico muito feliz, muito feliz e honrada pela sua coragem do senhor comentar sobre a Funai que está aí, que nós queremos que ela volte para o Ministério dela mesmo, ouviu Deputado, eu me sinto muito honrada pelo senhor ter essa coragem de nos representar lá e também quero pedir ao senhor como foi falado aqui várias vezes que nós vamos ter o encontro em Brasília e nós precisamos dos Deputados lá para nos abrir as portas onde nós não somos recebidos. E também quero pedir aqui aos Deputados que estão aqui presente que a gente vai querer uma audiência com o nosso Governador que onde nós já tentamos fazer uma primeira audiência aqui e fomos barrados, não fomos recebidos por ele. Eu queria que vocês fizessem essa ponte para nós quando reuníssemos aqui de novo que isso não vai demorar, com certeza, e a gente quer ter um diálogo com ele, e são as minhas palavras. E eu quero o primeiro fomento como eu falei é a retirada dos invasores das terras indígenas que já estão demarcadas e a demarcação das terras dos povos que aqui se encontram nessa Audiência que ainda não estão demarcadas.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Beleza. Obrigada Hozana. E na finalização aqui da Audiência eu vou falar um pouquinho sobre os Puruborá e também sobre os Miguelenos.

Para finalizar eu vou conceder a palavra ao senhor Antônio José Karitiana, Cacique do Povo Indígena Karitiana de Porto Velho.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ KARITIANA – Então boa noite senhor Deputado. Eu vou falar direto aqui porque essa fala aqui já foi citada antes então vou está voltando um pouquinho atrás.

Então, a estrada, ampliação, a limpeza, roçar e encascalhar as estradas, porque hoje aquela estrada já está precária, a gente, os Povos Indígenas já está, os Deputados, essas pessoas que ficaram para traz, agora, hoje são vocês. Então, essa pessoa esqueceu da gente então as estradas ficou fechada, então essa estrada já está ruim, está péssima para a gente. Então primeiramente eu vou citar aqui, sabe por que é que eu quero isso senhor Deputado? Sem a estrada a gente não pode produzir, e sem ponte a gente não pode passar a produção. Então, por isso estou citando essa minha fala para vocês. Senhor Deputado eu quero, eu Cacique, hoje, tomando à frente e eu estou aqui com o nome do meu povo Karitiana trazer essa minha fala, deixar essa minha fala para vocês ouvirem porque eu quero essa estrada, não é demorada, eu quero para esse ano, tá? Então, outra fala, vou citar aqui, vou falar sobre a escola, a escola de qualidade, a escola a gente tem, nome bonito e não é estruturada, então essas escolas tem que ter a manutenção porque a gente professores que estão trabalhando lá faz a merenda para os alunos, o professor para fazer merenda isso na é função dos professores. Então, eu como Cacique que toma à frente, no meu mandato eu quero senhor Deputado que contrate já, imediatamente merendeira, zeladora e colocar uma pessoa para fazer a limpeza do pátio da escola, se não o mato vai tomar conta daquela escola. Então por isso estou deixando essa minha fala aqui para vocês ouvirem senhores Deputados. E outra coisa, agora vou falar a terceira, que é para produzir. Eu quero, eu já rocei muito e hoje eu tenho 44 anos, então hoje eu não quero que faça mais eu, todos já falaram que tenho um respeito dos colegas falando, então eu lá da minha aldeia do Povo Karitiana eu preciso roça mecanizada para plantar as plantas, milho, essas coisas aí, então eu quero que aconteça isso lá na minha aldeia porque eu quero produzir, porque eu não quero ser chamado de preguiçoso, já me chamaram, mas eu não sou! Mas vocês, não os indígenas nós produzimos com terçado, então vocês, não os indígenas produziram com as máquinas, então isso eu estou deixando a minha fala para vocês. E outra coisa aqui, nós, eu vou voltar a falar de novo, nós somos contra a municipalização da saúde porque o Estado não está tendo condições, mesmo não está mantendo a escola e ele também não está sabendo como é o respeito das culturas indígenas, então nós somos contra isso aqui. Queremos que a saúde indígena continue tendo uma secretaria especial, então aqui está, somos contra a municipalização de saúde que entra no municipal porque na escola não está mantendo, na escola não está ajudando porque está muito ruim para nós, a saúde pior, então a gente é contra a saúde indígena fosse na municipalização. Aqui eu vou falar outra coisa sobre a Funai, já falaram bastante, então eu também vou citar como eu sou

Cacique eu venho aqui pelos meus povos, pelas minhas comunidades, por outros indígenas também aqui. Funai, pedimos para fortalecer a Funai, agora já falamos Funai já foi uma coisa de mulher, eu entendo um pouco assim, então a Funai não pode, essa pessoa não sabe como é que é a função da Funai, então Funai tem que voltar ao mesmo jeito que estava porque lá ele é um órgão competente para nós, para colocar mais força para nós, porque sem a Funai. Olha o que está acontecendo hoje? Estão invadindo as terras dos povos indígenas, sem ele a gente não tem como crescer, que já falaram aqui se a gente não tem casa, já era gente, a casa que eu falo é a terra. Então, senhores Deputados, eu agradeço essa minha fala, a quem organizou este evento agradeço o convite de vocês os que estão aí, a todos, então só isso, agradeço a minha fala. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é que te agradecemos. Ainda tem duas inscrições, nós estamos finalizando, já está bem adiantado o horário, mas vamos conceder a palavra a Samuel Tupari. Com a palavra.

O SR. SAMUEL TUPARI – Boa noite. Deputado, aqui eu quero também dar as minhas considerações com relação essa audiência pública, eu achava que a gente a maioria ia ter oportunidade de falar porque a gente vem de tão longe para poder expressar aquilo que nós enfrentamos nas nossas bases, a nossa realidade, mas não é o que eu pensei. Mas eu quero dizer aqui, agradecer, eu quero aqui lembrar as outras audiências públicas que aconteceram em 2018 pelo Deputado Ezequiel Junior e também ele teve umas, é muito preocupante com relação às situações da população indígena, mas que talvez não foi adiante; agradecer aqui o Padre Ton, na época também que realmente foi um dos, defendeu na bancada a bandeira da população indígena, não só do Estado de Rondônia, mas dos índios brasileiros; agradecer aqui o Deputado Crispin, que eu conheço o Deputado Crispin, não só de hoje, mas lá de São Miguel, sou daquela região ali; quando ele trabalhava como gerente do Mercado Pastório; então a gente é muito, se conhece de muito tempo. O Deputado Lebrão, a gente viu falar muito, mas nunca se encontrava, a gente se encontrou poucos momentos foi na inauguração da CASAI de Alta Floresta, mas precisa visitar mais, não se pode só participar da inauguração. Então, assim deputado, é preciso que tudo que foi falado aqui, é preciso continuar para que essas coisas possam acontecer na prática com esses mandatos de vocês aí, acho que é interessante a fala de cada um de vocês, que estão aí para defender, para colocar as nossas reivindicações na discussão de vocês, de todos os deputados, eu também acredito que a gente aqui veio para dialogar, nós não viemos aqui para brigar, mas sim de colocar aquilo que sentimos nas nossas peles, aquilo que nós estamos vendo que tem vocês para ajudar nós. Então, assim, eu só queria dizer assim, deputados estaduais, que quando a gente observa que um parlamentar, ele ajuda, a gente sabe disso, a gente reconhece aqueles que realmente ajudam. Mas, também entendemos que alguns parlamentares, ele não ajuda, ele faz que ajuda, mas por trás disso, ele vai tirando os nossos direitos. Então, nós estamos aqui para falar isso, quando alguns parlamentares indicam uma pessoa que não conhece a realidade da população indígena, no “setores” que aqui falaram;

Funai, aqui falaram Sesai e com isso a gente percebe que quem está derrubando isso, o nosso direito dentro do próprio setor que é nosso, que muitas vezes eu falo; fortalecer, vamos fortalecer Funai, vamos fortalecer Sesai; aí muitas vezes eu fico pensando: nós vamos fortalecer para quem? Para nós ou para os outros cuidar? Então, assim, é preciso que esses órgãos nos vejam também, porque quando a coisa está pegando, os funcionários seja da Sesai, seja da Funai, seja da educação, eles procuram a gente. Mas, quando eles estão bem, eles não estão nem aí. Então, quero dizer assim, mesmo com essa fragilidade da Sesai, é sempre a Sesai locais, lá na ponta, eles tem dado suporte para gente chegar até aqui. Então, é só ele, muitas vezes a Funai se nega de dar essa condição para nós vir trazer, discutir o nosso direito. Então, é preciso rever isso. Mas, eu quero dizer assim, essa Casa que no diálogo a gente, com certeza nós vamos conseguir deputado, a gente quer dialogar, falar com vocês, pedir socorro realmente. E para o Deputado Federal Mauro Nazif, foi que nem o Dalton disse, eu acho que foi o primeiro deputado recente quando ele se elegeu, ele esteve visitando nós lá no Hotel Rondon, na Conferência da Saúde, eu tenho assim acompanhado essa discussão dele em nível Brasília que é preciso que também os outros deputados que também receberam voto, às vezes não foram muitos, mas receberam, mas que também leva essa bandeira de defender o direito dos povos indígenas. Então, assim, eu queria dizer que na Conferência da Saúde, com certeza a gente vai está lá, a gente foi eleito como delegado e a gente quer defender, queremos a participação deputado dos senhores lá e com certeza pedimos essa audiência com o Presidente da República, porque o que nós estamos dizendo aqui é a mesma coisa, nós queremos diálogo, nós queremos levar a nossa reivindicação, ele, querendo ou não, ele é o Presidente. Então, o que nós queremos é convocar essa audiência, eu acho que o Estado, os índios do Estado de Rondônia, ela precisa discutir lá com o Presidente. Diferente de quem estar lá em Brasília, então cada região tem uma realidade diferente e com certeza no diálogo a gente consegue avançar alguma coisa. Somente isso nós queremos dizer a vocês que não seja só essa audiência, mas sim outros momentos precisamos está conversando Deputado Lebrão, e estamos lá em Alta Floresta, em São Miguel, a gente tem uma aldeia ali, agora, na Linha 86, que sai ali entre o frigorífico ali, e na Linha 86, inclusive o Crispin já esteve lá, a gente convidou e precisamos de apoio mesmo. Precisamos estar dialogando frequentemente essa situação, para que a gente não venha, um fala de uma coisa, outro fala outra, vocês falam outra língua. É preciso que nós fica junto nessa batalha. E quero também só agradecer essa vinda nossa, que é uma vinda muito cansativa também, somos de Alta Floresta, nós viemos lá da terra indígena Rio Branco, para chegar aqui, voltar e muitas vezes, talvez os parentes tenham outra ideia, mas eu não sei como é que está sendo feita esta Mesa aí. Mas, dizer assim, eu fico também feliz de participar e queremos ter várias vezes também esse diálogo. Eu acho que diálogo com o Governador é importante, é preciso ser agendada essa audiência com o Governador, porque nós temos a questão da saúde também, nos municípios, no Estado e é isso que nós queremos dialogar. E que vocês contribuam também, ajuda nosso setor que é a COMPI, aqui em Porto Velho, que é um órgão que nós pedimos,

com muita luta e foi atendido. Então, nós não queremos que isso fique só para eles resolver, mas que também nós lideranças de base vamos apoiar e queremos fortalecimento dessa COMPI instalada aqui no setor do governo. Então era isso. Meu muito obrigado a todas as lideranças que estão aí, que a gente pôde se encontrar novamente, esperamos que vocês falem por nós aqui nesta Casa. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Eu que agradeço. Você me convidou para ir até lá, eu faço um convite a mim mesmo para almoçar na sua casa, tá? Agora, passar a palavra para o Dra. Jandira.

A SRA. JANDIRA – Agradeço, Deputado, mas acho que eu vou dispensar, devido à alta hora e também estava dando prioridade para as falas indígenas e que saiam resultados práticos desta Audiência. Obrigada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Não faltará oportunidade para a senhora se pronunciar. Então, passo a palavra para o José Amaral, de Seringueiras? Lembrando que ele é o último orador, depois vou fazer o encaminhamento.

O SR. JOSÉ AMARAL – Olha, eu não estava previsto eu falar não, mas, quando a gente está na guerra, a gente tem que lutar.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Tem que lutar, tem que lutar.

O SR. JOSÉ AMARAL – Mas na verdade, eu quero só fazer umas considerações. Agradecer ao senhor, Deputado Lebrão, pela iniciativa; agradecer também ao meu Deputado Federal Dr. Mauro, obrigado pela defesa que o senhor tem feito lá em Brasília para conosco; ao nosso deputado também, companheiro Chiquinho da Emater; e a todos aí da Mesa que estão presentes; e aos meus parentes indígenas. Eu acho que eu não tenho muito que acrescentar, que eu acredito que eu fui contemplado com todas as palavras aqui, de uma forma, umas diferentes das outras, mas fui contemplado. Até fico agradecido por ter me chamado, porque assim, é bom a gente participar, falar um pouquinho, até estava conversando com o nosso parente ali, que eu perdi a oportunidade de me inscrever para falar. Então, assim, no final, para eu pedir a palavra, também, eu ficaria, depois de tantas conversas, de tantas discussões aqui, que foram boas, e em todas elas eu fui contemplado. Mas eu queria só fomentar mais um pouquinho, fortalecer a questão da demanda terras indígenas com o Deputado Federal Dr. Mauro Nazif, verificar como estão os andamentos desses povos, que foi dito que é o povo Puroborá, povo Cujubim e o povo Migueleno, entre outras, outras. Mas essas que foram, que está realmente em estudo da 429. Eu gostaria que o senhor verificasse isso para nós lá. Sei que é momento muito difícil, questão governo, mas não é impossível. Acredito que o diálogo é uma coisa muito importante na vida de cada um. Tudo, com diálogo se vence algo impossível. Então, assim, só mais uma vez agradecer esta Audiência, mais uma vez, deputado, muito obrigado Deputado Lebrão. Seringueiras está lá, eu estou lá, a hora que o senhor quiser me visitar também, a gente vai estar

lá, pode sentar e bater um bom papo, quem sabe sair uma coisa boa por aí.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Prepara a galinha que eu vou lá também.

O SR. JOSÉ AMARAL – Está bom. Então, mais uma vez agradeço a todos e todos estão de parabéns. Meu muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é que agradecemos. O Heliton queria fazer um encaminhamento, não é?

O SR. HELITON GAVIÃO – Eu queria só fazer um encaminhamento, os parentes, vocês que são as nossas autoridades, que a Assembleia, eu já antecipei aquele dia para ti, não é, Lebrão? Que a Assembleia crie uma comissão parlamentar que possa uma comissão parlamentar que possa fazer levantamento da situação que foi citado aqui por cada liderança indígena e também foi citada aqui a questão do ICMS Ecológico. Nós já tínhamos pedido ao governo anterior, 2017, pedimos criação de um GT que possa fazer levantamento do recurso do ICMS Ecológico e após isso, de levantamento, criar uma lei que possa regulamentar repasse desse recurso. A questão da minuta que foi citada aqui, a minuta da política estadual de desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, já te pedi aquele dia, que crie também uma comissão que possa trabalhar em cima, fazer alguma alteração e colocar na pauta da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. E com isso a gente possa, com certeza, avançar na criação da política estadual voltada aos povos indígenas do Estado de Rondônia. E também, com certeza, abrange tudo isso, criar uma comissão não só apenas um tema, em cima da necessidade dos povos indígenas, esses parlamentares, se caso for criada uma comissão, possa fazer levantamento da área. E quero aqui encaminhar o planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas para cada um de vocês, aqui neste momento. Aqui foi citado aqui que cada deputado poderia destinar uma emenda parlamentar para atender o que foi discutido aqui. E colocamos nesse planejamento estratégico, o que foi colocado, discutido aqui, durante esta Audiência. Eu quero encaminhar para o Deputado Mauro Nazif que possa analisar e destinar emenda parlamentar dele para atender essa necessidade, demanda que nós da comunidade, liderança colocou aqui neste momento, não é?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – E aí tem café no bule. Pode pedir bastante.

O SR. HELITON GAVIÃO – Essa é sua e também entrego também para o Deputado Lebrão, que analise com muito carinho, que possa destinar também emenda parlamentar dele, estadual, para atender o que foi discutido aqui. Deputado Chiquinho, você prometeu que ia destinar a emenda sua para os povos indígenas. Dá uma analisada com muito carinho e destinar essa emenda. Eu gostaria que cada um de vocês assinasse em uma cópia, você assina aí, o cacique Lebrão também assina, o Chiquinho também... Então, eu vou cutucar vocês a partir de agora, meu cacicada, parlamentares do

Estado. Os outros vazaram, amanhã cedo eu estarei aqui, batendo na porta de cada um de vocês. Obrigado aí e boa volta para cada um de vocês que está aqui, que Deus acompanhe cada um de vocês ao destino final, que vieram para participar desta Audiência. Obrigado, Deputado Lebrão; obrigado demais parlamentares presentes aqui.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Eu que agradeço você, Heliton. Primeiramente eu quero deferir o encaminhamento que você fez, já fica registrado, viu Kid? Depois nós vamos acrescentar dentro da Taquigrafia, do áudio e do vídeo. Entendo que esta Audiência foi uma Audiência bastante produtiva e que nós tivemos muitas pessoas, representantes de etnias indígenas e outras autoridades defendendo a comunidade indígena e, com isso, nós avançamos muito. E antes de finalizar, eu quero dizer que aqui é a Casa do Povo, gente. Aqui é o lugar de cobrar, aqui é o lugar de criticar, como a Hozana me criticou ali, na minha passagem pela 429, indo até o município de São Francisco do Guaporé. Mas eu quero dizer para a Hozana Oliveira, que eu não chamei a etnia dos Puroborás, dos Miguelenos de indigenazinha, entendeu? Eu falei que lá é uma situação diferenciada, numa região antropizada, ocupada hoje por proprietários que já estão lá também há muito tempo. É uma briga que não está na alçada do Deputado Lebrão. Espero que tenha um desfecho à altura do que merece todas as pessoas que têm o direito a eles, que é constituído. Hoje nós temos o Projeto de Lei 13.465/17, Baton, que se desapropriar qualquer proprietário tem que ser indenizado e certamente os direitos são de quem tem o direito. Dessa forma a gente avança dessa forma a gente constrói. Eu quero aqui agradecer todas as pessoas que estão aqui, ao pessoal que nos acompanhou aí na galeria, a nossa equipe técnica, à imprensa que está aqui, todas as etnias indígenas que estão neste momento aqui, e dizer a vocês que o tema mais discutido em nível mundial hoje, hoje se chama, exatamente, meio ambiente. E quando se fala de meio ambiente, estamos todos no mesmo barco, independente de cor, raça, credo, qualquer tipo de coisa, não é, Paulo? Hoje nós temos que discutir. Quando se fala de produção agrícola, nós não sabemos a vontade de cada etnia e de cada aldeia que tem seu interesse. Eu tenho certeza que o João Soares assistiu ao mesmo programa que eu assisti domingo, lá em Parecis, eu estive lá in loco olhando a situação dos indígenas que hoje produzem soja em larga escala e estão com multa de milhões de reais a serem pagas. O que aconteceu aí? Aconteceu que nós temos um Código Florestal, no meu entendimento, desumano que tem que ser alterado que foi muito bem trabalhado Padre Ton, tanto por Vossa Excelência, Mauro Nazif, o Anselmo, que fez um grande trabalho, mas que tem que sofrer as alterações senão nós não vamos avançar. Uma Legislação Ambiental que tem que ser corrigida. Então, hoje eu entendo que a esfera Federal terá que fazer um trabalho diferenciado e sei também das diferenças que nós temos. Quantos Deputados nós temos em Rondônia? Apenas 08 Deputados Federais. Quantos nós temos em São Paulo, Mauro Nazif, responda para mim?

O SR. MAURO NAZIF – 70 e pouco.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – 70 e pouco. Então é desumano, é desleal, isso aí quanto se empata no cenário da República, mas, nós perdemos na Câmara Federal. Então a luta pela região norte de uma maneira geral é uma luta muito intensa, muito grande e hoje nós na esfera Estadual nós também temos uma luta aqui. Eu quero dizer para vocês que hoje nós estamos, inclusive, inaugurando a Assembleia Legislativa com a 1ª Audiência Pública instalada dentro desse Parlamento inaugurando esse prédio novo, é um momento histórico, agora, nós vamos avançar e nós vamos aprender com vocês, é para isso que vocês foram convidados aqui hoje é para enriquecer os nossos conhecimentos e nos ensinar a aprender o que vocês querem e conhecer aquilo que vocês precisam, dessa forma nós vamos avançar. O próximo passo é uma reunião, uma audiência com o Governador do Estado, certamente, meu querido Deputado Chiquinho, para que vocês possam apresentar junto ao Governo do Estado tudo aquilo que nós vamos resumir desta Audiência Pública para incluir e implantar Luis, no PPA do Estado, dessa forma nós vamos avançar se a gente não fizer esse trabalho, certamente, nós vamos ficar mais uma vez parado no tempo e não vamos caminhar João. Então, hoje nós não temos que criticar o que passou, o que aconteceu no passado, nós temos que buscar um novo tempo. É momento de avançar, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos juntamente com a nossa equipe, todos os Deputados que ocupam assento nesta Casa, certamente, nós vamos procurar fazer um trabalho diferenciado, eu não tenho dúvida que o Governador Marcos Rocha juntamente com o Zé Jodan, que é o nosso Vice-Governador tem um interesse grande de atender toda a população que mora dentro do Estado de Rondônia e que escolheu esse Estado para aqui viver e vocês que são das comunidades indígenas, vocês, simplesmente, nada mais é do que apenas, olha só, apenas, os verdadeiros guardiões de tudo aquilo que nós temos de riqueza nesse Estado, Paulo, e nós sabemos e reconhecemos isso, agora, é preciso avançar. Nós não podemos deixar vocês parados no tempo com aquela tecnologia arcaica e primitiva, nós temos que avançar e certamente vai depender da vontade de cada um de vocês e com a força do Parlamento do Estado. E aqui estiveram presentes as três esferas: a esfera Municipal, a Estadual e a Federal representada e muito bem representada pelo Mauro Nazif e juntamente com aqui a nossa Defensoria Pública, nós tivemos também o representante do MPF, faltou infelizmente, o Ministério Público do Estado, mas certamente irá uma cópia do trabalho que foi feito aqui hoje para que eles tenham o conhecimento de tudo aquilo que foi discutido nesse momento para a gente poder avançar nesse tema que é muito importante para o Estado de Rondônia de uma maneira geral. E dizer a vocês, hoje, como disse aqui, nós estamos aqui para ser criticado, para ser cobrado também para ser elogiado através dos trabalhos que nós fazemos, eu estou no meu 4º mandato como Deputado Estadual, fiquei quatro vezes também como 1º Secretário da Assembleia Legislativa e quero ter a

oportunidade de encerrar a minha carreira agora como Parlamentar no Estado de Rondônia fazendo um grande trabalho representando a população do Estado de Rondônia de uma maneira geral, aqui está a Hozana que é lá de Seringueiras, aqui não tem nenhum representante dos Miguelenos, mas eu tenho uma representante dos Miguelenos que é, aliás, está ali, tem Miguelenos ali, e eu tenho também uma Assessora Parlamentar Miguelena, assim como também tenho um Assessor Parlamentar que quando vocês quiserem bater no Deputado Lebrão, então vocês pegam o Cledson Pitana que é Karitiana, ele vai fazer toda a nossa demanda e a interlocução com toda a comunidade indígena do Estado de Rondônia, certamente eu vou aprender muito com você, certamente nós vamos procurar ampliar os nossos trabalhos, fazer o trabalho que a população de uma maneira geral tanto precisa e que tanto merece e dessa forma a gente vai construir.

Eu estou à disposição, o meu gabinete é no 12º andar, o número do gabinete é o nome de cada um de vocês porque ele pertence a vocês, eu nada mais sou do que instrumento a ser usado. Quero ser usado da melhor forma possível e as visitas que eu fiz o compromisso de visitar certamente estarei lá com vocês filando uma boiazinha porque para comer o que é dos outros eu vou muito longe e ando longe mesmo no Estado de Rondônia, por isso essa votação que nós tivemos a maior votação da história do Estado de Rondônia nessa Legislatura. Um abraço a todos vocês que Deus abençoe a todos nós para que a gente não erre nas nossas ações Padre Ton, e a gente possa construir cada vez mais um País melhor, um País que venha beneficiar todo o povo brasileiro de uma maneira geral. Abraço a todos vocês, muito obrigado eu sei que avançou muito tempo, mas, dessa forma a gente avançou.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Lebrão,...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Deputado Chiquinho, fique à vontade.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Um minuto gente. Eu acho assim, eu não sei de todos os povos indígenas estão encaminhado ao Instituto Abaitará alguns filhos de vocês para fazer Curso Técnico em Agroecologia e Agropecuária, eu acho que é muito importante lá já tem, eu acho, que uns 50 índios que estuda ali, naquele Colégio Abaitará, é muito importante que todos vocês tenha representantes, tenha técnicos, para esses técnicos voltarem para comunidade indígena e implantar as tecnologias que vocês tanto precisam nas suas comunidades.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Espera aí que não está encerrada não, eu esqueci de fazer o encerramento aqui. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública, agradecendo imensamente o Deputado Chiquinho da Emater que participou todo o tempo conosco aqui.

Está encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19h36min)

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

PROJETO DE RESOLUÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES – PSDB – Institui na forma que especifica, o Programa Legislativo Democrático e Participativo, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, o Programa Legislativo Democrático e Participativo, com o objetivo de aproximar e propiciar conhecimento a comunidade estudantil, com relação às atribuições e competências do Legislativo Municipal, Estadual e Federal.

Art. 2º O Programa Legislativo Democrático e Participativo será constituído das seguintes modalidades:

I – Ato Cívico nas escolas da rede pública ou privada de ensino.

II – Turismo Pedagógico que possibilite o intercâmbio entre alunos de localidades diferentes, e que serão acolhidos na sede da Assembleia Legislativa, para o cumprimento de agenda cultural e educacional

III – Dia do Parlamento com o desencadeamento de palestras e seminários, com temática relacionada ao Processo Legislativo, perante as instituições de ensino.

IV – Visitando o Parlamento, evento que consiste na visita de entidades às dependências da Assembleia Legislativa.

V – Parlamento Mirim destinado a propiciar o conhecimento e convivência prática das atividades parlamentares.

VI – Concurso Anual de Redação para desenvolver conteúdos escolares relacionados à cidadania e ao Processo Legislativo.

Art. 3º As ações do Programa Legislativo Democrático e Participativo serão coordenadas por uma Comissão Especial, composta por representantes do Social, Departamento de Rádio e Televisão, Secretaria Administrativa e Secretaria Legislativa.

§ 1º Caberá a representação do Departamento de Cerimonial a presidência dos trabalhos da Comissão Especial.

§ 2º A supervisão dos trabalhos da Comissão Especial será efetivada por meio do Ouvidor Geral da Assembleia Legislativa.

Art. 4º A regulamentação das modalidades do Programa Legislativo Democrático e Participativo será feita por deliberação da Comissão Especial, e deverá ser submetida a análise e aprovação do Ouvidor Geral da Assembleia Legislativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em tela pretende incentivar e proporcionar aos alunos da Rede Pública e Particular de Ensino do Estado de Rondônia, conhecimentos teóricos e práticos com relação as atividades legislativas, e, em especial, com relação as atribuições e competências do Poder Legislativo Estadual.

Ato Cívico: Atendendo convite de determinado estabelecimento de ensino, a Comissão Especial da Assembleia Legislativa, responsável por esta programação articulará no sentido de garantir todo o aparato necessário, de autêntico resgate de uma prática de civismo, que já se encontrava praticamente no esquecimento.

Turismo Pedagógico: Consistirá na efetivação de práticas estudantis que favoreçam ao conhecimento de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

Assim sendo, alunos de uma escola poderão trocar experiências (vivências) com alunos de um município vizinho. Toda esta atividade com a intermediação direta da Comissão Especial. Após o intercâmbio, determinada representação de estudantes serão recepcionados na sede da Assembleia Legislativa, para o cumprimento de agenda cultural e educacional.

Dia do Parlamento: Voltado principalmente para a comunidade estudantil de Porto Velho, o auditório da Escola do Legislativo será “palco” de palestras e seminários, atendendo a sugestão direcionada pelo estabelecimento de ensino requisitante.

Visitando o Parlamento: De livre escolha da Comissão Especial, alunos de escolas serão escolhidos para visita das dependências da Assembleia Legislativa, no decorrer de um dia, e ao final, participarão de sessão plenária.

Parlamento Mirim: Na prática, teremos o “Poder Jovem”. Em parceria com as Secretarias Municipais e representações da SEDUC, na capital e no interior do Estado, após concurso com critérios a serem definidos, dois representantes de cada município, desempenharão por um dia, simbolicamente o cargo de Deputado Estadual.

Concurso Anual de Redação: Visa incrementar e desenvolver conteúdos escolares relacionados à cidadania, ao Processo Legislativo, Educação Moral e Cívica, e Organização Social e Política Brasileira.

Plenário das deliberações, 19 de março de 2019
Dep. Laerte Gomes – PSDB

PROJETO DE LEI DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER – PSB
– Institui o Dia Estadual de Conscientização da Síndrome de Berdon.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA decreta:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado de Rondônia, o Dia Estadual de Conscientização da Síndrome de Berdon, a ser celebrado, anualmente, no dia 6 de fevereiro.

Parágrafo único. O Governo Estadual, através das Secretarias de Saúde e de Educação, deverá criar programas e convênios com entidades que tenham por finalidade a atenção

aos portadores da Síndrome de Berdon, de maneira a viabilizar o evento na data constante no *caput* deste artigo.

Art. 2º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Síndrome de Berdon é doença rara que provoca má formação em vários órgãos como o intestino, bexiga e estômago. Doença grave que impossibilita que a pessoa possa urinar ou defecar e precisa se alimentar por sonda.

Causada por problemas genéticos ou hormonais os sintomas surgem logo após o nascimento e não tem cura, porém alguns procedimentos cirúrgicos que tem como objetivo desobstruir o estômago e o intestino pode melhorar os sintomas da doença. Além disso, outra alternativa para aumentar a expectativa e qualidade de vida da pessoa acometida por esta síndrome é o transplante multivisceral, ou seja, o transplante de todo o sistema gastrointestinal, algo que no Brasil ainda não fez em crianças, somente em adultos.

No Brasil o caso mais conhecido e famoso é o pequeno Paulistano Samuel Soares dos Santos, nascido em 2015, atualmente tem dois anos, é portador da síndrome e tem superado a expectativa de vida. Sua família conseguiu na Justiça que a União custeasse seu tratamento e transplante simultâneo de 5 órgãos que deverá ser realizado no hospital referência da síndrome, localizado em Miami-EUA, o Jackson Memorial Hospital. Todo custo é de aproximadamente R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais).

A Justiça de São Paulo determinou que a União, que representa o Ministério da Saúde, pague a quantia e a criança viaje para fazer o tratamento, contudo o processo ficou no TRF, até que o dia 06.02.2019, quando finalmente a família de Samuel embarcou com ele para Miami.

O caso do Samuel ficou conhecido, pois fizeram uma “vaquinha digital” em todo país, apoiado por vários famosos, para tentar salvar a vida do pequeno e também auxiliar a família no tratamento e estadia fora do país.

Em razão da inexistência de estudos no Brasil que dimensionem a prevalência e incidência da Síndrome de Berdon, faz-se necessário a adoção de mecanismos que permitam o diagnóstico precoce, que pode ocorrer ainda na gestação. Ressalta-se, portanto, a importância desta propositura no sentido de ampliar o conhecimento da população da Síndrome de Berdon. Para isso contamos com o apoio dos nobres Pares.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019
Dep. Chiquinho da EMATER – PSB

REQUERIMENTO DEPUTADO EYDER BRASIL – PSL - Requer a Mesa Diretora, que seja realizada Sessão Solene para entrega de homenagem ao Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE pelos relevantes serviços prestados, por meio de programas sociais e assistenciais à comunidade Rondoniense.

O Parlamentar que este subscreve, na forma regimental, requer a Mesa Diretora que seja realizada sessão

solene para entrega de homenagem ao Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE pelos valorosos serviços prestados, por meio de programas sociais e assistenciais à sociedade rondoniense, considerando a aprovação do Voto de Louvor ao CIEE em sessão ordinária, designada para o dia 04 de abril de 2019, à 9 horas no Plenário.

JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, evidencio que o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem fins econômicos, reconhecida como entidade de assistência social que realiza uma série de programas sociais, que beneficia a população rondoniense em diversos aspectos, fomentando a geração de emprego e renda, por meio de programas de aprendizagem e estágio, possibilitando aos adolescentes e jovens estudantes, uma formação integral, ingressando-os no mercado de trabalho.

Nesse íterim, no âmbito do Estado de Rondônia, o CIEE é representado pelo Sr. José Augusto, Supervisor da Unidade e possui atuação na cidade de Porto Velho desde 23 de fevereiro de 1999, há 20 (vinte) anos.

Por conseguinte, a instituição já encaminhou ao mercado de trabalho mais de 15 (quinze) mil estagiários a 500 (quinhentas) empresas públicas e privadas cadastradas. Atualmente possui cerca de 3 (três) mil estudantes de nível médio, profissionalizante e de curso superior, estagiando em 20 (vinte) cidades do Estado de Rondônia.

O CIEE possibilita aos jovens estudantes, uma formação integral, ingressando-os ao mercado de trabalho, através de treinamento e Programas de Estágio, já sendo reconhecida a sua utilidade pública.

Assim, com 55 (cinquenta e cinco) anos de existência a nível nacional, o objetivo primordial do CIEE é propiciar aos estudantes de nível médio, técnico e superior uma oportunidade de estágio/aprendiz que os auxiliem a colocar em prática tudo o que aprenderam na teoria.

Além disso, o Centro de Integração Empresa-Escola CIEE tem como principais iniciativas o Programa Aprendiz Legal, o Programa Pessoas com Deficiência e o Programa de Educação a Distância totalmente gratuitos aos seus beneficiários.

Importante salientar que, o Poder Legislativo mantém uma estreita relação com o CIEE, considerando que na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE já passaram mais de 200 (duzentos) estagiários e aprendizes, estudantes tanto de nível médio, técnico e superior. Na atualidade, a ALE/RO possui em seu quadro 72 (setenta e dois) estagiários e 60 (sessenta) aprendizes.

Plenário das deliberações, 19 de março de 2019
Dep. Eyder Brasil – PSL

REQUERIMENTO DEPUTADO ALEX SILVA – PRB – Requer a realização de Audiência Pública no dia 08 de abril de 2019, às 15h, com o objetivo de debater sobre os casos de feminicídio e de violência contra mulher, bem como, discutir políticas públicas a serem implementadas para neutralização dessas ocorrências no Estado de Rondônia.

O Parlamentar que este subscreve, requer à Mesa Diretora, na forma regimental, a realização de Audiência Pública, no dia 08 de abril de 2019, às 15h com o objetivo de debater sobre os casos de feminicídio e de violência contra a mulher, bem como, discutir políticas públicas a serem implementadas para neutralização dessas ocorrências no Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Nobres Deputados,

Diante de inúmeros casos de feminicídio e de violência da mulher ocorridas em todo Brasil e no nosso Estado de Rondônia, se faz necessário a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater sobre o assunto, em busca de políticas públicas e ações a serem tomadas, em conjunto com a Assembleia Legislativa, Poder Executivo, Ministério Público, Organizações Interessadas, com o objetivo de neutralizar essas ocorrências em nosso Estado.

Atualmente o Brasil, está em 5º lugar entre os países com mais ocorrências de feminicídio segundo a Organização Mundial de Saúde. Entre todos os Estado do Brasil, o Estado de Rondônia é o 4º Estado em que mais se matou mulheres e o 3º em que mais se estuprou no ano de 2018.

Recentemente, tivemos notícias do caso de uma mulher que teve a mão decepada pelo seu marido. No dia 17 de março de 2019, tivemos a estarrecedora notícia de um homem que foi preso após agredir a sua ex-mulher, e mesmo após ameaças de que iria matá-la ainda quando estava em frente de policiais, foi liberado, vindo a matá-la a pauladas horas depois, e também quase matou seu pai, que hoje encontra-se em estado grave no hospital João Paulo II.

As estatísticas são alarmantes, e vem crescendo a cada ano, e para que condutas criminosas como o narrado não venham a aumentar, se faz necessária uma resposta imediata por meio das autoridades competentes, razão pela qual requeremos essa Audiência Pública, para debater sobre esse tema, e buscar soluções imediatas no combate ao feminicídio e a violência contra mulher.

Plenário das deliberações, 19 de março de 2019
Dep. Alex Silva – PRB

REQUERIMENTO DEPUTADO JAIR MONTES – PTC – Requer que seja oficiado a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, requerimento de informações referente a Convênio de Transporte Escolar do município de Nova Mamoré e o Governo do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora que seja oficiado a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, nos termos do art. 29, XVIII c/c § 3º art. 46 Parágrafo Único da Constituição Estadual e Regimento Interno do art. 179, inciso III na íntegra, requerimento de informações referente à CONVENIO DE TRANSPORTE ESCOLAR do município de Nova Mamoré e o Governo do Estado de Rondônia, referente ao período de 2017 a 2019.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, existem pedidos de reembolso referente ao Convênio de Transporte Escolar com o Governo do Estado de Rondônia, correspondente aos exercícios de 2017 a 2018.

Dessa forma, requeremos informações detalhadas dos Convênios de Transporte Escolar entre o município de Nova Mamoré e o Governo do Estado de Rondônia, referente ao período de 2017 a 2019.

Insta, ainda saber, quais os reais motivos que a Prefeitura de Nova Mamoré pede reembolso e quais as justificativas que o Governo do Estado não reconhece o pleito do município.

Face o exposto, é que realmente pedimos nos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Jair Montes – PTC

Pres. Comissão de Habitação e Assuntos Municipais

REQUERIMENTO DEPUTADO JAIR MONTES – PTC – Requer Votos de Pesar aos Alunos de Servidores vítimas do massacre na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Brasil, no município de Suzano, localizado no Estado de São Paulo, que vitimou onze pessoas.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer à Mesa Diretora desta Casa de Leis, a aprovação de VOTO DE PESAR as famílias dos alunos e servidores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Brasil, no município de Suzano, localizado no Estado de São Paulo, que vitimou onze pessoas.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Este Requerimento tem por objetivo, requerer Votos de Pesar, como forma de externar nossa solidariedade dos Alunos e Servidores vítimas do massacre na Escola Estadual de Ensino e Médio Professor Raul Brasil, no município de Suzano, localizado no Estado de São Paulo, que resultou em 11 pessoas mortas a tiros.

Das vítimas fatais, nove eram adolescentes com idade entre 15 e 17 anos e dois eram adultos. Tais episódios repercutiram na imprensa nacionalmente e internacionalmente como uma grande tragédia no seio da sociedade brasileira. Contudo, alunos e funcionários das escolas da rede pública em escala municipal, estadual e nacional, estão vulneráveis a ataques como de Realengo e esse de Suzano devido a falta de vigilância no âmbito escolar.

Por sua vez, os autores dos ataques encontraram facilidade para entrar na escola, como revela as imagens de câmaras divulgadas pela imprensa eletrônica e televisionada. Todavia, em qualquer Escola no Estado de Rondônia, existe a mesma facilidade de acesso, porque até os servidores que atuavam na portaria foram retirados, gerando um sentimento de insegurança nas escolas.

Diante disso, não podemos ter outra atitude senão manifestar publicamente para que as autoridades ocupantes do espaço do Poder Executivo, em especial, do Estado de Rondônia, saibam da nossa indignação quanto ao descaso com a segurança dos nossos alunos, servidores e professoras nas Escolas da Rede Pública Estadual e Municipal mediante e falta de vigilantes que podem impedir de acontecer outras tragédias semelhantes.

Face ao exposto, contamos com o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação do presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 14 de março de 2019

Dep. Jair Montes – PTC

Pres. Comissão de Habitação e Assuntos Municipais

REQUERIMENTO DEPUTADO JAIR MONTES – PTC – Requer que seja oficiado Secretaria de Estado de Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, requerimento de informações referente aos PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL PLANEJADOS e em CONSTRUÇÃO, QUANTAS HABITAÇÕES FORAM ENTREGUES E FALTA ENTREGAR, QUANTOS PROJETOS DE MORADIA FORAM ENTREGUES SEM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, na área urbana e rural, no Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa que seja oficiado, à Secretaria de Estado de Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, nos termos do art. 29 XVIII c/c § 3º art. 46, Parágrafo único da Constituição Estadual e Regimento Interno do art. 179, inciso III na íntegra, requerimento de informações referente ao Programa de Habitação Social Planejados e em Construção – execução, quantas habitações foram entregues – executados, e falta entregar. Quantos Projetos de Moradia foram entregues sem Equipamentos Públicos – escolas, creches, postos de saúde e policial, praças, na área urbana e rural no período de 2011 a 2019, no Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O Governo do Estado de Rondônia, no período de 2011 a 2019, desenvolveu políticas públicas de Habitação Social com intuito de tornar realidade o sonho da Casa Própria para população de baixa renda, como forma de reduzir o déficit habitacional em escala estadual.

Outrossim, a construção de Habitações Social no Estado de Rondônia, contou com a parceria do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal, por sua vez, o Governo do Estado lançou o Programa Morada Nova, executado pela Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), que garantiu a construção de moradias beneficiando populações de baixa renda que não tem acesso a moradia digna, que vivem de favor em casas cedidas, ou comprometendo grande parte de sua renda pagando aluguel, ou ainda morando em habitações precárias.

Dessa forma, requer informações referentes aos Programas de Habitação Social Planejados e em Construção – execução. Quantas Habitações foram entregues – executados, e falta entregar, quantos Projetos de Moradia foram entregues sem Equipamentos Públicos – escolas, creches, postos de

saúde e policial, praças na área urbana e rural no período de 2011 a 2019, no Estado de Rondônia.

Face ao exposto, é que realmente pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Jair Montes – PTC

Pres. Comissão de Habitação e Assuntos Municipais

REQUERIMENTO DEPUTADO JAIR MONTES – PTC – Requer que seja oficiado ao Poder Executivo, requerimento de informações referente ao Quadro de Agentes de Trânsito Efetivos com suas respectivas lotações, funções gratificadas e concessões de diárias e algum tipo de bonificação por desempenho de atividades, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer á Mesa Diretora, que seja oficiado ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, nos termos do art. 29 XVIII c/c § 3º, art. 46, Parágrafo Único da Constituição Estadual e Regimento Interno do art. 179, inciso III na íntegra, requerimento de informações referente ao Quadro de Agentes de Trânsito efetivos com suas respectivas lotações, funções gratificadas, concessões de diárias e algum tipo de bonificação por desempenho de atividades do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, o Agente de Trânsito com “Poder de Polícia de Trânsito”, é credenciado para o exercício das atividades de fiscalização do trânsito, bem como autuar e aplicar medidas cabíveis – por infrações de circulação, estacionamento ou parada fora das normas, trabalharem em operações, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento.

Outrossim, muitas vezes, o Agente de Trânsito são servidores concursados e seu papel vai muito além de operar e fiscalizar o trânsito. O agente também desempenha papel de educador, através da orientação e conscientização de condutores e pedestres que transitam diariamente pelas vias. Também dá suporte em casos de acidentes ou na realização de eventos, que necessitem de ordenamento. Enfim, o trabalho dele ajuda a melhorar a fluidez do tráfego em toda a cidade e consequentemente, a qualidade de vida da população. Entretanto, o agente é visto como o “multador” e fomentador da fábrica de multas pelo cidadão contribuinte.

Dessa forma, para prestar esclarecimento ao cidadão rondoniense, na forma Regimental e Constitucional, requeremos informações no tocante ao Quadro de Agentes de Trânsito efetivos com suas respectivas lotações, funções gratificadas, concessões de diárias e algum tipo de bonificação por desempenho de atividades, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN do Estado de Rondônia.

Face ao exposto, é que realmente pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Jair Montes – PTC

Pres. Comissão de Habitação e Assuntos Municipais

REQUERIMENTO DEPUTADO JAIR MONTES – PTC – Requer que seja oficiado ao Poder Executivo, requerimento de informações referente ao Recebimento de JETONS pelos membros da Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI) e do Conselho Diretor, Cópias de Atas e Planilhas de Empenhos do Departamento Estadual de Trânsito DETRAN do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer á Mesa Diretora, que seja oficiado ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, nos termos do art. 29 XVIII c/c § 3º art. 46, Parágrafo único da Constituição Estadual e Regimento Interno do art. 179, inciso III na íntegra, requerimento de informações referente ao Recebimento de JETONS pelos membros da Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI) e do Conselho Diretor bem como cópias das Atas de Reuniões – horários das reuniões e Planilhas de Empenhos dos valores pagos por reuniões do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO, do Estado de Rondônia, correspondente ao período do mês de janeiro de 2015 até o mês de fevereiro de 2019.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Na leitura do Regimento Interno do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO, diz que Junta Administrativa de Recursos e Infrações – JARI, quando reunida, segundo o art. 14 “os membros da JARI farão jus a JETONS pelas sessões que participarem, não podendo ultrapassar de oito (8) o número de reuniões remuneradas por mês”. Desse modo, se faz necessário fiscalizar o número de reuniões realizadas no mês e observar a quantidade de recursos avaliados por sessão.

Outrossim, na leitura do Regimento Interno do DETRAN/RO, em seu art. 15, diz que o Conselho Diretor é a reunião do Diretor Geral, o Diretor Geral Adjunto, o Diretor Administrativo e Financeiro, os Diretores Geral do DETRAN/RO, por sua vez, no art. 18, § 2º os participantes das reuniões ordinárias do Conselho Diretor terão direito a uma gratificação correspondente a duas vezes o valor do menor vencimento básico da tabela do DETRAN/RO. Dessa forma, o conselho se reunindo ou não, recebe tal vantagens.

Dessa forma, requeremos informação referente ao recebimento de JETONS pelos membros da Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI) e do Conselho Diretor, bem como cópias das Atas de Reuniões – horários das reuniões, e Planilhas de Empenhos dos valores pagos por reunião, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO, do Estado de Rondônia, correspondente ao período do mês de janeiro de 2015 até o mês de fevereiro do ano de 2019.

Face ao exposto, é que realmente pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Jair Montes – PTC

Pres. Comissão de Habitação e Assuntos Municipais

REQUERIMENTO DEPUTADO JAIR MONTES – PTC – Requer que seja oficiado ao Poder Executivo, requerimento de informações referente aos Recursos Oriundos dos Empréstimos

do Programa Integrado de Desenvolvimento e inclusão socioeconômica do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, que seja oficiado ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, nos termos do art. 29 XVIII c/c § 3º art. 46, Parágrafo Único da Constituição Estadual e Regimento Interno do art. 179, inciso III na íntegra, requerimento de informações detalhada referente aos recursos oriundos dos empréstimos do Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia (PIDISE).

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Com base na Lei nº 2.684/210 de 17 fevereiro de 2012, que autorizou o Governo do Estado de Rondônia, contrair empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no sentido de fomentar o Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia (PIDISE), sob o argumento que os recursos seriam aplicados em projetos voltados para ampliação e modernização da infraestrutura social, habitação, segurança pública educação, saúde e melhorias urbanas, ou seja, que se converteria em melhoria da qualidade de vida dos rondonienses.

Dessa forma, requeremos informações detalhadas sobre a aplicação dos valores contratados, o cronograma de desembolso, o saldo de empréstimo e as operações de créditos – qual o montante que já foi pago e o que falta pagar, bem como do montante pago, onde foi aplicado e o que falta aplicar, os gastos com servidores a disposição do programa, além dos resultados socioeconômicos obtidos com esta operação de crédito e dos investimentos feitos com recursos pactuados entre o Governo do Estado e a instituição financeira mencionada.

Face ao exposto, é que realmente pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Jair Montes – PTC

Pres. Comissão de Habitação e Assuntos Municipais

REQUERIMENTO DEPUTADO JAIR MONTES – PTC – Requer que seja oficiado a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI, requerimento de informações referente ao Saldo de Calcário – Retirado e para Retirar pelos Municípios do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, que seja oficiado Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI, nos termos do art. 29 XVIII c/c § 3º art. 46, Parágrafo único da Constituição Estadual e Regimento Interno do art. 179, inciso III na íntegra, requerimento de informações detalhada referente ao **Saldo de Calcário – Retirado e para Retirar pelos Municípios** do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O Calcário é fundamental para a recuperação de áreas degradadas e correção da acidez do solo, fornecendo cálcio e

magnésio, garantindo nutriente para a planta. Desse modo, a distribuição contribui para aumento da lucratividade do produtor rural, seja na atividade da agricultura familiar, pecuária e hortifrutigranjeiro.

Dessa forma, requeremos informações detalhadas do **Saldo do Calcário – retirado e para retirar pelos Municípios** do Estado de Rondônia.

Face ao exposto, é que realmente pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Jair Montes – PTC

Pres. Comissão de Habitação e Assuntos Municipais

REQUERIMENTO DEPUTADO MARCELO CRUZ – PTB – Requer à Mesa Diretora que seja enviado pedido de informações ao excelentíssimo senhor **Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMA** de Porto Velho, para que no prazo de 10 (dez) dias, informe a esta Casa de Leis quais licenças de competência desta Secretaria foram emitidas em favor da Energia sustentável do Brasil – ESBR, UHE-Jirau, destacando quais estão vigentes e seus respectivos prazos de validade, informar ainda sobre acordos de compensação e o status de cada um, se foram ou não cumpridos, e enviar cópias dos respectivos documentos.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, no uso de suas atribuições com supedâneo nos termos do art. 31, § 3º da Constituição do Estado de Rondônia, e art. 67, I do Regimento Interno, REQUER e espera o apoio dos demais Pares.

Art. 31. A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas Comissões pode convocar Secretários de Estado, Presidentes, Diretores, responsáveis por Departamentos ou Seções para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos de sua Pasta, previamente determinados, implicando a ausência, sem justificativa adequada, crime de responsabilidade.

§ 3º A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O presente requerimento justifica-se uma vez que nós parlamentares desta Casa, no âmbito de nossas competências temos o dever de fiscalizar e zelar pelos interesses da sociedade rondoniense, e ainda, informar toda população sobre ações governamentais que impactam o dia a dia de todos.

A população ribeirinha, rural e urbana, tem sofrido os impactos das usinas sem o devido amparo estatal, sendo dever deste Parlamento atuar de forma enérgica na fiscalização dos órgãos emissores de licenças, bem como participar ativamente nas futuras renovações das mesmas, fiscalizando ainda o cumprimento dos acordos de compensações.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- 1) Quais licenças de competências desta Secretaria foram emitidas em favor da Energia sustentável do Brasil ESBR, UHE-Jirau?
- 2) Quais licenças de competências desta Secretaria estão vigentes e os prazos de validade?
- 3) Listar os acordos de compensação realizados entre esta Secretaria e a ESBR, UHE-Jirau quais?
- 4) Informar o atual status dos acordos de compensação firmados entre esta Secretaria e a ESBR, UHE-Jirau?
- 5) Relacionar as inspeções realizadas *in locu* na ESBR, UHE-Jirau, nos últimos 24 meses;
- 6) Enviar cópias de todas as licenças de competência desta Secretaria que foram emitidas em favor da ESBR, UHE-Jirau;
- 7) Enviar cópias dos acordos de compensação firmados com a ESBR, UHE-Jirau;
- 8) Enviar cópias de todos os documentos de inspeções realizadas *in locu* na ESBR, UHE-Jirau, nos últimos 24 meses.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019
Dep. Marcelo Cruz – PTB

REQUERIMENTO DEPUTADO MARCELO CRUZ – PTB – Requer à Mesa Diretora que seja enviado pedido de informações a Excelentíssima senhora Superintendente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**, no Estado de Rondônia, para que no prazo de 10 (dez) dias informe a esta Casa de Leis quais licenças vigentes e seus respectivos prazos de validade que foram concedidas pelo IBAMA em favor da Energia Sustentável do Brasil – ESBR, UHE-Jirau, informar ainda sobre acordos de compensação e o status de cada um, destacando se foram ou não cumpridos, e enviar cópias de documentos.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, no uso de suas atribuições com supedâneo nos termos do art. 31, § 3º da Constituição do Estado de Rondônia, e art. 67, I do Regimento Interno, REQUER e espera o apoio dos demais Pares.

Art. 31. A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas Comissões pode convocar Secretários de Estado, Presidentes, Diretores, responsáveis por Departamentos ou Seções para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos de sua Pasta, previamente determinados, implicando a ausência, sem justificação adequada, crime de responsabilidade.

§ 3º A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O presente requerimento justifica-se uma vez que nós parlamentares desta casa, no âmbito de nossas competências temos o dever de fiscalizar e zelar pelos interesses da sociedade rondoniense, e ainda, informar toda população sobre ações governamentais que impactam o dia a dia de todos.

A população ribeirinha, rural e urbana, tem sofrido sem devido amparo estatal as consequências desastrosas dos impactos naturais ocasionados pelas usinas hidrelétricas construídas em solo Rondoniense, sendo dever deste Parlamento de forma enérgica na fiscalização dos órgãos emissores de licenças, bem como na renovação das mesmas, fiscalizando ainda o cumprimento dos acordos de compensações.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- 1) Quais licenças de competências desta Secretaria foram emitidas em favor da Energia sustentável do Brasil ESBR, UHE-Jirau?
- 2) Quais licenças de competência do IBAMA estão vigentes e suas validades?
- 3) Foram firmados acordos de compensação com o IBAMA, quais?
- 4) Quais status atual dos acordos firmados, relacionados todos que foram cumpridos, que não foram cumpridos, e que estão em fase de conclusão?
- 5) Relacionar as inspeções realizadas *in locu* na ESBR, UHE-Jirau, nos últimos 24 meses;
- 6) Enviar cópias de todas as licenças de competência do IBAMA que foram emitidas em favor da ESBR, UHE-Jirau;
- 7) Enviar cópias dos acordos de compensação firmados com a ESBR, UHE-Jirau;
- 8) Enviar cópias de todos os documentos de inspeções realizadas *in locu* na ESBR, UHE-Jirau, nos últimos 24 meses.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019
Dep. Marcelo Cruz – PTB

REQUERIMENTO DEPUTADO MARCELO CRUZ – PTB – Requer à Mesa Diretora que seja enviado pedido de informações a Excelentíssimo senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, para que no prazo de 10 (dez) dias informe a esta Casa de Leis quais licenças de competências desta Secretaria foram emitidas em favor da Energia Sustentável do Brasil – ESBR, UHE-Jirau, destacando quais estão vigentes e seus respectivos prazos de validade, informar ainda sobre acordos de compensação e o status de cada um, e se foram ou não cumpridos, e enviar cópias de documentos.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, no uso de suas atribuições com supedâneo nos termos do art. 31, § 3º da Constituição do Estado de Rondônia, e art. 67, I do Regimento Interno, REQUER e espera o apoio dos demais Pares.

Art. 31. A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas Comissões pode convocar Secretários de Estado, Presidentes, Diretores, responsáveis por Departamentos ou Seções para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos de sua Pasta, previamente determinados, implicando a ausência, sem justificação adequada, crime de responsabilidade.

§ 3º A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O presente requerimento justifica-se uma vez que nós parlamentares desta casa, no âmbito de nossas competências temos o dever de fiscalizar e zelar pelos interesses da sociedade rondoniense, e ainda, informar toda população sobre ações governamentais que impactam o dia a dia de todos.

A população ribeirinha, rural e urbana, tem sofrido os impactos das usinas sem devido amparo estatal, sendo dever deste Parlamento atuar de forma enérgica na fiscalização dos órgãos emissores de licenças, bem como participar ativamente nas futuras renovações das mesmas, fiscalizando ainda o cumprimento dos acordos de compensações.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- 1) Quais licenças de competências desta Secretaria foram emitidas em favor da Energia sustentável do Brasil ESBR, UHE-Jirau?
- 2) Quais licenças de competência do IBAMA estão vigentes e suas validades?
- 3) Foram firmados acordos de compensação com o IBAMA, quais?
- 4) Qual status atual dos acordos firmados, relacionar todos que foram cumpridos, que não foram cumpridos, e que estão em fase de conclusão?
- 5) Relacionar as inspeções realizadas *in locu* na ESBR, UHE-Jirau, nos últimos 24 meses;
- 6) Enviar cópias de todas as licenças de competência do IBAMA que foram emitidas em favor da ESBR, UHE-Jirau;
- 7) Enviar cópias dos acordos de compensação firmados com a ESBR, UHE-Jirau;
- 8) Enviar cópias de todos os documentos de inspeções realizadas *in locu* na ESBR, UHE-Jirau, nos últimos 24 meses.

Plenário das deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Marcelo Cruz – PTB

REQUERIMENTO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP - Requer à Mesa Diretora, realização de Sessão Solene para entrega de voto de louvor ao Colégio Tiradentes II da Polícia Militar, do distrito de Jaci Paraná, município de Porto Velho.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene, no dia 28 de março de 2019 às 15Hs, para entrega de voto de louvor ao Colégio Tiradentes II da Polícia Militar, do distrito de Jaci Paraná, município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A realização da Sessão Solene, objeto deste Requerimento, é para que seja feita a entrega de voto de louvor, já aprovado por esta Casa.

Para tanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2019.

Dep. Aécio da TV – PP

REQUERIMENTO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT – Requer ao Exmo. Governador do Estado com cópia ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e serviços públicos (DER), que encaminhe o plano de ação para as estradas do Estado de Rondônia para ano de 2019.

O Deputado *in fine* subscrito, ouvido o plenário na forma regimental necessária, requer ao Exmo. Governador do Estado com cópia ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos (DER), que encaminhe o plano de ação para as estradas do Estado Rondônia para o ano de 2019.

JUSTIFICATIVA

Excelsior Parlamento,

É necessário termos o conhecimento das obras e serviços de transporte em programação para o Estado de Rondônia, especialmente por tentarmos garantir a agricultores e produtores, os maiores responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento do Estado, o livre acesso e a segurança no escoamento das produções. Assim, a partir do relatório podemos antever as perspectivas para os agricultores, sitiantes, pequenos produtores rurais, com melhoria e garantia das condições de trafegabilidade, principalmente para permitir ao produtor rural o escoamento da produção agrícola já que todos sabem que o setor de estradas é o que mais sofre com a falta de recuperação e com o difícil acesso. Assim, revestido do poder conferido pelo art. 29, incisos XVIII e XXXVI c/c art. 46, Parágrafo único, ambos da Constituição do Estado de Rondônia, vimos buscar essas informações sendo estas as nossas justificativas, contamos com o apoio deste parlamento.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2019.

Dep. Lazinho da FETAGRO – PT

PROJETO DE RESOLUÇÃO DEPUTADO ADAILTON FURIA – PSD - Transfere a sede do Poder Legislativo para o município de Cacoal no dia 08 de agosto de 2019 com a finalidade de realizar Sessão Itinerante Extraordinária na ocasião da Exposição Agropecuária de Cacoal – EXPOC agendada para o mês de agosto de 2019.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:

Art. 1º - Fica convocada Sessão Itinerante Extraordinária para ao dia 08 de agosto de 2019, às 09:00 horas, no município de Cacoal.

Parágrafo único – em face da convocação descrita no caput deste artigo, nos termos regimentais, fica transferida a Sede do Poder Legislativo Estadual para o município de Cacoal, no dia 08 de agosto de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução serão suportadas por dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

O objetivo desse pedido de Sessão Itinerante é de favorecer a proximidade da Casa de Leis com a população do Estado de Rondônia. E, a exposição agropecuária de Cacoal é a ocasião propícia para esta interação, considerando a expressividade e relevância do evento. Considerando ainda, volume de negócios, o número de expositores, e o público estimado de milhares de pessoas dos 52 municípios e distritos do estado. Desta forma, a Assembleia Legislativa não poderia deixar de prestigiar e se fazer presente em tão grandioso evento através da transferência da Sede do Poder Legislativo Estadual para o município e na oportunidade realizar uma sessão para tratar de temas relevantes e pertinentes ao momento.

Para tanto solicitamos aos meus pares a aprovação da presente proposição.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2019.

Dep. Adailton Fúria – PSD

PROJETO DE RESOLUÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PSDB – Cria no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Frente Parlamentar Permanente para tratar de assuntos de acordos comerciais e investimentos entre o Estado de Rondônia – Brasil e China.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar Permanente para tratar de assuntos de acordos comerciais e investimentos entre o Estado de Rondônia – Brasil e China, na construção de uma relação mais consolidada entre a China e seus grupos empresariais diretamente com Rondônia.

Parágrafo único – A Frente Parlamentar Permanente par implantação e acompanhamento dos acordos comerciais e investimentos entre o Estado de Rondônia – Brasil e China, terá composição de 5 (cinco) parlamentares que compõem a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e serão indicados por Ato da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Art. 2º As reuniões da Frente Parlamentar serão públicas, realizadas periodicamente, nas datas e nos locais estabelecidos por seus integrantes.

Art. 3º Serão produzidos relatórios das atividades da Frente Parlamentar ora citada, com sumário das conclusões das reuniões, seminários, simpósios e encontros, para divulgação ampla na sociedade.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão pro conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores parlamentares,

Esta proposição tem como finalidade discutir a formação de acordos comerciais e investimentos com a Câmara de

Comércio e Indústria Brasil China, além de possibilidade de negócios na construção de uma relação mais estreita entre a China e seus grupos empresariais, diretamente com Rondônia.

Enfatiza-se que embora tenha produtos como a soja, o café, a madeira, o pescado, a oferecer ao mercado chinês, Rondônia pode atuar para beneficiar a sua matéria-prima, gerando mais empregos e renda localmente.

Outro ponto que se destaca é a potencialidade do turismo de Rondônia, especialmente no turismo ecológico com a oportunidade de contato direto com a natureza sendo este um atrativo para os chineses, passando nosso Estado a ser um dos roteiros turísticos para esse País.

Para tanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Parlamentares desta Casa, para aprovação de nossa Propositura.

Plenário das Deliberações, 19 de março de 2019.

Dep. Laerte Gomes – PSDB

PROJETO DE LEI DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Acrescenta dispositivo da Lei nº 3.686, de 08 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e o Governo do Estado sanciona o seguinte projeto de lei:

Art. 1º Acrescenta o inciso I ao parágrafo 2º do art. 2º da Lei nº 3.686, de 08 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia que terá a seguinte redação:

§ 2º - [...]

I – O Poder Executivo Estadual fica autorizado a dispensar de Licenciamento Ambiental para extração de cascalho de todas as linhas vicinais e coletoras do Estado de Rondônia, das propriedades e dos proprietários que não estejam em Área de Preservação Permanente – APP ou em Reserva Legal, desde que não seja para uso comercial e sim para recuperação de estradas. Após a extração do cascalho, deve ser realizado o nivelamento do solo e o controle do processo erosivo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados

Esta proposição é de extrema relevância, tendo em vista a atual situação em que se encontram as estradas de nosso estado.

Em decorrência da grande quantidade de chuvas e da enchente que enfrentamos em nosso Estado, as estradas vicinais se tornaram quase que totalmente intratáveis. Esta emenda vem de encontro aos anseios dos agricultores, pecuaristas, piscicultores e da população em geral, para que haja maior celeridade na hora de fazer uma operação tapa buracos e também a manutenção das referidas linhas, visto que a burocracia atual dificulta em muito a restauração e manutenção das estradas.

O presente projeto também abrange o uso do cascalho para restauração das propriedades dos pequenos produtores, que também sofrem da degeneração das estradas, podendo usar o cascalho para restaurar parte de suas propriedades, como por exemplo, os currais e a estradas para escoamento de produtos, que são indispensáveis para suas atividades.

Assim, com a dispensa de Licenciamento Ambiental, a extração do cascalho para fins de recuperação das estradas, aumentaria a segurança, visto que reduziria o número de buracos, diminuindo o número de acidentes causados pelas condições ruins da estrada.

Plenário das Deliberações, 19 de março de 2019.

Dep. Adelino Ângelo Follador – DEM

REQUERIMENTO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA – PROS –

Requer ao Secretário de Estado da Educação, Senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, em caráter de urgência, providências e informações quanto a real situação do Instituto de Educação Estadual Carmela Dutra, que, conforme denúncia feita pelos alunos da instituição de ensino, vem apresentando diversas irregularidades, necessitando de reforma urgente.

O Parlamentar que subscreve, nos termos do Art. 29, XVIII e XXXVI c/c Art. 46 e c/c Art. 31, § 3º da Constituição Estadual e Art. 67, II c/c Art. 146, IX c/c Art. 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, requer ao Secretário de Estado da Educação, Senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, em caráter de urgência, providências e informações quanto a real situação do Instituto de Educação Estadual Carmela Dutra, que, conforme denúncia feita pelos alunos da instituição de ensino, vem apresentando diversas irregularidades, necessitando de reforma urgente.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Parlamentares,

Este requerimento tem como objetivo solicitar providências e informações quanto a real situação do Instituto de Educação Estadual Carmela Dutra, que, conforme denúncia realizada pelos alunos do instituto de ensino, vem apresentando diversas irregularidades, necessitando de reforma urgente.

Segundo denúncia realizada pelos estudantes do Instituto de Educação Estadual Carmela Dutra, localizado na cidade de Porto velho/RO, a unidade vem apresentando diversas irregularidades, como goteiras em dias de chuva, forro comprometido por infiltrações, fiação elétrica exposta, ares-condicionados danificados e merendas que não estão sendo servidas no período da manhã.

Consoante informações obtidas, na manhã da segunda-feira dia 11 de março, na capital porto Velho/RO, os alunos foram surpreendidos por goteiras dentro da sala de aula, lhe causando grande insegurança pelo fato do forro de algumas salas estarem comprometidas em razão de infiltrações, apresentando agravo à situação por apresentar fiações elétricas expostas, aumentando o risco eventuais acidentes. Os alunos afirmam que os ares-condicionados de algumas salas se encontram danificados e que já houveram casos de desmaios de estudantes em função do calor nas salas de aula.

As condições precárias no ambiente de estudo é um fator eminente de desorganização e desgaste dos alunos que precisam enfrentar diariamente a carência de amparo às necessidades básicas do local de estudo, refletindo em seu aproveitamento escolar. Em contrapartida, uma instituição de ensino devidamente conservada, com instalações bem cuidadas e com toda infraestrutura funcionando adequadamente são premissas fundamentais para que os alunos se sintam acolhidos, dispostos a usufruírem do que o espaço oferece, resultando em empenho e bons índices de satisfação e aprendizado.

Diante do exposto, ressalto a solicitação de providências e informações, em caráter de urgência, quanto a real situação do Instituto de Educação Estadual Carmela Dutra.

Dessa forma, peço o apoio dos nobres Deputados para a aprovação do presente Requerimento, por ser um dever do Estado e pela importância do tema.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2019.

Dep. Anderson Pereira – PROS

REQUERIMENTO DEPUTADO MARCELO CRUZ – PTB –

Requer à Mesa Diretora que seja enviado pedido de informações ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Educação – SEDUC, para que no prazo de 10 (dez) dias, informe a esta cada de leis, quais ações estão sendo tomadas para que os professores possam participar da alimentação escolar, haja vista, que o memorando Circular nº 4/2019/SEDUC-SAE que informa sobre a PNAE nº 05/2016, proíbe que professores, diretores e demais membros da escola participem da merenda escolar.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, no uso de suas atribuições com supedâneo nos termos do Art. 31, § 3º da Constituição do Estado de Rondônia e Art. 67, I, do Regimento Interno.

Requer e espera o apoio dos demais pares.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O presente requerimento justifica-se uma vez que nós parlamentares desta casa, no âmbito de nossas competências temos o dever de fiscalizar e zelar pelos interesses da sociedade rondoniense, e ainda, informar toda população sobre ações governamentais que impactam o dia a dia de todos.

Pois bem.

Em face da repercussão gerada com a divulgação do memorando circular nº 4/2019/SEDUC-SAE, que informa sobre o PNAE nº 05/2016, proibindo que professores, diretores e demais membros das escolas estaduais participem da merenda escolar.

É certo que o PNAE nº 05/2016 está em consonância com a Lei nº 11.947/2009, ao dispor que serão considerados usuários do PNAE os alunos matriculados na educação básica, das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal em conformidade com censo escolar.

Registra-se que embora o informativo PNAE nº 05/2016, apresente a citada proibição. O FNDE entende que os diversos atores do PNAE poderão participar da alimentação escolar,

desde que os recursos para este fim sejam de responsabilidade da gestão municipal ou estadual, é nessa seara que desejamos entrar, o que a SEDUC fará pelos professores, diretores e outros atores da educação, que também precisam estar devidamente alimentados para prestarem um melhor ensino aos alunos.

Desta forma por tratar de proibição que afeta diretamente a qualidade do ensino, o pedido de informações torna-se relevante para que a Secretária de Educação esclareça quais ações serão tomadas para minimizar o impacto sobre esta classe que tem os menores salários entre todas as profissões, e, não providenciar meios para que se alimentem na escola pode impactar diretamente na qualidade do ensino que será dado às nossas crianças.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1 – Com o envio do memorando circular nº 4/2019/ SEDUC-SAE, quais ações serão tomadas por esta secretária de educação em âmbito estadual para diminuir os impactos dos diretores, professores e outros atores da educação que serão diretamente afetados pela proibição de não mais participar da merenda escolar?

2 - A secretária de educação dispõe de estudos prévios que indiquem se haverá prejuízos na qualidade de ensino com a respectiva proibição, se sim, quais as suas metodologias de aferição?

3 – Qual o impacto orçamentário para que a SEDUC contemplasse a merenda escolar afim de garantir que todos os professores, diretores e demais atores da escola participassem da merenda escolar?

4 – Quantos alunos matriculados na rede estadual são atendidos com alimentação?

5 – Em quantas escolas estão distribuídos estes alunos e quais municípios?

6 – Quantos professores, alunos e outros servidores atendem este numero de alunos nas respectivas escolas?

7 – Qual o valor repassado ou previsto do FNDE para o ano de 2019, para merenda escolar?

8 – Qual a contrapartida do Estado de Rondônia para contemplar a merenda escolar?

Plenário das Deliberações, 15 de março de 2019.

Dep. Marcelo Cruz – PTB

REQUERIMENTO DEPUTADO MARCELO CRUZ – PTB – Requer à Mesa Diretora, audiência pública ser realizada no dia 25 de março de 2019, às 9h, no plenarinho desta Casa de Leis, para tratar sobre os impactos da enchente do rio madeira nas comunidades ribeirinha, urbana e rural de Porto Velho.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, na forma regimental a realização de audiência pública, para o dia 25 de março de 2019, às 09h00, a realizar-se excepcionalmente no plenarinho desta casa de leis, em razão da indisponibilidade de data para realização neste plenário.

Em pauta, os impactos da enchente do rio madeira nas comunidades ribeirinhas urbana e rural de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O presente requerimento justifica-se uma vez que a cheia do rio madeira atingi direta e indiretamente milhares de famílias na zona ribeirinha, urbana e rural de Porto Velho, os mais atingidos na zona urbana são os bairros do Cai N'água, São Sebastião, Triângulo e Nacional, no momento o distrito de Nazaré é o que mais sofre os impactos da cheia, mas todos estão sendo afetados pelas águas, sendo assim torna-se imperioso a presença do governo do Estado de Rondônia, e o município de Porto Velho, devendo esta casa ser a voz das populações afetadas, fiscalizando as ações do executivo, aplicações de recursos públicos, criação de políticas públicas, sendo à assembléia por meio dos deputados a principal mediadora entre o povo e os poderes constituídos.

Segundo informações da defesa civil de Porto Velho, prestadas no último dia 06 de março:

“o número atualizado de famílias impactadas diretamente pela enchente, até esta quarta-feira (6/20, era 729. Outras 530 foram atingidas indiretamente. 145 famílias estão desabrigadas e todas são assistidas pela Prefeitura. As desalojadas somam 137. Algumas delas foram levadas para casa de parentes, outras alugaram um local para ficar até as águas baixarem.

O portal G1 RO noticiou no último dia 9 de março que o rio madeira já atingiu mai de 6 mil pessoas nas áreas ribeirinhas, urbanas e rurais de Porto Velho. Na área urbana, a água já se aproxima de um dos principais pontos comerciais do estado, a Avenida Sete de Setembro. Segundo a Defesa Civil municipal, em porto Velho, os principais bairros atingidos pela cheias são: Cai N'água, São Sebastião, Triângulo e Nacional.

Estive pessoalmente percorrendo às áreas atingidas pela cheia, e a população sofre com os impactos, precisamos ouvir àqueles que estão na área de riscos, não nos restringimos apenas as informações da defesa civil, precisamos ouvir quem está sofrendo na pele os impactos, sendo estas as razões que motivam a audiência pública, onde iremos ouvir os dois lados e mediar e buscar soluções que atendam os anseios do povo, visando diminuir os impactos.

Plenário das Deliberações, 15 de março de 2019.

Dep. Marcelo Cruz – PTB

REQUERIMENTO COLETIVO - Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, o encaminhamento deste requerimento ao coordenador da Bancada Federal do Estado de Rondônia, para que destinem emenda de bancada para viabilização da construção da Nova Escola EEFFM – Escola Estadual Gov. Petrônio Barcelos de Ensino Fundamental e Médio, que será a Escola Modelo do Estado na formação dos nossos jovens, situada no bairro Nova Porto Velho, nesta Capital. O custo aproximado é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Os Parlamentares que o presente subscreve, Requerem à Mesa Diretora, ouvido o Douto Plenário, na forma Regimental, que seja oficiado e encaminhado cópia deste Requerimento ao Coordenador da Bancada Federal de Rondônia, para que seja destinado emenda de bancada para viabilização da construção da Nova Escola EEFFM – Escola

Estadual Gov. Petrônio Barcelos de Ensino Fundamental e Médio, será a Escola Modelo do Estado na formação dos nossos jovens, situada no bairro Nova Porto Velho, nesta Capital. O custo aproximado é de 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A presente proposição visa atender aquela entre as demandas mais urgentes de toda sociedade, qual seja, a educação dos nossos jovens, é certo que a atual estrutura das escolas estão aquém da necessidade, a concorrência no mercado de trabalho esta cada vez mais acirrada e os jovens da rede pública estadual enfrentam uma concorrência desleal com alunos formados na rede privada. Não estamos aqui pensando apenas na estrutura física de uma nova escola, temos vários outros fatores a serem analisados, entretanto entendemos que uma escola devidamente é o início do progresso.

A localização que possibilite fácil acesso aos alunos e a comunidade são fundamentais para construção de uma escola modelo, não obstante uma escola desta envergadura preciso de espaço físico, laboratório de informática, alas de professores e administrativas que propiciem melhores condições aos docentes, atividades esportivas, sendo imperioso que conte com modalidades aquáticas e terrestres, refeitórios amplos, auditório para realização de "aulões", palestras e cursos extra curriculares, e um mini teatro para o desenvolvimento das artes cênicas, ou seja, se quisermos realmente contribuir para a melhor formação dos nossos jovens e prepará-los para os desafios do presente e do futuro, devemos agir hoje.

Propomos a união de esforços, e unidos com a bancada Federal podemos fazer a diferença na vida de milhares de jovens, nossa proposta é investir no nosso maior patrimônio, que é a nossa juventude, não podemos vender os olhos, estamos perdendo nossos jovens para à criminalidade, e a única forma de mudarmos este quadro negativo é por meio da educação.

O projeto de construirmos a Nova Escola Gov. Petrônio Barcelos, somados aos argumentos expostos até aqui, dá-se em razão da sua localização privilegiada, situada no coração de Porto Velho, RO, mas precisamos no bairro Nova Porto Velho, onde conta com várias avenidas de acessos o que possibilitará que jovens de toda cidade possam dela usufruir.

O prédio foi a milésima escola territorial. Em 1981 Rondônia passou à condição de Estado, e a escola a se chamar escola Estadual "Governador Petrônio Barcelos". A escola foi inaugurada em 1978 e começou a funcionar em 1979 com 655 alunos matriculados. Contava com 12 salas de aula, não possuía biblioteca, cantina. Existiam um refeitório dois banheiros, sala para os professores. Era um prédio com pouca estrutura física e as crianças às vezes, sentavam no chão por falta de carteiras.

A história da escola se confunde com a história do povo de Rondônia, sendo responsável pela formação de grandes ser humanos e profissionais que contribuíram ou contribuem para o progresso deste Estado.

Os valores apresentados são apenas referenciais, entretanto foram batizados em construções semelhantes, mas, impossíveis para que este parlamentar estadual consiga sozinho realizar, daí nasce a importância de trabalharmos a "quatro mãos" com a bancada federal no intuito de viabilizarmos esta

importante obra para os nossos jovens, assim estarmos realmente investindo no futuro e planejando o progresso do nosso Estado de Rondônia.

Com uma estrutura moderna e dotada de questão eficientes, nossos educadores terão condições de oferecer o melhor de si, e os frutos serão colhidos por toda sociedade.

Por estas breves considerações pedimos o apoio desta Casa de Leis por meio dos valorosos Pares.

Plenário das deliberações, 15 de março de 2019
COLETIVO

REQUERIMENTO DEPUTADO NEIDSON – PMN - Requer pedido de informações à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, sobre os motivos que ensejaram a interdição da E.E.E.F.M Benedito Laurindo Gonçalves e quais as providências a serem tomadas na Unidade Educacional, localizada no município de Parecis – RO.

O Deputado que o presente subscreve, Requer a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, nos termos do artigo 29, inciso XVIII, artigo 31 §3º. Da Constituição Estadual e artigo 179, inciso III, do Regimento Interno, pedido de informações da forma que segue abaixo descrito:

a – Qual o motivo que ensejou a interdição da E.E.E.F.M Benedito Laurindo Gonçalves, que se encontra localizada no município de Parecis – RO.

b – Quais as providências que devem ser tomadas para o regular funcionamento da Unidade Educacional e se já foram providenciadas? E qual a previsão para o retorno das aulas?

c – Requer ainda, o encaminhamento da cópia do contrato de aluguel dos Containers instalados na E.E.E.F.M Benedito Laurindo Gonçalves.

O presente requerimento está consubstanciado nos moldes dos artigo 178, inciso II, e 179, ambos proferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, consoante abaixo descrito, que tem por objetivo colher informações mais precisas sobre o que se pede acima e que merece toda atenção por trata-se de direito estatuído em Lei Constitucional.

Cabe esclarecer que E.E.E.F.M Benedito Laurindo Gonçalves, que está localizada no município de Parecis – RO, foi interditada e até a presente data se encontra fechada e sem previsão para o retorno escolar.

Outro ponto relevante e que merece destaque é o fato da paralização das aulas sem previsão para o retorno e as medidas que deverão ser tomadas para que cesse o referido impedimento causado por meio da interdição escolar.

Afinal, a paralização das aulas torna-se prejudicial para todos aqueles que dependem da Unidade Educacional como forma de seguirem com o ano letivo de forma regular, deixando portanto, alunos e professores para o retorno, caso não haja celeridade na cessação da referida interdição.

Ademais, trata-se de uma escola de alta relevância e necessidade para toda comunidade residente no município de Parecis, e que se encontram sem informações contundentes até o presente momento.

Em consonância com o supracitado. Verifica-se o artigo 205, *caput*, da Constituição Federal que preceitua da forma que segue:

Art. 205. *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Cumpre destacar que o pedido de informações é de suma importância e está consubstanciada com o que preceitua no artigo 179, inciso III, letra "c" do Regimento Interno desta Casa Legislativa, *in verbis*:

Art. 179. *Os requerimentos de informações mencionarão as autoridades a quem são dirigidas, importando crime de responsabilidade, a recusa ou o não atendimento no prazo de (10) dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhadas pelo presidente da Assembleia ao Governador do Estado, observadas as seguintes regras:*
III – *deverão referir-se a ato ou fato relacionado com matéria legislativa em tramitação ou sujeito à fiscalização da Assembleia:*

c– *os atos do Governador e dos Secretários de Estados que importem, tipicamente, em crime de responsabilidade.*

Ante o exposto, requer pedido de informações supra citadas, no prazo de 10 (dias) dias, por ser de urgência que caso merece especial atenção.

Dada à relevância do pleito, conto com apoio e aprovação dos nobres Parlamentares.

Plenário das deliberações, 13 de março de 2019
Dep. Neidson – PMN

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS - Requer a Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estado de Rodagens – DER, informações do plano de trabalho anual de todas as estradas pavimentadas e não pavimentadas.

O Deputado que o presente subscreve, requer junto ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, nos termos do artigo 29, inciso XVIII, artigo 31 §3º da Constituição Estadual e artigo 179, inciso III do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado informações do plano de trabalho anual de todas as estradas pavimentadas e não pavimentadas.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

A solicitação se faz necessária, tendo em vista que as informações são de suma importância para esta comissão, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento na estrutura do Estado de Rondônia.

Solicitamos as seguintes informações tendo em vista o interesse em inteirar-se das situações em que as malhas viárias encontram-se, podendo, assim, contribuir e trabalharmos em conjunto com o Governo.

Assim considerando que, faz-se necessário apresentar o presente requerimento de informações, com base no Art.

29, XVIII c/c 46, parágrafo único da Constituição Estadual, que assegura o Poder de Fiscalização.

Art. 29. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: XVIII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;

Igualmente,

Art. 31. A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas Comissões pode convocar Secretários de Estado, Presidentes, Diretores, responsáveis por Departamentos ou Seções para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos de sua Pasta, previamente determinados, implicando a ausência, sem justificação adequada, crime de responsabilidade.

§ 3º. A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de Órgãos e empresas públicas, implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.

Face ao exposto, peço aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2019
Dep. Luizinho Goebel - PV

REQUERIMENTO DEPUTADO DR. NEIDSON – PMN - Requer ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópias à Secretaria do Estado de Segurança Pública, Defesa e Cidadania (SESDEC), pedido de informações sobre a conclusão do novo prédio da Unidade Integrada de Segurança Pública – UNISP, do município de Buritis – RO.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário, na forma Regimental, Requer ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias à Secretaria do Estado de Segurança Pública, Defesa e Cidadania – (SESDEC), pedido de informações da forma que segue abaixo:

- a) Qual o motivo pelo qual, não houve a conclusão do novo prédio da Unidade Integrada de Segurança Pública – UNISP, do município de Buritis – RO;
- b) E quais as providências que serão tomadas para concluir a execução da obra do novo prédio da Unidade de Segurança Pública, acima em referência.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

O objetivo deste requerimento, visa solicitar informações mais detalhadas sobre a conclusão do novo prédio da UNISP, de Buritis. Pois é sabido que a construção já foi iniciada, porém se encontra com a execução da construção inacabada e, portanto, paralisada sem o devido término.

Ressalta-se que a Unidade de Segurança supramencionada para aquele Município será de suma importância, uma vez que sua premissa principal seria unir em um mesmo local, o corpo da Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros para que houvesse uma melhor integração na execução e oferecimento de um serviço com mais qualidade e

eficiência frente as necessidades de segurança pública a ser oferecida para toda população residente no local.

Com a mora na finalização de construção da UNISP, certamente haverá uma ineficiência aos trabalhos executados pela polícia, pois sem um local adequado, torna-se mais dificultoso todos os procedimentos que devem ser realizados por meio da Unidade de Segurança. Afinal. A falta de conforto para quem aguarda o registro é causado pelas más condições do ambiente físico desfavorável, neste caso a não finalização da obra da UNISP, no município de Buritis no Estado de Rondônia.

Por outro lado, os benefícios trazidos pela conclusão da obra, oferecerá mais garantia e satisfação na segurança de todos, com resultados evidentes na diminuição da criminalidade e violência causada às pessoas que sofrem algum tipo de coação, lesão ou constrangimento, seja ela física, moral entre outras.

Outro ponto crucial e que deve ser abordado, se dá com a constatação de inúmeros casos de violência registrados no Vale do Jamari anteriormente, e que já foi considerado o mais violento do Estado. Assim, a conclusão da obra se tem como altamente para aquela região, de modo a oferecer proteção e segurança à toda população.

Em consonância com o supracitado, e o preceituado no artigo 144, Caput, da Constituição Federal/88, que trata da Segurança Pública, verifica-se *in verbis*:

Art. 144 A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos (...). (Grifos nossos).

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário, que o caso requer, por ser urgente.

Dada à relevância do pleito, conto com apoio e aprovação dos nobres Parlamentares.

Plenário das Deliberações, 19 de março de 2019
Dep. Dr. Neidson de Barros Soares – PMN.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPORTE E OBRA PÚBLICA - Requer a Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, informações de todas as obras públicas que estão sendo executadas, a executar, bem como as obras que se encontram paralisadas.

O Deputados que o presente subscreve, requer junto ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, nos termos do artigo 29, inciso XVIII, artigo 31, § 3º da Constituição Estadual e artigo 179, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado, informações de todas as obras públicas que estão sendo executadas, bem como as obras que se encontram paralisadas.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

A solicitação se faz necessária, tendo em vista que as informações são de suma importância para esta comissão, que

tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento na estrutura do estado de Rondônia.

Solicitamos informações de todas as obras públicas que estão sendo executadas, a executar, bem como as obras que se encontram paralisadas, pois com as seguintes informações, podemos contribuir e trabalharmos em conjunto com o Governo.

Assim considerando que, faz se necessário apresentar o presente requerimento de informações, com base no Art. 29, XVIII c/c 46, parágrafo único da Constituição estadual, que assegura o Poder de fiscalização.

Art. 29. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: XVIII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta:

Igualmente,

Art. 31. A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas Comissões pode convocar Secretários de Estado, presidentes, diretores, responsáveis por Departamentos ou seções para prestar pessoalmente informações sobre assuntos de sua Pasta, previamente determinados, implicando a ausência, sem justificação adequada, crime de responsabilidade.

§ 3º A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.

Vale ressaltar a importância de tal solicitação, pois através dela será possível que os nobres Pares tomem conhecimento de trabalhos que o Departamento de Estradas de Rodagens – DER, realiza em nosso Estado.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2019
Dep. Luizinho Goebel – PV

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - Requer a Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, relação total de servidores efetivos, celetistas, comissionados e cedidos de outros órgãos e suas devidas lotações a partir de 01 de janeiro do corrente ano.

O Deputado que o presente subscreve, requer junto ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, nos termos do artigo 29, inciso XVIII, artigo 31, § 3º da Constituição Estadual e artigo 179, inciso III do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado relação total de servidores efetivos, celetistas, comissionados e cedidos de outros órgãos e suas devidas lotações a partir de 01 de janeiro do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

A solicitação se faz necessária para mensurar o quadro atual efetivos, celetistas, comissionados e cedidos de outros órgãos ao Departamento de Estrada de Rodagens – DER, afim de sabermos sua real necessidade de pessoal.

Assim, considerando que, faz se necessário apresentar o presente requerimento de informações, com base no Art. 29, XVIII c/c Art. 46, Parágrafo único da Constituição Estadual, que assegura o Poder de Fiscalização.

Art. 29. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: XVIII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;

Igualmente,

Art. 31. A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas Comissões pode convocar Secretários de Estado, presidentes, Diretores, responsáveis por Departamentos ou Seções para prestar pessoalmente, informações sobre assunto de sua Pasta, previamente determinados, implicando a ausência, sem justificação adequada, crime de responsabilidade.

§ 3º. A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.

Face o exposto, peço aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2019
Dep. Luizinho Goebel – PV

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPORTES e OBRAS PÚBLICAS - Requer ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, informações sobre a relação de máquinas, equipamentos, especificações e cadastros patrimoniais na sua totalidade os que encontram-se cedidos e em manutenção, pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER.

O Deputado que o presente subscreve, requer junto ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, nos termos do artigo 29, inciso XVIII, artigo 31, § 3º da Constituição Estadual e artigo 179, inciso III do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado, informações sobre a relação de máquinas, equipamentos, especificações e cadastros patrimoniais na sua totalidade inclusive os que encontram-se cedidos e em manutenção, pertinente ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

A solicitação se faz necessária, tendo em vista que as informações são de suma importância para esta comissão, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento na estrutura do Estado de Rondônia e com estas informações, podemos contribuir e trabalharmos em conjunto com o Governo.

Assim, considerando que, faz se necessário apresenta o presente requerimento de informações, com base no Art. 29, XVIII c/c Art. 46, parágrafo único da Constituição Estadual, que assegura o Poder de fiscalização.

Art. 29 Compete privativamente à Assembleia Legislativa: XVIII – fiscalizar o controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;

Igualmente,

Art.31 A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas Comissões pode convocar Secretários de Estado, Presidentes, Diretores, responsáveis por Departamentos ou Seções para prestar pessoalmente, informações sobre assuntos de sua Pasta, previamente determinados, implicando a ausência, sem justificação adequada, crime de responsabilidade.

§ 3º A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.

Vale ressaltar a importância de tal solicitação, pois através desta será possível que os nobres Pares tomem conhecimento dos maquinários e equipamentos que o Governo que estão à disposição do Estado.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2019
Dep. Luizinho Goebel – PV

REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA – PROS -Requer ao Presidente da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD, esclarecimentos quanto às notícias de aumento tarifário nas contas de consumo de água para o ano de 2019 no âmbito do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do Art. 29, XXXIV, XXXVI c/c Art. 46, parágrafo único da Constituição Estadual, bem como, do Art. 179 do Regimento Interno, requer ao Presidente da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD, esclarecimentos quanto as notícias de aumento tarifário nas contas de consumo de água para o ano de 2019 no âmbito do Estado de Rondônia, tais como:

- 1 – Existe aumento tarifário previsto para o ano de 2019?
- 2 – Se houver, qual o percentual;
- 3 – Cópia de estudo e planejamento que fundamento o possível aumento,

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo senhor Presidente,

Nobres Parlamentares,

Nos últimos dias a comunidade do Estado de Rondônia, se deparou com a notícia de aumento abusivo tarifário referente ao consumo de água.

É verdade que os serviços precisam de melhorias, e que a CAERD vem se organizando, buscando cumprir com seus compromissos dentro do Estado. Mesmo assim, não justifica

os percentuais de aumento apontado em notícias veiculadas, onde teria o Presidente José Irineu, informado que a empresa não reajusta a tarifa desde 2015.

É compreensível a proposta de aumento pelo tempo em que não há correção de tarifa, mais é necessário um estudo do percentual, para que os consumidores, não se tornem vítimas desse aumento de tarifa abusiva, não cabendo a eles pagar o ônus pelos anos anteriores.

Deste modo, em face da relevância pública que o caso requer que peço aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2019

Dep. Luizinho Goebel – PV

REQUERIMENTO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA – PROS -

Requer ao Presidente da Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia – CAERD, senhor José Irineu Cardoso Ferreira, informações e providências quanto ao abastecimento de água no distrito de Vista Alegre do Abunã.

O Parlamentar que subscreve, nos termos do Art. 29, XVIII e XXXVI c/c Art. 31, § 3º. Da Constituição Estadual e Art. 67, II c/c Art. 146, IX c/c Art. 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, Requer ao Presidente da Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia – CAERD, informações e providências quanto ao abastecimento de água no distrito de Vista Alegre do Abunã, especialmente aos seguintes questionamentos:

- 1 – O Sistema de abastecimento inaugurado em 2018 contempla todo o distrito?
- 2 – Cópia digital dos processos das obras e serviços do sistema de abastecimento inaugurado em 2018;
- 3 – Qual o cronograma de providências para solucionar o problema?

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

Recebemos em nosso gabinete, reclamações dos habitantes do distrito de Vista Alegre do Abunã, quanto a falta de abastecimento de água. O sistema de abastecimento inaugurado em 2018, deveria garantir água tratada para todos os moradores do Distrito, porém a obra foi concluída, apresentada e realizados testes de compressão de rede e corrigidos vazamentos, mas ainda não está operando.

A água faz-se necessária em todos os aspectos, sendo necessário que se mantenha uma oferta de boa qualidade para toda a população. O acesso a água potável possui ligação com o direito à vida e com a dignidade de pessoa humana, sendo inegável sua importância.

Pedimos atenção em busca da melhor solução para os habitantes, considerando que nenhuma comunidade pode viver ou evoluir sem um abastecimento adequado de água.

Pelo exposto, pelo aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Anderson Pereira – PROS.

REQUERIMENTO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA – PROS

- Requer à Secretária de Estado da Justiça – SEJUS, Senhora Etelvina da Costa Rocha, informações acerca da falta de torneleiras eletrônicas, acessórios e a deficiência no sistema de monitoramento, na Casa de Prisão Alberque Masculino, em Ji-Paraná.

O Parlamentar que subscreve, nos termos do Art. 29, XVIII e XXXVI c/c Art. 31, § 3º da Constituição Estadual e Art. 67, II c/c Art. 146, IX c/c Art. 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, Requer à Secretária de Estado da Justiça – SEJUS, Etelvina da Costa Rocha, informações acerca da falta de torneleiras eletrônicas, acessórios e a deficiência no sistema de monitoramento, na Casa de Prisão Alberque Masculino, em Ji-Paraná, especialmente aos seguintes questionamentos:

- 1 – Quais as providências adotadas quanto a falta de torneleiras eletrônicas e acessórios tais como: carregadores, cintas e lacres?
- 2 – Atualmente na cidade de Ji-paraná, qual é o número total de detentos monitorados por meio de torneleira eletrônica?
- 3 – informações a respeito da qualidade do sistema SINERGIE e se é possível afirmar com precisão a localização dos presos inseridos nesse sistema;
- 4 – No Estado de Rondônia, quantas torneleiras eletrônicas foram entregues pela empresa Synergy Tecnologia? Quantas apresentaram defeitos?

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

Segundo informações de servidores da Casa de prisão Alberque Masculino, em Ji-Paraná, cerca de cento e quatro presos não estão sendo monitorados devido a carência de equipamentos eletrônicos e deficiência no sistema Synergy, assim impossibilitando a verificação de possíveis violações cometidas, deixando os infratores impunes.

Considerando que a segurança pública é um dever do Estado, exercida para a preservação da ordem pública, é fundamental que os detentos que cumprem pena em regime semiaberto e detentos beneficiados por saídas temporárias, sejam monitorados por meio de torneleira eletrônica.

Assim, há uma preocupação em relação ao funcionamento do monitoramento de presos por meio de torneleira eletrônica. A série de ocorrências de mau funcionamento do sistema de monitoramento eletrônico de presos no Estado de Rondônia, pode acarretar em um aumento de casos de fugas, colocando em risco a segurança da população.

Dada a relevância para o estado das ações sobre as quais versa o pedido de informações, peço aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2019

Dep. Anderson Pereira Deputado Estadual – PROS.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2018

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

HORA EMISSÃO: 11:28:08
DATA EMISSÃO: 07/03/2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial(a)	Previsão Atualizada(b)	Receitas Realizadas(c)	Saldo d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	4.819.716,15	4.666.091,32	-153.624,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Socials	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	624.616,15	649.976,47	25.360,32
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	624.616,15	649.976,47	25.360,32
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	4.195.100,00	2.306.950,00	-1.888.150,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.709.164,85	1.709.164,85
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	479.282,59	479.282,59
Bens, direitos e valores incorp. ao Patrí.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	1.229.882,26	1.229.882,26

RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
transf. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
transf. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	4.819.716,15	4.666.091,32	-153.624,83
OPERÇÕES DE CRED. / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	4.819.716,15	4.666.091,32	-153.624,83
DÉFICIT (VI)	231.309.203,00	244.621.625,37	240.042.863,06	-4.578.762,31
TOTAL (VII)=(V + VI)	231.309.203,00	249.441.341,52	244.708.954,38	-4.732.387,14
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Recursos Arrecadados em Ex. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	16.512.422,37			
Reabertura de Créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	200.809.315,00	216.760.621,06	212.039.158,78	209.268.706,82	208.859.383,88	4.721.462,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.816.178,00	156.997.345,05	156.744.111,26	156.729.214,45	156.339.465,51	253.223,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	177.896,00	177.896,00	163.484,11	163.484,11	163.484,11	14.411,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.815.241,00	59.585.380,01	55.131.553,41	52.376.008,26	52.356.434,26	4.453.826,60
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	30.499.888,00	32.680.720,46	32.669.795,60	31.585.561,56	31.302.036,78	10.924,86
INVESTIMENTOS	29.638.191,00	31.819.023,46	31.808.059,24	30.723.865,20	30.440.340,42	10.924,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	861.697,00	861.697,00	861.666,36	861.696,36	861.696,36	0,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X) 231.309.203,00 245.441.341,52 244.708.954,38 240.854.268,38 240.161.420,66

AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida Interna						
divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida Externa						
divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL C/REFINANC (XII)=(XI+XII) 231.309.203,00 249.441.341,52 244.708.954,38 240.854.268,38 240.161.420,66

SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	231.309.203,00	249.441.341,52	244.708.954,38	240.854.268,38	240.161.420,66	4.732.387,14
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

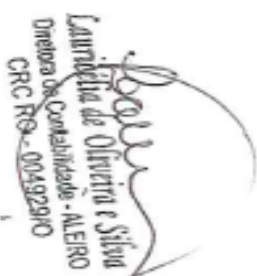
-----Inscritos-----

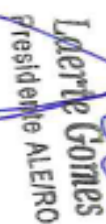
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Em Exercícios	Em 31 de Dezembro do	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)
Saldo (f)=(a+b-d-e)	Anteriores (a)	Exercício Anterior (b)			

DESPESAS CORRENTES	0,00	6.772.199,85	0,00	4.733.403,98	2.038.755,87	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.863,11	0,00	4.863,11	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.767.336,74	0,00	4.728.540,87	2.038.755,87	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.366.146,50	0,00	2.290.616,82	75.529,68	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	2.366.146,50	0,00	2.290.616,82	75.529,68	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	9.138.346,35	0,00	7.024.020,80	2.114.325,55	0,00

ANEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-----Inscritos-----		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do Exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.366,50	1.366,50	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.366,50	1.366,50	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1.366,50	1.366,50	0,00	0,00


 Laerte Gomes
 Presidente da Comissão de Contabilidade - ALE/RO
 CRC RO - 00492910


 Laerte Gomes
 Presidente ALE/RO

UNIDADE GESTORA: 01D001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2018

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO FINANCEIRO

HORA EMISSÃO: 11:33:18
DATA EMISSÃO: 07/03/2019

PÁGINA: 1/2

	Ingressos	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária(I)				
Ordinária			4.666.091,32	6.667.273,58
Vinculada			1.798.827,01	6.667.273,58
Recursos Vinculados à Educação			2.867.264,31	0,00
Recursos Vinculados à Saúde			0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social			0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades			0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos			0,00	0,00
Recursos Vinculados à Convênios			0,00	0,00
Recursos Vinculados à Operações de Crédito			0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos			2.867.264,31	0,00
Transferências Financeiras Recebidas(II)			227.150.652,59	225.532.280,28
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária			227.150.652,59	225.532.280,28
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária			0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários(III)			264.619.021,78	302.721.430,77
Inscrição RPNP do Exercício			3.854.686,00	9.138.346,35
Inscrição RPP do Exercício			692.847,72	1.366,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			50.546.212,43	40.829.537,06
Haveres Financeiros - Investimentos RPPs			0,00	0,00
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito			208.842.859,01	250.510.890,55
Ajustes de exercícios anteriores			282.416,62	2.241.290,31
Compensações Financeiras - IPERON			0,00	0,00
Outros Ajustes Financeiros			0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior(IV)			23.415.713,11	12.349.149,28
Caixa e equivalente de caixa			22.230.677,98	11.692.488,30
Depósitos restit., e valores vinculados			1.185.035,13	656.660,98
TOTAL(V)=(I+II+III+IV)			519.851.478,80	547.270.133,91

Laércio de Oliveira e Silva
Diretora de Contabilidade - ALE/RO
CRC RO - 00792910

Laerte Gomes
Presidente ALE/RO

PÄGINA: 2/2

Laerte Gomes
Presidente ALE/RO

UNIDADE GESTORA: 01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO - ANO REFERÊNCIA: 2018:

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO PATRIMONIAL

HORA EMISSÃO: 11:34:51
DATA EMISSÃO: 07/03/2019

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa		8.439.235,85	22.230.677,98			
Créditos a curto prazo		0,00	0,00			
Valores restituíveis		1.414.626,66	1.185.035,13		389.748,94	0,00
Débitos a curto prazo		2.165.900,40	3.470.282,09		0,00	0,00
Invest. e aplic. tempor. curto prazo		0,00	0,00		303.096,78	1.366,52
Estoques		360.538,85	401.121,69		0,00	0,00
VPR Pagas Antecipadamente		0,00	0,00		1.414.626,66	1.185.035,13
Total do Ativo Circulante		12.380.301,76	27.287.116,89		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Ativo realizável a longo prazo		1.613.042,66	0,00		0,00	0,00
Créditos a longo		1.613.042,66	0,00		0,00	0,00
Débitos a longo		0,00	0,00		0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP		0,00	0,00		789.888,33	1.611.584,69
Estoques		0,00	0,00		0,00	0,00
VPR Pagas Antecipadamente		0,00	0,00		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00		0,00	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00		0,00	0,00
Débitos Investimentos Permanentes		0,00	0,00		0,00	0,00
(-) Redução ao VPR Recuperável		0,00	0,00		789.888,33	1.611.584,69
Imobilizado		133.539.007,13	101.814.008,09		2.897.362,71	2.817.986,31
Bens Moveis		17.971.978,69	9.832.580,86			
Bens Imoveis		117.444.586,01	92.723.757,20			
(-) Deprec. Exaust. Amort. Acumul.		-1.877.558,17	-742.329,97			
(-) Redução ao VPR Recuperável		0,00	0,00			
(-) Intangível		0,00	0,00			
Softwares		0,00	0,00			
Marcas, Direitos e Patentes Ind.		0,00	0,00			
Direito de uso de Imoveis		0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada		0,00	0,00			
(-) Redução ao VPR Recuperável		0,00	0,00			
Total do Ativo Não Circulante		135.154.049,79	101.814.008,09			
TOTAL DO ATIVO		147.534.351,55	129.101.124,98		147.534.351,55	129.101.124,98
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVO CIRCULANTE						
Obrigações Trab. e Previdenciárias						
Exercícios e Financiamentos LP						
Fornecedores a longo prazo						
Obrigações Fiscais a longo prazo						
Provisões a longo prazo						
Débitos obrigações de longo prazo						
Resultado diferido						
Total do Passivo Não Circulante						
TOTAL DO PASSIVO		2.897.362,71	2.817.986,31		2.897.362,71	2.817.986,31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio Social e Capital Social						
Ajuste p/ Futuro Aumento de Capital						
Reservas de Capital						
Ajustes de Avaliação Patrimonial						
Reservas de Lucros						
Débitos Reservas						
Resultados Acumulados						
Superavit/déficits do Exercício						
Superávit/déficit de Exerc. Anter.						
Ajustes de exerc. anteriores						
(-) Ações / cotas de Tesouraria						
Total do Patrimônio Líquido						
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		147.534.351,55	129.101.124,98		147.534.351,55	129.101.124,98

Laércio Gomes
Diretor de Contabilidade - ALERO
CRC RO - 00492910

Laércio Gomes
Presidente do ALERO

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
(LEI Nº 4.120/1964) EXERCÍCIO 2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO(I)		
Ativo Financeiro	9.851.867,51	24.722.844,80
Ativo Permanente	137.680.481,04	104.378.280,18
Total do Ativo	147.534.351,55	129.101.124,98
PASSIVO(II)		
Passivo Financeiro	5.962.104,36	10.324.747,98
Passivo Permanente	789.081,31	1.651.584,69
Total do Passivo	6.751.048,72	11.976.332,67
SALDO PATRIMONIAL(III)=(I-II)	140.783.302,84	117.124.792,31



Laércio de Oliveira e Silva
Diretor de Contabilidade - ALE/RO
CRC/RO - 00492910

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Obrigações concedidas/pendente prest. com	1.800,00	13.900,00
outras responsabilidades de terceiros	2.044.383,68	2.044.383,68
Total dos Atos Potenciais Ativos	2.046.183,68	2.058.283,68
Atos Potenciais Passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
(LEI Nº 4.120/1964) EXERCÍCIO 2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTE DE RECURSOS		
Orcamentária	3.723.218,97	14.398.096,82
Vinculada	168.488,16	0,00
RECURSOS PROVENIENTES DA INSCRIÇÃO DE CONCURSOS	142.337,84	0,00
RECURSOS DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	26.150,32	0,00
Total e as fontes de recursos	3.891.702,13	14.398.096,82


Laerte Gomes
Presidente ALE/RO

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2018

HORA EMISSÃO: 10:12:43
DATA EMISSÃO: 01/03/2019

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contrib sociais	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direito	2.306.950,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	2.306.950,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeir	649.976,47	1.474.750,56
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	649.976,47	1.474.019,62
Outras variações Patrimoniais Aumentativas (Financeiras)	0,00	730,94
Transferências e Delegações Recebidas	227.150.652,59	230.617.069,53
Transferências Intragovernamentais	227.150.652,59	230.617.069,53
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	2.875.490,13	60.755,31
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	2.875.490,13	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	60.755,31
Reversão de Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	479.282,59	2.059.509,20
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	479.282,59	2.059.509,20
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	233.462.351,78	234.212.084,60

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	180.587.990,62	164.623.892,73
Remuneração a Pessoal	116.270.591,15	105.361.237,24
Encargos Patronais	20.770.677,76	18.192.609,60
Benefícios a Pessoal	26.215.052,07	27.636.211,41
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	17.331.669,64	13.433.834,48
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.453.981,75	13.591.082,84

Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	1.544.657,25	1.645.946,25
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	909.324,50	11.895.652,45
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	49.484,14
uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20.601.428,10	20.893.888,26
Uso de Material de Consumo	1.319.389,59	1.564.914,54
Serviços	18.143.830,64	18.586.643,75
Depreciação, Amortização de Exaustão	1.138.207,87	742.329,97
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	163.484,11	76.286,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	163.484,11	76.286,30
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedida	0,00	674.929,87
Transferências Intragovernamentais	0,00	674.929,87
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	126.098,55	1.937.556,43
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	1.416.719,88
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	126.098,55	520.836,55
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	42.541,85	189.689,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	42.541,85	189.689,31
Contribuições	0,00	0,00
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras variações Patrimoniais Diminutivas	8.956.180,88	129.480,53
Premiações	0,00	56.700,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.956.180,88	72.780,53
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	212.931.705,86	202.116.806,27

Resultado Patrimonial do Período	(III)=(I-II)	20.530.645,92	32.095.278,33
----------------------------------	--------------	---------------	---------------

Laerte
 Laerte de Oliveira e Silva
 Diretora de Contabilidade - ALEIRO
 CRC RO - 004929/O

Laerte Gomes
 Laerte Gomes
 Presidente ALEIRO

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2018

HORA EMISSÃO: 10:54:17
DATA EMISSÃO: 01/03/2019

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	542.178.656,51	588.172.112,37
Receitas derivadas e originárias	2.956.926,47	1.474.019,62
Transferências correntes recebidas	227.150.652,59	225.532.280,28
Outros ingressos operacionais	312.071.077,45	361.165.812,47
DESEMBOLSO	522.377.445,04	556.956.057,30
Pessoal e demais despesas	213.430.670,25	199.737.929,65
Juros e encargos da dívida	163.484,11	79.178,19
Transferências concedidas	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais	308.783.290,68	357.138.949,46
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	19.801.211,47	31.216.055,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	32.730.957,24	19.744.361,00
Aquisição de Ativo não Circulante	32.730.957,24	19.744.361,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-32.730.957,24	-19.744.361,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas depen	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	861.696,36	933.504,39
Amortização/Refinanciamento da Dívida	861.696,36	933.504,39
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)	-861.696,36	-933.504,39
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	-13.791.442,13	10.538.189,68
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	22.230.677,98	11.692.488,30
Caixa e Equivalente de caixa final	8.439.235,85	22.230.677,98

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Exercício Atual Exercício: 2018
Exercício Anterior

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.306.950,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	649.976,47	1.474.019,62
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias	2.956.926,47	1.474.019,62

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Exercício Atual	Exercício: 2018 Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	227.150.652,59	225.532.280,28
Outras transferências recebidas	227.150.652,59	225.532.280,28
Demais Transferências Recebidas	0,00	0,00
Transferências Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Outras Entidades Públicas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	227.150.652,59	225.532.280,28
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências Concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO


	Exercício Atual	Exercício: 2018 Exercício Anterior
LEGISLATIVA	213.359.010,25	197.835.950,37
ADMINISTRAÇÃO	71.660,00	1.901.979,28
Total dos Des. de Pessoal e Demais Despesas por Função	213.430.670,25	199.737.929,65

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual	Exercício: 2018 Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	163.484,11	79.178,19
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	163.484,11	79.178,19

 QUADRO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	208.842.859,01	250.510.890,55
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores (Movimento Crédito)	282.416,62	2.241.290,31
Valores Restituíveis - Passivo (Movimento Crédito)	50.946.212,43	52.024.298,91
Valores Restituíveis - Ativo (Movimento Crédito)	50.290.424,54	51.196.078,74
Compensações Financeiras - IPERON	0,00	0,00
Outros Ajustes Financeiros	0,00	0,00
(-) Valores Restituíveis - Passivo (Movimento Débito)	50.716.620,90	51.495.924,76
(-) Valores Restituíveis - Ativo (Movimento Débito)	50.520.016,07	51.724.452,89
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores (Movimento Débito)	10.926,39	7.430.576,00
(-) Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	207.535.727,32	246.487.995,81
(-) Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	0,00	0,00
(-) Anulação de Restos a Pagar	0,00	0,00
(-) Perdas de Investimentos	0,00	0,00


 Lauricella de Oliveira e Silva
 Diretora de Contabilidade - ALE/RO
 CRC RO - 004929/O


 Laerte Gomes
 Presidente ALE/RO

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO

ANO REFERÊNCIA: 2018

HORA EMISSÃO: 11:03:21

DATA EMISSÃO: 01/03/2019

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Pat. Social / Capital Social	Adi. int. para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação	Reservas de Lucro	Dedais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Iniciais	0,00			0,00			126.263.138,66		126.263.138,66
Ajustes de exercícios anteriores									
Aumento de capital							-2.156.795,74		-2.156.795,74
Resgate / Remissão de Ações e Cotas									0,00
Juros sobre capital próprio									
Resultado do exercício							20.530.645,92		20.530.645,92
Ajustes de avaliação patrimonial									
Constituição e Reversão de reservas									
Dividendos a distribuir (as ... por ação)									
Saldo finais	0,00			0,00			144.636.988,84		144.636.988,84

Belian
Santúcia de Oliveira e Silva
Diretora de Contabilidade - ALEIRO
CRC RO - 00492910

Laerte Gomes
Presidente ALEIRO